UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LINGUAGEM, IDEOLOGIA E CONHECIMENTO: NOVAS PERSPECTIVAS PARA SE COMPREENDER O JORNALISMO

Autora: Sabrina Moreira de Morais Oliveira
Orientadora: Luci Banks Leite

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Sabrina Moreira de Morais Oliveira e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data: _____/_____/_____
Assinatura:

Orientadora:

_____

Comissão Julgadora:

_____

_____

_____

_____

2006

© by Sabrina Moreira de Morais Oliveira, 2006.

IDADE 80
CHAMADA
EX
MBO BC/ 68988
OC 16.125-06
D
EÇO 11,00
TA 22/06/06
CPD

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

Oliveira, Sabrina Moreira de Morais
OL4L Linguagem, ideologia e conhecimento : novas perspectivas para se compreender o jornalismo / Sabrina Moreira de Morais Oliveira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Luci Banks Leite.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Obejtividade. 2. Manipulação (Psicologia). 3. Educação. 4. Jornalistas. I. Leite, Luci Banks. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-146-BFE

Keywords: Objectivity; Manipulation; Education; Journalist
Área de concentração: Educação, Sociedade, Política e Cultura
Titulação: Mestre em Educação
Banca examinadora: Profa. Dra. Luci Banks Leite
Profa. Dra. Cecilia Maria Aldigueri Goulart
Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva
Profa. Dra. Ana Luiza Bustmante Smolka
Profa. Dra. Carolina Rodriguez-Alcalá

Data da defesa: 07/02/2006

RESUMO

A partir da compreensão dialética e histórica acerca da linguagem e do conhecimento, esse trabalho analisa as perspectivas assumidas com relação a esses conceitos pelas propostas teóricas que definem o que é o jornalismo e que constam na bibliografia do programa da disciplina *Redação e Expressão em Jornalismo* do curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Goiás (programa que vigorou até 2003). Procurou-se mostrar como essas teorias definem a maneira pela qual o jornalismo influencia a sociedade e como é discutido, em enfoques por vezes antagônicos, o papel que a ideologia desempenha na linguagem e na constituição do conhecimento. De fato, essas posições ou propõem que o jornalismo apenas manipula o público de acordo com os interesses das classes hegemônicas, ou apenas veiculam formas de conhecimento social, que como todas as outras formas de conhecimento, são parciais, ou seja, não compreendem a totalidade dos fenômenos sociais. Além disso, as respostas de alunos do 4º ano de jornalismo (ano 2001) da referida Universidade à pergunta "o que é jornalismo?" também foram analisadas, o que tornou possível evidenciar a aceitação das principais idéias veiculadas pelos livros do programa.

ABSTRACT

Based on a dialectic and historical perspective in relation to language and knowledge, this research analyses the views which underlie these concepts in the theoretical proposals that define what Journalism is, as found in the recommended bibliography of the subject "*Redação e Expressão em Jornalismo"* in the Social Communications – Journalism course of the Universidade Federal de Goiás (such a program lasted until 2003). Our aim is to show how those theories define the way through which Journalism influences society and how it discusses - sometimes with opposing focuses - , the role which ideology plays in language and knowledge construction. In fact, those conflicting positions either propose that Journalism merely manipulates the public according to the interests of the hegemonic classes, or simply conveys forms of social knowledge, which as any other way of knowledge, are partial, that is, they do not apprehend the full spectrum of social phenomena. Adding to that, the answers of 4th year Journalism students (year 2001) of the aforementioned University to the question "What is Journalism" were also analysed, making it possible to illustrate the acceptance of the main ideas conveyed in the textbooks adopted by the course.

Ao meu marido Flávio, à minha mãe Norma e às minhas irmãs Jacqueline e Eveline que de inúmeras formas permitiram a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À professora Luci Banks Leite, antes de tudo, pela dedicação que sempre dispensou a esse trabalho. Através de sua orientação competente e de inúmeros debates pude experimentar valioso amadurecimento pessoal e científico.

Às colegas das *Atividades Programadas de Pesquisa*, coordenadas pela professora Luci Banks Leite, Sílvia, Lílian, Karin, Adriana, Regina, Odana, Raquel, que foram importantes interlocutoras na discussão sobre a análise que estava em andamento.

Aos colegas da disciplina *Questões de Metodologia de Pesquisa*, em particular à Mônica e Edna, e em especial à professora Ana Luiza Smolka que criou um ambiente de discussão que permitiu a elaboração de parte do quadro teórico desse trabalho.

Aos colegas do Grupo de Trabalho *Argumentação e Explicação: modos de construção/constituição do conhecimento* que foram os primeiros ouvintes da versão preliminar desse trabalho e que muito contribuíram com seus questionamentos.

Às professoras que participaram do exame de qualificação. À professora Selma Leitão pelas valiosas sugestões que permitiram a reestruturação do trabalho em eixos temáticos e à professora Cecília Goulart, em especial, por indicações bibliográficas que muito enriqueceram nosso quadro teórico.

A todos os amigos, em particular à Márcia, à Thaís e ao Rodrigo, e aos familiares, em especial ao meu pai Idair, pelas inúmeras manifestações de incentivo.

Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: Que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam.

João Guimarães Rosa, Grande Sertão - Veredas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....17

PARTE I – DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO

CAPÍTULO 1: NOVAS QUESTÕES PARA A TEORIA DO JORNALISMO

1.1. A ideologia como constitutiva da linguagem.....27

1.2. O caráter material e ideológico do signo.....41

1.3. Alternativas para se pensar o conceito de conhecimento.....47

1.4. Algumas revisões nas concepções sobre o jornalismo.....52

PARTE II – AS DEFINIÇÕES DE JORNALISMO

CAPÍTULO 2: LINGUAGEM: UM VEÍCULO NEUTRO NA TRANSMISSÃO DAS MENSAGENS?

2.1. A concepção implícita sobre a linguagem.....67

2.2. A discussão acerca da linguagem

2.2.1. O caráter transparente da língua.....74

2.2.2. Linguagem e veiculação de ideologias.....80

2.2.3. Linguagem e reinscrição de conflitos exteriores.....89

CAPÍTULO 3: A IDEOLOGIA E A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

3.1. A ideologia e a distorção de uma suposta verdade

3.1.1. A notícia e o conhecimento apesar da ideologia.....95

3.1.2. A ideologia dominante e a alienação do público.....107

3.2. Jornalismo: entre transmissão de conhecimentos e alienação

3.2.1. O jornalismo e a transmissão de conhecimentos.....112

3.2.2. Jornalismo: dominação ideológica e alienação social.....120

CAPÍTULO 4: COMO O JORNALISMO É DEFINIDO PELOS ALUNOS DO 4º ANO DA UFG?

4.1. A linguagem, a ideologia e o papel social do jornalismo

4.1.1. A isenção do jornalista na produção da notícia.....129

4.1.2. Subjetividade: passível ou não de controle?.....132

4.1.3. A produção da notícia e as coerções impostas aos jornalistas.....141

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....145

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....151

APÊNDICES.....159

INTRODUÇÃO

Não existe consenso quando se trata de definir o papel social do jornalismo. Eco (1993) indicou a polarização que existe quando se discute como o jornalismo atua na sociedade. De um lado estão os chamados *integrados*, que consideram que o jornalismo cumpre uma função que garante a manutenção da sociedade. Mas de outro lado, estão os *apocalípticos* para os quais, a produção industrial das notícias promove a degradação do saber e da arte, manipula e aliena o público[1]. Essa polarização não deixa muitas alternativas para o estudante de jornalismo.

Entre os autores que consideram que o jornalismo desempenha o papel de transmitir conhecimento está Genro Filho. A teoria formulada por esse autor se apresentou como uma alternativa para se discutir o papel da notícia, já que as Faculdades de Jornalismo assumiam a perspectiva do jornalismo como veiculador ideológico, manipulador, alienador, como indicou Freitas (1979). Apesar disso, alguns questionamentos me levaram à análise da teoria de Genro Filho no Trabalho de Conclusão de Curso. O TCC verificou que a teoria desse autor privilegiava apenas as características da mensagem jornalística para defini-la como forma social de conhecimento.

A partir desse trabalho os temas do conhecimento e de sua constituição passaram a integrar o meu campo de interesse. A pesquisa científica era uma forma de buscar uma definição para minha própria atuação junto à sociedade. Além disso, uma outra questão se fazia presente na relação entre jornalismo e conhecimento que era a de que, uma vez reconhecida como forma de conhecimento, a notícia poderia estar presente nas salas de aula. As escolas, por sua vez, estariam primando pela modernidade ao adotar o jornal como material que complementaria o material didático.

Se por um lado, a perspectiva dos chamados apocalípticos precisava ser revista, também não se pode deixar de questionar a perspectiva segundo a qual, o jornalismo deve ser aceito sem reservas. Vizeu (2003) aponta que a teoria do espelho consta na bibliografia de muitas Faculdades de Jornalismo e em muitas redações de jornais. Esse não é o caso de

[1] De acordo com Eco (1993), entre os apocalípticos estão os que atribuem ao jornalismo a degradação da consciência. Já os chamados integrados ou funcionalistas compreendem aqueles que definem o jornalismo como um meio para o progresso da sociedade. Nos trabalhos analisados aqui, essa polarização pode ser

Genro Filho, mas de muitos outros autores que refletiram acerca do jornalismo. De acordo com essa perspectiva, as notícias apenas reproduzem a realidade, os fatos, e como conseqüência disso, o jornal veicula a verdade. O projeto de pesquisa apresentado ao Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas pretendia questionar justamente essa concepção.

O estudo de trabalhos que retomam os conceitos da Análise de Discurso de linha francesa e mesmo de trabalhos que se basearam na metodologia proposta por essa corrente para analisar manchetes, notícias e reportagens defendem a idéia de que a língua não é transparente, homogênea e que os jornais não reproduzem a realidade. Esses estudos indicam as estratégias e as posições assumidas pelas notícias e reportagens. Desse modo, a teoria do espelho já é questionada.

O próprio trabalho de análise que desenvolvi a partir da semiótica greimasiana na disciplina de teoria do discurso ministrada pela professora Diana Pessoa de Barros na Universidade de São Paulo indicou que o jornal se posiciona sim em favor de uma determinada perspectiva[2]. Essa análise teve como objeto de estudo uma reportagem sobre o assassinato do líder do Hamas pelo governo israelense. A tese defendida pelo governo israelense era a de que o governo agiu em legítima defesa e o jornal de forma implícita reiterou essa tese.

No entanto, ainda que a teoria do espelho seja assumida por muitas Faculdades e redações jornalísticas, a leitura de livros que propõem definições de jornalismo indicou uma outra possibilidade de análise. O presente trabalho constatou que apesar de abandonarem a perspectiva de que o jornal reproduz a realidade, as teorias propostas por aqueles que são segundo Pena (2005), os primeiros e principais cânones da teoria do jornalismo no Brasil, ainda consideram que a linguagem é um veículo neutro e que se a notícia não é objetiva isso se deve ou à ideologia que está circunscrita à consciência do jornalista ou às imposições das classes hegemônicas.

---

verificada nos autores que concebem que o jornalismo é uma forma de conhecimento e naqueles que definem o jornalismo como reprodutor da ideologia das classes hegemônicas.

[2] Essa disciplina intitulada *Teoria do discurso: Organização da narrativa do discurso* é oferecida pelo Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo e tem como docentes responsáveis além da professora Diana Luz Pessoa de Barros, o professor José Luiz Fiorin. O trabalho desenvolvido na disciplina intitula-se *Análise de uma sintaxe e de uma semântica narrativas*.

A tarefa de objetividade ou é exigida do jornalista ou, então, é abandonada. Esse abandono, por sua vez, implica na concepção de que o jornalismo inevitavelmente aliena o público. Assim, ao estudante de jornalismo não restam muitas alternativas: ele pode assumir a perspectiva de que apenas reproduz objetivamente o que vê; ou, então, considerar que a reprodução da ideologia das classes hegemônicas é inevitável e se conformar com isso. Chega-se, desse modo, à conclusão de que apesar das diferenças, que fazem com que os livros que definem o que é o jornalismo apresentem concepções diametralmente opostas com relação à função da notícia, eles também relacionam jornalismo e educação. A maior recorrência nesses livros é a de que o jornalismo transmite conhecimento. Só que, em meio a uma quase unanimidade de concepções que assumem essa perspectiva, existem formulações segundo as quais o jornalismo aliena o público com relação à realidade.

Diante dessas perspectivas, o presente trabalho optou por verificar o que permite a oposição dessas teorias e discutir sua validade a partir de outros referenciais teóricos. A perspectiva proposta por Pêcheux e Bakhtin, segundo a qual, a ideologia constitui a materialidade histórico-social da linguagem, coloca a necessidade de que, em primeiro lugar, as escolas e os cursos de formação de professores dediquem maior preocupação não ao uso de materiais didáticos mais modernos, e sim, à formação do leitor crítico. Em segundo lugar, ela indica uma outra perspectiva para se refletir acerca da presença e da atuação da ideologia no discurso. Isso implica em considerar que ideologia não é sinônimo apenas de falsa consciência e ainda, que ela não é um obstáculo para se chegar a uma suposta verdade.

O trabalho se inicia com a definição do quadro teórico que vai subsidiar a análise. No capítulo 1, será retomada a perspectiva teórica e alguns dos principais conceitos formulados por Pêcheux, como o de que a ideologia é constitutiva da linguagem. Em seguida, pretende-se retomar a caracterização proposta por Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem* acerca do signo cujo caráter é definido como material e ideológico. Finalmente, o capítulo retoma o conceito de conhecimento formulado por Pino (2001) a partir de autores da corrente histórico-cultural, como Vygotsky e Luria.

Além disso, o próprio trabalho de Vygotsky também é mencionado, quando se trata de verificar a relação que o autor estabelece entre pensamento e linguagem. Segundo a concepção desse autor, essa não é uma relação na qual cabe à linguagem apenas refletir o

pensamento, como tradicionalmente se considera nas teorias sobre o jornalismo. Não se trata de uma exaustiva análise teórica sobre o assunto, o que extrapolaria os limites do presente trabalho, mas de uma indicação para se pensar em novas contribuições para o debate sobre a relação entre jornalismo, ideologia e conhecimento.

Desse modo, o presente trabalho considera que a *significação* resulta, como proposto por Bakhtin (1992), da interação dialética, mediada pela linguagem, entre aspectos individuais e sociais, entre o psiquismo e a ideologia. Além disso, como proposto por Vygotsky (2000), o crescimento intelectual depende também do domínio que a criança tem dos meios sociais do pensamento, como por exemplo, da linguagem. Ainda segundo Vygotsky, o pensamento verbal é regido pelas premissas do materialismo histórico, que são válidas para todos os fenômenos históricos na sociedade humana.

Diante da fundamental participação da linguagem na formação do pensamento e por outro lado, da proposição de Pêcheux, segundo a qual a ideologia é constitutiva da linguagem, o presente trabalho pretende verificar no capítulo 2 como as teorias que constam no programa da disciplina *Redação e Expressão em Jornalismo*, adotada pelo curso de jornalismo da Universidade Federal de Goiás, concebem a linguagem. Já no capítulo 3 serão analisadas as concepções assumidas com relação à ideologia e à função social do jornalismo. Esse levantamento das perspectivas assumidas permitirá que nos dois capítulos se estabeleça a comparação entre essas perspectivas e as concepções retomadas e assumidas pelo presente trabalho no primeiro capítulo.

As perguntas que se pretende responder no segundo capítulo são as seguintes: a linguagem verbal presente nas notícias transmite um sentido que, por sua vez, é controlado pelo emissor? A suposta transparência da linguagem transmitiria a mensagem do emissor ao receptor como um canal neutro? Já no terceiro capítulo, as perguntas que serão colocadas para as teorias sobre o jornalismo são as seguintes: a ideologia está apenas na consciência do jornalista, cabendo à linguagem apenas reproduzir o pensamento do emissor? A ideologia é apenas obstáculo para que se chegue à realidade, à verdade?

Essas questões, a partir da leitura proposta pela ementa da disciplina do curso de jornalismo acima referido, podem ser respondidas afirmativamente[3]. Como se pretende

[3] As exceções se devem ao trabalho de Lage (1993b), que não circunscreve apenas à consciência do jornalista a presença da ideologia. (cf. 2.2.1).

mostrar no capítulo 2, a linguagem é analisada, quando muito, a partir das possibilidades de manipulação que os diferentes usos que são feitos dela permitem[4]. No que se refere à ideologia, verificou-se, conforme exposto no capítulo 3, que nessas definições, a ideologia é tida como falsa consciência, visão parcial da realidade, e que por isso impede o conhecimento de uma suposta verdade. Apesar da maioria dos autores reconhecerem a presença da ideologia na notícia, as divergências entre eles se devem às suas diferentes concepções acerca do efeito que essa notícia ideologicamente marcada terá sobre o público.

Alguns autores teorizam que a presença da ideologia na notícia faz com que ela promova a alienação do público, enquanto outras teorias propõem que a ideologia inevitavelmente presente na consciência dos jornalistas, também está presente em outras formas de conhecimento, como as científicas. Diante de concepções diametralmente opostas em relação à função que o jornalismo desempenha na sociedade, o estudante de jornalismo ou reconhece a sua prática como conivente com o poder instituído ou assume que sua atividade cumpre uma função social que beneficia toda a sociedade.

Dito de outra forma, ou a notícia reproduz a parcialidade da ideologia dominante ou uma forma de conhecimento social da realidade. Ao assumirem, em diferentes graus, que a presença da ideologia na notícia é inevitável, as teorias que constam no referido programa, ou propõem que é preciso controlá-la, ou então, acreditam que apesar da parcialidade na apreensão dos fenômenos, a ideologia não impede a formação do conhecimento.

Enquanto nos principais manuais de jornalismo considera-se que sua presença na consciência dos jornalistas pode ser controlada pela ética desses profissionais, nos trabalhos inspirados pela Escola de Frankfurt[5], notadamente o de Marcondes Filho (1989), a

[4] Como citado por Bahia (1990), uma comissão especial sobre o ensino de comunicação nomeada pelo Ministério da Educação e Cultura em 1983 considera que esse ensino deva agrupar, entre outras áreas, as de ciência da comunicação e da linguagem, que incluam os sistemas de comunicação, interpretação e operação da sua utilidade social. Como se vê, a discussão acerca da linguagem se limita a uma concepção que a considera apenas como um veículo que permite a comunicação. Desse modo, uma concepção tradicionalmente aceita sobre a linguagem é admitida como inquestionável em praticamente toda área de comunicação.

[5] Fundado em três de fevereiro de 1923, o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, filiado à Universidade de mesmo nome, logo passou a se chamar Escola de Frankfurt. Segundo Rüdiger, "Chama-se de Escola de Frankfurt ao coletivo de pensadores e cientistas sociais alemães formado, sobretudo, por Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm e Herbert Marcuse. Devemos aos dois primeiros a criação de um conceito que se tornou central para os estudos culturais e as análises de mídia: o conceito de indústria cultural. Walter Benjamin e Siegfried Kracauer, embora situando-se na periferia daquele grupo, não são menos importantes, podendo ser contados, junto com os demais, entre os criadores da pesquisa crítica em comunicação." (2003, p. 131).

ideologia capitalista não pode ser superada por esforços individuais, pois, segundo sua teoria, a ideologia cumpre apenas a função de ocultar os conflitos da realidade social, promovendo a alienação do público com relação a essa realidade.

O que se verifica em todas as teorias analisadas pelo presente trabalho é que elas reduzem o papel da linguagem a um meio para a comunicação intersubjetiva entre as consciências ideologicamente condicionadas dos jornalistas e do público. Esse produto, que é a mensagem jornalística, apenas usa a linguagem para reproduzir ideologias que através dela e dos meios técnicos chegam ao receptor tal como existem na consciência dos produtores da notícia. Em outras palavras, persiste a idéia, que há muito povoa as concepções sobre o jornalismo, de que a ideologia é algo inevitável, presente somente na consciência humana. Além disso, essas teorias consideram que a ideologia é um obstáculo para se chegar ao conhecimento.

Desse modo, a análise do material indicado pelo programa da disciplina *Redação e Expressão* mostra que a perspectiva assumida pelos autores é a de que os significados previamente formulados pela consciência são apenas transmitidos pelas notícias. Quanto ao controle sobre os significados que são produzidos e transmitidos, pode-se dizer que no caso dos manuais de jornalismo, o controle cabe aos jornalistas; no de Marcondes Filho, o controle é exercido quase sem falhas pelos donos das empresas, representantes do domínio da ideologia capitalista; e por fim, no de Genro Filho, esse papel cabe ao "vencedor" do conflito entre patrões e empregados e entre sistemas de produção.

Em todo caso, nas três perspectivas, o jornalista é tido como detentor de uma escolha, consciente ou não, que repercutirá sobre o público. Ou ele controla sua consciência, segundo os manuais de redação, ou ele controla os meios de comunicação a partir de uma ideologia que não a burguesa. Para Marcondes Filho, esse controle significa produzir mensagens que obedeçam a outros critérios de produção e para Genro Filho, o jornalista pode exercer esse controle para produzir uma apreensão crítica da realidade se assumir uma abordagem ideológica chamada pelo próprio autor de revolucionária.

Em seguida, no capítulo 4, o objeto de análise é constituído pelas respostas que alunos do último ano do curso de jornalismo deram à pergunta: o que é jornalismo? O que se pretende analisar é a concepção implícita de linguagem e a de ideologia que as repostas dos alunos apresentam. Além disso, o objetivo é o de verificar qual a função social que

essas respostas atribuem ao jornalismo. Pode-se dizer que o que se verifica são concepções semelhantes as já localizadas nas teorias que definem o jornalismo.

Em linhas gerais, o que se constatou é que quase todas as teorias e todas as definições dos alunos consideram, explícita ou implicitamente, que a linguagem é um veículo neutro de transmissão de sentidos controlados pelos emissores. Com relação à ideologia, pode-se dizer que ela é tida como algo que precisa ser controlado, superado, para que se chegue ao conhecimento. Já à função social do jornalismo está polarizada entre a transmissão de conhecimentos e a alienação do público.

Diante dessas perspectivas, marcadamente sociológicas, é que, no capítulo 1, o presente trabalho levanta questões, indagações, acerca das contribuições que uma concepção de linguagem, baseada nos conceitos de heterogeneidade enunciativa, memória, entre outros, podem trazer para uma prática social, que é a da produção de notícias. Que esclarecimentos ela pode trazer para os jornalistas preocupados com sua atuação social? O que ela tem a nos dizer a respeito da materialidade da língua, lugar em que se cristaliza a ideologia? O que ela tem a nos dizer, enfim, sobre a relação entre pensamento e linguagem?

PARTE I – DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO

CAPÍTULO 1: NOVAS QUESTÕES PARA A TEORIA DO JORNALISMO

Nesse primeiro capítulo, o que se pretende é definir a perspectiva teórica, a partir da qual, o presente trabalho vai questionar os conceitos de *linguagem*, de *ideologia* e de *conhecimento* assumidos pelas teorias que propõem definições de jornalismo e ainda, pelas respostas de alunos do quarto ano do curso à pergunta: o que é o jornalismo? No livro *A questão da ideologia*, Konder (2002) afirma que os marxistas do início do século XX consideravam que os dramas subjetivos eram secundários, cabendo aos pesquisadores, a análise da realidade tida como objetiva. Nessa realidade é que podiam ser encontradas as causas, a verdade, dos fenômenos. Ainda de acordo com Konder, a maioria desses marxistas adotou

> [...] uma concepção redutivamente sociológica da ideologia, limitando-se ao esforço de identificar – e denunciar politicamente - as formas diretas mais simples da expressão dos interesses materiais das classes sociais no discurso dos teóricos, nos programas de ação ou na produção artística. (2002: 55).

Desse modo, como esclarece o autor, a ideologia foi atribuída pelos marxistas do início do século XX, em princípio e exclusivamente, ou aos que se equivocavam, ou aos que se contrapunham ao conhecimento tido como científico. O que Konder constatou nessas perspectivas, o presente trabalho constatou, como será indicado no capítulo 2, em algumas das principais teorias sobre o jornalismo: a ideologia tida como algo que ilude, falseia e que deve ser superada para que se chegue à verdade.

Mas além do conceito de ideologia, outros conceitos, como os de *língua(gem)* e conhecimento, são tradicionalmente aceitos nas teorias sobre o jornalismo como evidentes, como conceitos que prescindem de especificações. A definição da *língua(gem)* como código homogêneo, transparente, que apenas expressa o pensamento, as apreciações dos jornalistas, não só limita a compreensão que se tem dela, como também permite formulações que não situam devidamente o papel do jornalismo e a atuação do próprio jornalista junto à sociedade.

Esses questionamentos foram suscitados pela adoção de perspectivas teóricas formuladas por Michel Pêcheux e Mikhail Bakhtin. Não se quer com essa adoção, equiparar os conceitos desses autores ou mesmo eliminar as diferenças entre eles[1], mas mostrar que a ideologia não está circunscrita à consciência dos jornalistas. Isso porque os dois autores rejeitam o idealismo e consideram a presença da ideologia na materialidade da língua. Feita a ressalva, o que se pretende então, em 1.1 e 1.2, é retomar alguns aspectos das teorias lingüísticas desses autores para no próximo capítulo repensar a concepção de linguagem, explicitada ou não, que as produções sobre o jornalismo e que os alunos de graduação nessa área apresentam.

Com relação à definição de conhecimento, pretende-se mencionar alguns aspectos da perspectiva histórico-cultural retomados por Pino (2001) para que no terceiro capítulo, eles sejam comparados com o conceito formulado por Genro Filho (1996). Finalmente, esse capítulo vai indicar alguns trabalhos de pesquisadores da comunicação que repensam sua área de investigação através de uma discussão sobre a linguagem e, ainda, as análises que alguns lingüistas empreenderam do material produzido pelos jornais.

Faz-se necessário assinalar que antes mesmo de Genro Filho, Benjamin, por exemplo, já afirmava que, contemporaneamente, produziu-se uma miríade de informações que transmitem conhecimentos. Mas, conforme citação de Konder (2002), Benjamin, ao contrário do que se verifica em Genro Filho (cf. 2.2.2, 3.1.1 e 3.2.1), definia os conhecimentos transmitidos por essa miríade de informações como de escassíssima durabilidade, superficiais, fugazes, efêmeros. Desse modo, não basta apenas dizer como Genro Filho que uma informação é uma forma de conhecimento, pois, assim como Benjamin, deve-se discutir sobre o tipo de conhecimento que se produz contemporaneamente.

[1] Não se pretende aqui discutir essas diferenças, mas apenas mencionar a crítica que Pêcheux fez ao livro Marxismo e filosofia da linguagem, assinado por Volochinov e atribuído a Bakhtin: "Pela crítica ao 'objetivismo abstrato' de Saussure, Volochinov tende a anular a dimensão própria à língua: opondo ao 'sistema abstrato das formas lingüísticas' o 'fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações', ele conduz à fusão da lingüística em uma vasta semiologia. Essa crítica se encontra em Gadet, F. e Pêcheux, M. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981. Maldidier comenta: "Para Michel Pêcheux o verdadeiro corte, sempre ameaçado, sabemos, de recobrimento, é Saussure. Em torno do corte saussuriano continuam a se ligar, para ele, o jogo do formalismo e do sujeito, a possibilidade de pensar a singularidade do sujeito na língua assim como a articulação entre a língua e o inconsciente." (2003: 60). E logo adiante: "Michel Pêcheux manteve, desde esta época, e até o fim, uma posição clara: a questão do sentido não pode ser regulada na esfera das relações interindividuais, nem tampouco na das relações sociais pensadas no modo da interação entre grupos humanos." (2003: 61).

Konder (2002) propõe uma definição de como seria o conhecimento que é incitado pela abrangência, que de acordo com o autor, está comprometida com a ação transformadora, com a criatividade dos seres humanos. O autor considera que essa abrangência convoca o homem para avançar no campo do que ele denomina *saber constituinte*, que segundo o autor, compreende os conhecimentos capazes de reconhecer sua própria historicidade e que são aptos para uma participação ativa, decisiva, na invenção histórica dos homens por eles mesmos.

Além disso, coloca-se como necessária, a discussão acerca da capacitação do leitor para que ele possa lidar com o material que os jornais produzem. Isso porque como considera Leitão[2], a partir da definição que ela cita e que foi proposta por Jäger, o termo conhecimento possui um sentido abrangente, "que inclui quaisquer tipos de sentidos, prévia ou correntemente, construídos por indivíduos histórica e socialmente situados para interpretar e dar forma à realidade circundante" (2005: 01). Desse modo, a referência ao termo conhecimento, não compreende apenas o tipo de mensagem produzida. A atuação dos indivíduos histórica e socialmente situados é que permite que se fale em processos de construção do conhecimento.

1.1. A ideologia como constitutiva da linguagem

Antes de se retomar as proposições teóricas de Pêcheux, é necessário indicar que algumas dessas proposições passaram por reformulações. Seguindo o percurso traçado por Maldidier (2003), constatam-se mudanças com relação a conceitos, formulados por Pêcheux em *Semântica e discurso* de 1975, como os de *formação ideológica* e *discursiva*, que inicialmente foram pensadas como blocos homogêneos, e o de *interpelação ideológica*, que compreendia a realização de assujeitamentos bem sucedidos sem falhas, desfalecimentos e fendas.

Além disso, Pêcheux questionou o próprio dispositivo da análise de discurso porque segundo Maldidier, ele pretendia frustrar as evidências da "leitura subjetiva" e sua "opção

[2] O texto de Leitão tem publicação prevista para esse ano em Kronmüller, E. & Cornejo, C. (Eds.), *Ciencias cognitivas em latinoamérica*.

pela imbecilidade". Pêcheux também questionou a posição do analista que segundo Maldidier, apagava-se atrás de seu gesto "científico". A autora afirma que

> A crítica da "prótese de leitura" é antes uma crítica do recalque do sujeito da leitura, partindo da escrita. A re-introdução de um sujeito interpretante é mais do que um arranjo, ela modifica totalmente o estatuto da disciplina. A análise de discurso tinha-se construído em torno da questão do sentido. Sob o signo da Ciência, ela tinha querido abordar a questão da materialidade do sentido. Ela balançava agora do lado das disciplinas interpretativas. (2003: 90-1).

Para Maldidier, "Michel Pêcheux enfraqueceu seus conceitos para lhes permitir continuar a trabalhar. Por isso mesmo, até o fim, são mantidas uma certa idéia do sujeito, uma certa idéia do sentido". (2003: 94).

Faz-se necessário mencionar que Pêcheux reformulou seus conceitos como os de formação ideológica e o de interpelação ideológica, e ainda, que abandonou o conceito de formação discursiva, para que o presente trabalho especifique quais são as concepções teóricas formuladas pelo autor que serão aqui retomadas. Ao tratar das possíveis referências à História para discutir questões de Lingüística, Pêcheux (1997) esclarece que não se trata de considerar que a língua é influenciada por fatores sociais e se enriquece devido a uma evolução dos progressos técnicos e sociais e sim de considerar que essa referência

> [...] só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as "práticas lingüísticas" inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada [...]. (1997: 24).

Além de definir a relação entre Lingüística e História, a análise de Pêcheux questiona certas concepções como as de que *as palavras comunicam um sentido*, de que existe *uma divisão entre pessoas e coisas*, entre *subjetividade e objetividade*, entre *emocional e cognitivo*, de que *os sujeitos conhecem os objetos extraindo suas propriedades pela abstração e associam ao resultado generalizado dessa abstração palavras com um*

sentido, de que *os sujeitos se comunicam entre si por meio de palavras porque são vários e têm coisas a dizer*[3].

Rodríguez-Alcalá (2003) explica que, na idéia segundo a qual, toda sociedade seria um mero sistema em funcionamento cujos membros se comunicam intersubjetivamente com a ajuda dos chamados códigos, existe um recalque da instância política. De acordo com a autora,

> [...] reconhecer o corte simbólico do qual se constitui a vida humana significa considerar que a ordem humana não é reflexo da natureza, mas o resultado de um trabalho sobre ela. É esse o legado da trilogia Freud/Marx/Saussure: a realidade psíquica do sujeito não é o reflexo de seu corpo biológico, as relações sociais não são a extensão de necessidades naturais comuns nem os sentidos da língua emanam das coisas do mundo. A contribuição de Pêcheux é a de formular os mecanismos lingüísticos (discursivos) que intervêm nesse processo e que fazem com que a passagem entre a ordem natural e a ordem humana não seja direta, transparente nem homogênea [...]. (2003: 05).

Como explica Orlandi (1983), ao invés de se conceber a linguagem como instrumento de comunicação, deve-se conceber o texto não como lugar de informações, completas ou a serem preenchidas, e sim como processo de significação, lugar de sentidos. O que interessa, quando se pensa o discurso, é, de acordo com a autora, a possibilidade dos múltiplos sentidos e não a informação. Segundo Orlandi, o sentido dominante, chamado de literal, é aquele que se institucionaliza como produto da história, mas "no processo que é a interlocução [...] os sentidos se recolocam a cada momento, de forma múltipla e fragmentária". (1983: 133). A autora considera que o analista deve partir do múltiplo, do observável e procurar as condições que estabelecem a dominância de um ou outro sentido.

Além de rejeitar a chamada teoria comunicacional da linguagem, Pêcheux também rejeita uma teoria instrumental e pragmatista. O que ele questiona nessa teoria é a sua

[3] Maldidier, que trabalhou junto com Pêcheux, considera que "o que ele teorizou sob o nome de 'discurso' é o apelo de algumas idéias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre. Por causa de Michel Pêcheux, o *discurso*, no campo francês, não se confunde com sua evidência empírica; ele representa uma forma de resistência intelectual à tentação pragmática. [...] Para além da lingüística, ele permitiu a abertura de novas pistas na história, em sociologia, em psicologia, por todo lugar onde se tem a ver com textos, onde se produz o encontro da língua com o sujeito". (2003: 95-6).

concepção de que a linguagem serve, primordialmente, para agir sobre outrem. As objeções a essas teorias se devem a uma perspectiva teórica na qual se considera que a língua

> [...] permite, ao mesmo tempo, a comunicação *e a não-comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido. [...] Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os "processos discursivos", na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes. (1997: 93).

O autor considera que a idéia de que o sujeito e a sua subjetividade sejam os suportes do discurso criam o efeito de responsabilidade e de imputabilidade associadas à liberdade do sujeito. Para Pêcheux, os processos discursivos se desenvolvem não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, que utilizaria "acidentalmente" os sistemas lingüísticos. Os processos discursivos não estão submetidos às determinações do pensamento, eles se desenvolvem segundo o autor, sobre a base das leis que existem em todo sistema lingüístico[4].

Mas, segundo Pêcheux, o funcionamento dos elementos lógico-lingüísticos de um enunciado não é absolutamente autônomo, pois, ele depende das *formações discursivas*. O autor considera que o sentido que um enunciado toma é determinado pela configuração das formações discursivas as quais compreendem, por sua vez, "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]" (1997: 160). Essas formações estão ainda, intrincadas nas formações ideológicas.

Pêcheux explica que, numa situação dada, as formações discursivas em jogo constituem um conjunto complexo, desigual e contraditório, o qual, por sua vez, encontra-se sob a dominação do conjunto das formações ideológicas. Segundo o autor, a relação entre esses conjuntos é determinada pela luta ideológica das classes[5]. A luta de classes

[4] Ao discutir o suposto domínio do autor sobre o texto, Orlandi afirma que "um texto pode significar mesmo o que não faz parte da intenção de significação de seu autor (ilusão discursiva do sujeito)". (1983: 178).

[5] Pêcheux especifica com o conceito de *interdiscurso*, a relação que a formação discursiva mantém com a sua exterioridade. De acordo com o autor, "[...] o interdiscurso é, perpetuamente, o lugar de um 'trabalho' de reconfiguração no qual uma formação discursiva é levada, em função dos interesses ideológicos que ela representa, a absorver elementos *pré-construídos* produzidos fora dela, associando-os metonimicamente a

explica não só a relação entre formações discursivas e formações ideológicas como também as formas de existência do pensamento.

Ainda de acordo com Pêcheux, o conjunto das relações econômicas, políticas e ideológicas, que são atravessadas e organizadas pela luta de classes, é que determina as modalidades histórico-materiais e é sob essas modalidades que segundo o autor, o real determina as formas de existência do pensamento. Para Pêcheux,

> Isso significa que essas modalidades histórico-materiais não poderiam em caso algum corresponder à estrutura idealista do conhecimento, supondo a distribuição em objetos a conhecer, de um lado, e sujeitos capazes de conhecer, de outro, e nestes últimos a possibilidade correlativa de atingir (no campo da verdade) ou de falsear (no campo do erro) os objetos em questão [...]. (1997: 256).

O autor também considera que o pensamento não tem a homogeneidade, a continuidade conexa, a transparência, a interioridade subjetiva da chamada consciência, pois, segundo ele,

> [...] "o pensamento" só existe sob a forma de *regiões de pensamento*, disjuntas e submetidas entre si a uma lei de exterioridade distribuída, que está relacionada com a exterioridade global do real em relação a "o pensamento" [...]. (1997: 258).

Outra evidência questionada por Pêcheux é a da experiência de uma situação, que compreende a idéia de que uma experiência pode ser transferida por identificação-generalização a qualquer sujeito. O autor considera que a coincidência do sujeito consigo mesmo (eu/ver/aqui/agora) no "visto" de uma cena

---

seus próprios elementos por *efeitos-transversos* que os incorporam, na evidência de um novo sentido em que eles são 'acolhidos' e fundados (com base em um novo terreno de evidências que os absorve) por meio do que chamamos um 'retorno do saber ao pensamento': em suma, um 'trabalho' de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na *extensão* sinonímica da paráfrase-reformulação". (1997: 278). Já o espaço subjetivo da enunciação é, segundo Pêcheux em *Atualizações e perspectivas a propósito da análise automática do discurso* (1990), um espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável. Segundo Maingueneau, admitir que a interdiscursividade seja constitutiva significa admitir também que "um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., *mas de um trabalho sobre outros discursos*". (1989: 120).

> [...] assegura a continuidade na evidência do sentido entre o vivido empírico e a abstração especulativa, a continuidade da "situação" (concreta) à "propriedade" (abstrata), a continuidade entre o sujeito concreto e o sujeito universal, supostamente o sujeito da ciência (funcionamento nocional-ideológico). (1997: 196).

Na teoria formulada por Pêcheux, admite-se que a ideologia esteja subordinada a forças materiais. Além disso, essa teoria propõe que, ao invés de terem sua origem nos sujeitos, as ideologias na verdade constituem os indivíduos em sujeitos. Pêcheux atribui à ideologia, o papel dialético tanto de matéria-prima como de obstáculo, no que diz respeito à produção dos conhecimentos, à prática pedagógica e à prática política do proletariado.

Segundo esse autor, as ideologias são feitas de práticas e não de idéias. Pêcheux considera que abandonar a concepção de ideologia como idéia, significa rejeitar a explicação de que a luta de classes ideológica compreenderia "o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas 'concepções do mundo', seguindo-se a esse encontro a vitória da classe 'mais forte', que imporia, então, sua ideologia à outra". (1997: 144). As referidas práticas, por sua vez, devem-se à luta de classes que atravessa os chamados aparelhos ideológicos de Estado, contribuindo para a reprodução/transformação das relações de produção[6]. Ainda com relação à ideologia Pêcheux afirma:

> Destaquemos bem, a esse respeito, a insuficiência (teórica e *prática*) de qualquer interpretação da ideologia, seja como pura ilusão e não-ser ("desprovido de sentido"), do qual bastaria deixar de falar para anular seu efeito, seja como pura fábula inventada deliberadamente pelos Príncipes e os Sacerdotes. (1997: 139).

Pêcheux explica que a ideologia, enquanto categoria filosófica, não é o equivalente "marxista" do erro, da ilusão ou da ignorância. Ao invés disso, essa categoria filosófica

> [...] designa o espaço da luta "eterna" entre duas tendências:

[6] Em uma outra passagem, ao reafirmar que a ideologia é uma força material, Pêcheux acrescenta "que é no próprio elemento dessa força material que o povo 'se liberta de suas correntes', utilizando contra ela mesma essa força material que, como tal, não tem nem história nem fim". (1997: 282).

> - a tendência idealista, que visa identificar o processo sem sujeito a um sujeito [...] tendo como "fim" a unificação do real sob a forma de unificação do pensamento;
> - a tendência materialista, que visa desfazer essa identificação, colocando o real (incluindo-se nele pensamento que, sob uma forma específica, é, por ele, determinado) como um processo não-unificado, atravessado por desigualdades e por contradições. (1997: 275).

A concepção de Pêcheux acerca da ideologia suscitou diversos estudos e comentários. Alguns deles, como os de Maldidier, Orlandi e Rodríguez-Alcalá interessam mais diretamente para o presente trabalho e, por isso, serão aqui retomados. Segundo Maldidier, Pêcheux ofereceu a toda uma geração "a possibilidade de 'pensar o marxismo fora de uma vulgata mecanicista'". (2003: 18). Orlandi, em prefácio ao livro de Maldidier, considera que o ponto forte da construção teórica de Pêcheux foi o de

> [...] ter discutido o modo mesmo como se define e como funciona a ideologia, colocando o discurso como o lugar de acesso e observação da relação entre a materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua. A partir daí a ideologia deixa de ser concebida como o era na filosofia ou nas ciências sociais para adquirir um novo sentido: o que se estabelece quando pensamos a própria produção dos sujeitos e dos sentidos. Inverte-se o pólo de observação: não se parte dos sentidos produzidos, observa-se o modo de produção de sentidos e da constituição dos sujeitos. E aí não se pode prescindir, de um lado, da linguagem, de outro, da ideologia. Não como ocultação da realidade mas *como princípio mesmo de sua constituição*. As chamadas evidências que estão sempre já-lá". (2003: 12). (grifo nosso).

Rodríguez-Alcalá considera que Pêcheux, ao pensar o político a partir de uma reflexão sobre a língua saussuriana afetada pelo inconsciente freudiano, evita

> [...] certos desenvolvimentos mecanicistas do conceito marxista de ideologia enquanto 'alienação' ou 'falsa consciência', que impediriam a visão da 'realidade'. A noção discursiva de ideologia introduz o equívoco, a falha, o esquecimento, a contradição como elementos estruturantes do político, dos quais não é possível se 'desalienar', e em cujo funcionamento deve ser levada em conta a materialidade da língua. (2003: 05-06).

Ainda segundo Rodríguez-Alcalá, do ponto de vista do discurso, a ideologia é "esse trabalho *simbólico-e-político* sobre o real natural que se opera *na/pela língua* e do qual resulta e se desenvolve a vida humana; sua eficácia provém do fato de que seu funcionamento é da ordem do inconsciente". (2003: 02).

Como já mencionado por Orlandi, a ideologia também está relacionada com a determinação do sentido. Pêcheux explica que a evidência do sentido de uma palavra ou de um enunciado, baseada na suposta transparência da linguagem, mascara o que o autor chama de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, a objetividade material contraditória do interdiscurso. Na proposição teórica de Pêcheux se considera que "um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui". (1997: 261). Desse modo, o autor afirma que

> [...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe "em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (1997: 160).

Em uma outra passagem de *Semântica e discurso*, Pêcheux se refere às conseqüências advindas da disjunção entre a história e a luta de classes. O autor explica que essa disjunção faz com que as teorias pensem em primeiro lugar a história em sua suposta objetividade e só em seguida se pensa a luta de classes como um efeito na história, o qual acarretaria as tomadas de posição com respeito a essa objetividade. Pêcheux se pergunta:

> Como não ver que essa disjunção levaria, considerando a questão particular do discurso, à oposição ente uma "linguagem ideológica" (que seria referida a situações concretas que implicassem tomadas de posição) e uma "linguagem científica" (que seria o puro desenvolvimento de propriedades "abstratas", isto é, "verdadeiras" para além de qualquer tomada de posição), de modo que, em todo discurso, incluindo-se aí o "discurso político", poder-se-ia fixar e distinguir "o que é ideológico" (enquanto ligado a uma tomada de posição) e "o que não é ideológico" (enquanto situado para além de toda tomada de posição)? (1997: 209).

O autor considera que não existe uma região com a necessidade lógica da ciência e uma outra região com a necessidade ideológica da não-ciência, da ilusão, do erro ou da ignorância e por isso mesmo,

> [...] nunca se *sai* de uma região para se *entrar* em outra: não se rompe jamais com a ideologia em geral, mas sempre com esta ou aquela formação ideológica, inscrita histórico-materialmente no conjunto complexo das formações ideológicas de uma formação social dada. (1997: 257).

O conhecimento resulta segundo Pêcheux, da transformação de matérias-primas ideológicas em objetividades materialistas "através do desenvolvimento de ideologias novas e de formas novas da interpelação ideológica[7]". (1997: 270).

Em um outro livro, seu último texto, *O discurso: estrutura ou acontecimento* de 1983, Pêcheux (2002) critica novamente a concepção segundo a qual a ideologia é superada no conhecimento científico. De maneira bem própria ele afirma:

[7] Pêcheux considerou inicialmente que essa interpelação, e o conseqüente assujeitamento dos indivíduos, eram plenos. O papel que ela cumpriria era o de fornecer "[...] 'a cada sujeito' sua 'realidade', enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas. Ao dizer que o *EGO*, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*, não estamos, pois, fazendo apelo a nenhuma 'transcendência' (um Outro ou um Sujeito *reais*); estamos, simplesmente, retomando a designação que Lacan e Althusser – cada um a seu modo – deram (adotando deliberadamente as formas travestidas e 'fantasmagóricas' inerentes à subjetividade) do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como *interior* sem *exterior*, *e isso pela determinação do real (exterior)*, e especificamente [...] *do interdiscurso como real* (exterior)". (1997: 162-3). Em sua retificação de 1978 intitulada *Só há causa do que falha*, que, como explica Maldidier (2003), foi a primeira elaboração do anexo acrescido à tradução inglesa de *Semântica e Discurso*, Pêcheux afirma: "[...] o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca* é *inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos [...] mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma 'pulsação' pela qual o *non-sens* inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar. [...] os traços inconscientes do significante não são jamais 'apagados' ou 'esquecidos', mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido". (1997: 300). Ainda segundo o autor, "há, talvez, no estudo histórico das práticas repressivas ideológicas um fio interessante a seguir, para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper o círculo encanto da ideologia dominante". (1997: 302-3). Maldidier considera que essa retificação de Pêcheux inverteu a tese da interpelação ideológica, pois, "não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito". (2003: 70).

> O projeto de um saber que unificaria esta multiplicidade heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente "humana", ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e os de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios. (2002: 35).

Pêcheux caracteriza o real que é objeto de estudo das disciplinas de interpretação como constitutivamente estranho à univocidade lógica. Mas ainda que seja assim, o autor considera que o não logicamente-estável não é um defeito, um simples furo no real. Segundo Pêcheux, o equívoco, a elipse, a falta, o jogo de diferenças, alterações, contradições, a ambigüidade, a *heterogeneidade constitutiva*[8], são próprios da língua, são fatos estruturais implicados pela ordem do simbólico.

Com relação ao saber específico dessas disciplinas, o autor afirma que ele é um saber que "não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos". (p. 43). A partir dessas considerações acerca do real e do saber das disciplinas de interpretação, Pêcheux assinala que

> Restituir algo do trabalho específico da letra, do símbolo, do vestígio, era começar a abrir uma falha no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias (industriais e bio-médicas), dos humanismos moralizantes ou religiosos: era colocar em questão essa articulação dual do biológico com o social (excluindo o simbólico e significante). Era um ataque dando um golpe no narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana [...] um ataque contra a eterna negociação de "si" (como mestre/escravo de seus gestos, palavras e pensamentos) em sua relação com o outro-si. (2002: 45).

[8] Segundo Maldidier, o conceito de heterogeneidade, tal como formulado por Authier-Revuz e tratado pela *análise de discurso*, permitiu a Pêcheux repensar a dominação da ideologia dominante. Maldidier explica que o procedimento dessa autora, "coloca em evidência as rupturas enunciativas no 'fio do discurso', o surgimento de um discurso outro no próprio discurso". (2003: 73).

Como o equívoco é tido como constitutivo da língua, a perspectiva teórica de Pêcheux propõe que

> [...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (2002: 53).

O que possibilita a interpretação é a existência da relação de ligação, identificação ou transferência, que se estabelece segundo o autor, porque existe o *outro* nas sociedades e na história. Essa ligação, por sua vez, permite que as filiações históricas se organizem em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. Para Pêcheux, "as coisas-a-saber" são sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras. O autor explica que sua teoria assume a perspectiva de que toda descrição abre sobre a interpretação, mas que isso não significa admitir que não existam coerções à interpretação, pois, de acordo com ele,

> [...] a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. (2002: 54-5).

Mas apesar do discurso não ser independente das redes de memória e dos trajetos sociais, ele marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos, pois, segundo o autor,

> [...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou

> menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma "infelicidade" no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um "erro de pessoa", isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (2002: 56-7).

É nessa "infelicidade" que Pêcheux localiza uma das possíveis razões para que existam as sociedades e a história, "e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação". (2002: 57). Diante dessas possibilidades e das coerções impostas ao discurso, e da posição do intérprete que se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, Pêcheux considera que o discurso envolve igualmente "uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade". (2002: 57).

Antes de passarmos para o sub-capítulo 1.2, deve-se mencionar algumas considerações de Possenti (2001) acerca da ação consciente do sujeito sobre o discurso, já que em sua retificação Pêcheux (2002) apenas mencionou rapidamente essa questão. Compreender o papel que a subjetividade desempenha no discurso se faz necessário para que se possa situar devidamente o papel que o jornalista desempenha na produção da notícia. Possenti questiona concepções tidas como clássicas da função da linguagem, entre as quais, a de que a língua é um espelho do pensamento ou um simples instrumento de codificação de mensagens[9]. O autor afirma que

> [...] uma teoria adequada deve considerar a linguagem como trabalho e atividade[10]. Nada de inatismo, por um lado, nada de radicalismo estruturalista, por outro, onde se nega qualquer espaço para os

[9] Possenti (2001), retomando Franchi, considera que a linguagem compreende uma atividade constitutiva. Segundo Franchi, "antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, idéias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências". (1977: 19).

[10] De acordo com Possenti, "os falantes trabalham continuamente a relação entre a língua e os mais diversos sistemas de referência existentes, aumentando a potencialidade significativa dos recursos expressivos, ao mesmo tempo que, se necessário, estes também são ampliados ou modificados. Esta tarefa contínua e sempre inacabada, se considerada constitutiva da linguagem mesma, permite abrigar, sem dúvida, teorias sintáticas e semânticas mais compatíveis com os dados empíricos que as línguas como realmente faladas põem como desafio ao investigador, sem congelar e higienizar dados, sem obrigar a cortes metodológicos às vezes demasiadamente arbitrários". (2001: 93).

> interlocutores e as condições de produção. A sintaxe e a semântica devem ser consideradas indeterminadas, isto é, não contendo todos os elementos necessários para a interpretação. Mas não devem ser consideradas inexistentes, de vez que os significados e as formas estão relacionados de maneiras determináveis por uma teoria lingüística. (2001: 39).

Ainda de acordo com o autor, a indeterminação das estruturas sintáticas e semânticas existe de tal forma "que mesmo as categorias, as relações e os sentidos se constituem efetivamente nos processos discursivos e de constituição das línguas". (p. 63-4). A sintaxe apresenta a mesma variabilidade da fonologia e da morfologia e ainda segundo Possenti,

> [...] cada variante concreta que ocorre produz só e exatamente o seu efeito (sempre consideradas, evidentemente, as condições situacionais e co-textuais em que ocorrem e que podem, certamente, pressionar mais em favor de uma organização material à custa de outras possíveis). (2001: 161).

O autor considera que quando encarada dessa forma, deixa-se de admitir a "existência de um conteúdo prévio ou independente, que possa ser veiculado de forma intocada por vários recursos expressivos". (2001: 161).

Desse modo, a língua que a realidade apresenta, como explica o autor, ao invés de estruturada, ao invés do sentido fixo dos elementos não dêiticos[11], possui como traço relevante

> [...] a própria atividade do sujeito, atividade esta de natureza constitutiva e não apropriadora. O que não significa que o falante não deve submeter-se a um conjunto de regras, porque nem tudo é indeterminado. A atividade do sujeito não se dá apenas em relação ao aparelho formal da enunciação, mas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintático e semântico. É nesta atividade que o sujeito se constitui como tal, e exatamente por esta atividade. (2001: 64).

[11] Maingueneau (2002) explica que os embreantes, que também são chamados de dêiticos, são os elementos que no enunciado marcam a embreagem, o conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação. Outros chamam esses embreantes de *shifters*.

A atividade do falante não é definida por Possenti como atividade de apropriação porque segundo o autor, essa concepção exclui a ação do locutor sobre a língua, "já que põe em evidência apenas a ação entre e sobre os interlocutores *através* da língua". (2001: 63).

A escolha de certos recursos expressivos, o que exclui outros, a instauração de certas relações entre locutor e interlocutor depreensíveis freqüentemente ou do dialeto ou das marcas estilísticas definidoras de papéis sociais, indicam segundo Possenti, a presença da subjetividade na linguagem. Mas essa subjetividade pode ser ressaltada ou apagada pelo locutor. O autor afirma que essa variação depende do grau de submissão do locutor às expectativas institucionais. Desse modo, Possenti considera que a língua é um aparelho de enunciação e de individuação, "não é que possa ser: ela é, ela implica a subjetividade". (2001: 73).

No entanto, considerar essa implicação não significa segundo o autor, conceber que o discurso resulta apenas das intenções de seus produtores, e sim que o falante não é nem inútil, nem todo-poderoso. Os interlocutores, como explica Possenti, não são nem escravos nem senhores da língua e sim trabalhadores[12]. Para o autor,

> [...] dizer que o falante *constitui* o discurso significa dizer que ele, submetendo-se ao que é determinado (certos elementos sintáticos e semânticos, certos valores sociais) no momento em que fala, considerando a situação em que fala e tendo em vista os efeitos que

[12] Admitir a relação entre discurso e subjetividade não significa de acordo com Possenti (2001), considerar que cada locutor cria sua língua, como se as escolhas do locutor fossem livres de condicionamentos, decorressem totalmente da sua consciência, nem que cada locutor é da língua apenas um canal de passagem ou de exteriorização, como se a língua lhe fosse dada pronta e intocável. Essas afirmações de Possenti compreendem uma crítica a algumas concepções da análise de discurso de linha francesa que, em parte, foram questionadas pelo próprio Pêcheux. Para Possenti, essa linha de investigação concebe que apenas o contexto ou a classe a que pertence o falante desempenha um papel na constituição do discurso. O questionamento de Possenti a essa afirmação se justifica porque o autor considera que o falante tem um papel ativo nessa constituição. De acordo com o autor, "se é verdade que ele [o falante] não está livre das regras lingüísticas nem das sociais, também é verdade que as regras lingüísticas lhe permitem espaços e as regras sociais lhe permitem pelo menos aspirações, representações e, mesmo, rupturas de regras, lugares onde a subjetividade se manifesta como não necessariamente assujeitada, mas sim ativa". (2001: 274). Na perspectiva assumida pelo autor, admite-se que o locutor escolha embora se considere que essa ação não seja necessariamente consciente, mas também, como afirma Possenti, não se pode excluir esta possibilidade. Enquanto isso, no seu último texto, como já citado, Pêcheux afirma que "todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço [...]". (2002:56). Desse modo, o que parece é que existe uma diferença entre Possenti e Pêcheux, considerando desse último autor textos como *Só há causa do que falha* (1997) e *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2002), no que se refere ao grau que cada um deles atribui à participação das escolhas conscientes do sujeito na constituição do discurso.

> quer produzir, escolhe, entre os recursos alternativos que o trabalho lingüístico de outros falantes e o seu próprio, até o momento, lhe põem à disposição, aqueles que lhe parecem os mais adequados. (2001: 77).

A significação do discurso, que compreende a ação significativa dos sujeitos do discurso, incluindo as atribuições de sentido do interlocutor, não resulta exclusivamente, como considera Possenti, seja do sentido proposicional do enunciado, seja de inferências semânticas ou pragmáticas nele baseadas. O autor afirma que "o 'sentido' do discurso é seu 'efeito de sentido', isto é, o que se produz, na ordem da significação, pelo fato de ter acontecido um determinado enunciado em determinadas condições de enunciação". (2001: 276).

Por isso mesmo, Possenti considera que a interpretação em qualquer discurso é em princípio para o interlocutor, a escolha de um dos sentidos possíveis e para o analista, o levantamento das condições que favorecem ora um, ora outro, e não a busca do seu sentido, que estaria de alguma forma oculto.

1.2. O caráter material e ideológico do signo

Vejamos, agora, algumas das proposições de Bakhtin formuladas em 1929 que também discutem aspectos importantes relativos à linguagem e à ideologia. Bakhtin (1992), assim como Pêcheux, rejeita a tese na qual se concebe que as questões ideológicas são manifestações da consciência, fenômenos de natureza psicológica. Bakhtin explica que do ponto de vista do subjetivismo individualista, a enunciação monológica se apresenta "como um ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos, etc." (1992: 110-1). A expressão se define nessa perspectiva como "tudo aquilo que, tendo-se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores" (1992: 111).

Como conseqüência dessa perspectiva, o autor considera que

> [...] a compreensão, o comentário e a explicação do fato ideológico devem dirigir-se para o interior, isto é, fazer o caminho inverso do

> da expressão: procedendo da objetivação exterior, a explicação deve infiltrar-se até as suas raízes formadoras internas. (1992: 112).

Vale assinalar que, essas concepções acerca da expressão são assumidas pelas teorias sobre o jornalismo, conforme a análise que será apresentada na segunda parte do presente trabalho. Logo adiante, pretende-se retomar a perspectiva que Bakhtin assume com relação à expressão.

O autor também afirma que o idealismo priva "de todo sentido, de toda significação, o mundo material em benefício de um 'espírito' fora do tempo e do espaço". (1992: 51). Em sua perspectiva teórica, ao invés de reduzidos às particularidades da consciência e do psiquismo, considera-se que os fenômenos ideológicos devem ser situados na realidade material do signo. O papel da língua é concebido por Bakhtin como realidade material específica da criação ideológica[13].

Além disso, o autor também questiona a concepção assumida pela filosofia idealista e pela visão psicologista da cultura segundo a qual, o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão e afirma:

> O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que *a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos*. Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. (1992: 33-4).

A palavra na teoria proposta por Bakhtin é um instrumento da consciência e que por isso, acompanha e comenta toda criação, todo ato, ideológicos. Essa ligação tanto se dá com os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos, que não se realizam sem a participação do discurso interior, quanto com todas as manifestações da criação

[13] Segundo Bakhtin, as formas da língua e as motivações subjetivas que estão subjacentes à sua utilização são os fatores materiais objetivos das ideologias. Zoppi-Fontana que analisa o conceito de signo ideológico em Bakhtin considera que "consciência, signo e sentido estão intimamente ligados pelo fato de todos eles serem produzidos como objetos ideológicos nos processos históricos da interação social". (1991: 49).

ideológica que se banham no discurso e que não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele.

Como Bakhtin não dissocia o signo das formas concretas da comunicação social e como também não dissocia a comunicação e suas formas de sua base material, de sua infra-estrutura[14], ele considera que em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios e esse confronto faz com que o signo se torne a arena onde se desenvolve a luta de classes[15], o produto da interação viva das forças sociais.

No que diz respeito à relação entre o signo ideológico e o psiquismo, Bakhtin a caracteriza como interação dialética indissolúvel. Segundo o autor,

> [...] o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa. O signo interior deve libertar-se de sua absorção pelo contexto psíquico (biológico e biográfico), ele deve parar de ser experimentado subjetivamente para se tornar signo ideológico. O signo ideológico deve integrar-se no domínio dos signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para permanecer um signo vivo e evitar o estatuto honorífico de uma incompreensível relíquia de museu. (1992: 65).

De acordo com Bakhtin, no ato de fala, enquanto a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação. Esse ato, por sua vez, deve provocar uma codificação em forma de réplica. De acordo com a perspectiva teórica de Bakhtin, a reação a uma palavra só acontece se essa palavra despertar "em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida". (1992: 95).

As enunciações são desse modo, elos da cadeia dos atos de fala. Bakhtin considera que uma enunciação ou prolonga aquelas que a precederam, ou polemiza com elas. A

[14] Bakhtin explica que "a base material determina a estratificação da sociedade, sua estrutura sócio-política, e distribui hierarquicamente os indivíduos que nela se encontram em relação de interação". (1992: 189). É desse modo que base material e comunicação social estão ligadas.

[15] De acordo com Bakhtin, esta contradição constitutiva de todo signo ideológico não se mostra à descoberta nas condições habituais da vida social. Isso acontece porque, segundo o autor, "na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante". (1992: 47).

enunciação conta, ainda, com as reações ativas da compreensão, antecipa essas reações. Para o autor,

> Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante. (1992: 98).

Bakhtin considera que a língua é um fenômeno puramente histórico e se excluída essa condição de sua existência, o autor afirma que se exclui também, a possibilidade de associação ativa da consciência do locutor com o processo de evolução histórica. Essa impossibilidade inviabiliza segundo Bakhtin, "a conjunção dialética entre necessidade e liberdade e até, por assim dizer, a responsabilidade lingüística". (1992: 108).

Ao invés de considerar que a expressão compreende a exteriorização objetiva para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores de tudo aquilo que se formou e determinou de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, Bakhtin afirma que,

> [...] é *a expressão que organiza a atividade mental*[16], que a modela e determina sua orientação. Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*. (1992: 112).

Segundo a teoria formulada por Bakhtin, o mundo interior e a reflexão dos indivíduos contam com "um *auditório social* próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc.". (1992: 112-3). Além disso, o autor considera que a realização do signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. Bakhtin afirma que a estrutura da enunciação é determinada pela situação social mais imediata e pelo meio social mais

[16] No que se refere à relação entre expressão e consciência, Bakhtin afirma que "é a língua que ilumina a personalidade interior e a consciência, que as cria, diferencia e aprofunda, e não o contrário. O devir da personalidade situa-se na língua: não tanto, é verdade, nas suas formas abstratas mas nos seus temas ideológicos. A personalidade é, do ponto de vista do seu conteúdo subjetivo interior, o tema da língua: esse tema desenvolve-se e varia no quadro de estruturas lingüísticas mais estáveis. Por conseqüência, *não é a palavra que constitui a expressão da personalidade interior, mas ao contrário esta última constitui uma palavra contida ou interiorizada*. A palavra é a expressão da comunicação social, da interação social de

amplo[17]. O autor explica que a forma e o estilo ocasionais da enunciação são determinados pela situação e pelos participantes mais imediatos, enquanto "os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor". (1992: 114).

Em linhas gerais, pode-se dizer que na teoria proposta por Bakhtin, os destinos da enunciação individual, seu grau de resistência às influências, o grau de diferenciação dos diversos aspectos que nela se percebem, a natureza de sua individualização semântico-verbal, são determinados pela comunicação verbal num certo momento da evolução da língua. O autor considera que essas relações se exprimem "primeiro nas construções estáveis da língua, tanto nos seus esquemas como nas suas variantes". (1992: 189). A partir dessas concepções, Bakhtin afirma que

> [...] a personalidade do falante existe não como um tema amorfo mas como uma construção mais estável (na verdade, essa construção é indissoluvelmente ligada a um conteúdo temático particular, que lhe corresponde exatamente). Assim, nas formas de transmissão do discurso, a própria língua reage à personalidade como suporte da palavra. (1992: 189).

O autor considera ainda, que toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica. Mais uma vez Bakhtin rejeita as concepções do subjetivismo individualista de que o "conteúdo ideológico pode igualmente ser deduzido das condições do psiquismo individual". (1992: 122). Segundo o autor, a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes, já que a própria evolução da consciência individual depende segundo Bakhtin, da evolução da língua, nas estruturas tanto gramaticais como

---

personalidades definidas, de produtores. E as condições materiais da socialização determinam a orientação temática e constitutiva da personalidade interior numa época e num meio determinados". (1992: 188-9).

[17] A orientação social é tão decisiva para a compreensão não só da estrutura do enunciado, como também para a compreensão da própria estrutura da consciência. Isso porque, de acordo com Bakhtin, "o grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social". (1992: 114). O autor também considera que "a atividade mental do eu tende para a auto-eliminação; à medida que se aproxima do seu limite, perde a sua modelagem ideológica e conseqüentemente seu grau de consciência, aproximando-se assim da reação fisiológica do animal". (1992: 115).

concretamente ideológicas. Como é um fenômeno ideológico por excelência, Bakhtin considera que a palavra reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais[18].

Outro aspecto da teoria proposta por Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem* que interessa para a discussão que se pretende fazer na segunda parte desse trabalho é o que envolve a compreensão do enunciado verbal. O autor descreve o processo de compreensão como uma orientação em relação à enunciação, o processo de encontrar o lugar adequado dessa enunciação no contexto correspondente, formar uma réplica e segundo sua perspectiva teórica, a significação só se realiza nesse processo de compreensão ativa e responsiva[19]. Bakhtin explica que

> [...] cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*. [...] A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. (1992: 132).

[18] Bakhtin cita os caminhos para se estudar a evolução dialética da palavra: "Pode-se estudar a *evolução semântica*, isto é, a história da ideologia no sentido exato do termo; a *história do conhecimento*, isto é, a evolução da verdade, uma vez que a verdade só é eterna enquanto evolução eterna da verdade; a *história da literatura*, como evolução da verdade na arte." (1992: 194). Um outro caminho seria "o estudo da evolução da própria língua como *material ideológico*, como meio onde se reflete ideologicamente a existência, uma vez que a reflexão da refração da existência na consciência humana só se efetua na palavra e através dela. É impossível, evidentemente, estudar a evolução da língua dissociando-a completamente do ser social que nela se refrata e das condições sócio-econômicas refratantes. Não se pode estudar a evolução da palavra dissociando-a da evolução da verdade, em geral, e da verdade na arte, tais como são expressas na palavra pela sociedade humana, para a qual existem". (1992: 194-5). Nessas afirmações, Bakhtin questiona a existência de uma verdade absoluta e imutável. É importante assinalar que essa concepção acerca da verdade é comumente aceita nas concepções sobre o jornalismo (cf. 2 e 3).

[19] Ao se referir à compreensão, à significação, Bakhtin afirma que "aqueles que ignoram o tema (que só é acessível a um ato de compreensão ativa e responsiva) e que, procurando definir o sentido de uma palavra, atingem o seu valor inferior, sempre estável e idêntico a si mesmo, é como se quisessem acender uma lâmpada depois de terem cortado a corrente. Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação". (1992: 132). Logo adiante, o autor retoma a questão da comunicação verbal: "A língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbui-se do seu poder vital e torna-se uma realidade." (1992: 154). Para Bakhtin, a interação verbal constitui a realidade fundamental da língua. Possivelmente, as críticas de Pêcheux a Bakhtin podem ser atribuídas a essas afirmações, porque de acordo com Pêcheux, existe uma dimensão da língua que existe por si mesma e que por isso não pode ser recoberta.

Em suma, essas são algumas questões relativas à linguagem e ao papel constitutivo que a ideologia desempenha em sua constituição. Mas além da linguagem e da ideologia, outro tema que é recorrente tanto nos livros quanto nas definições dos alunos sobre o jornalismo é o do conhecimento. Por isso, mesmo que não se trate do objetivo principal do presente trabalho, pretende-se retomar brevemente o conceito de conhecimento formulado por Pino (2001) e a perspectiva teórica que o subsidia para que se possa compará-los com os conceitos e as perspectivas assumidas por autores e alunos o que se efetuará nos capítulos 3 e 4.

1.3. Alternativas para se pensar o conceito de conhecimento

Como se pretende mostrar nos dois próximos capítulos, os conceitos de linguagem, ideologia e conhecimento são reiteradamente mencionados tanto pelas teorias quanto pelos alunos que definem o jornalismo. Um dos autores que serão analisados nos dois próximos capítulos, Genro Filho (1996), ao invés de apenas retomar o conceito sem discuti-lo como os demais, dedica-se a teorizar sobre ele.

O que se pretende fazer nesse momento é indicar algumas questões discutidas por Pino (2001), para que no terceiro capítulo seja possível refletir acerca da formulação teórica de Genro Filho. Como retoma Pino, uma das possibilidades de se refletir acerca do conhecimento é a partir da perspectiva do racionalismo iluminista. De acordo com o autor, nessa perspectiva

> [...] conhecer era revelar as leis que regem a Natureza e que estão inscritas nela: as *leis naturais*. Estas leis conferem à ordem natural uma *racionalidade* cuja revelação é obra da razão humana. É sabido que o iluminismo transfere à Natureza uma racionalidade que o pensamento de orientação religiosa colocara fora dela, ao mesmo tempo que faz do homem um ser naturalmente racional, sintonizado com a racionalidade da Natureza da qual faz parte". (2001: 49).

Pino explica que "esta concepção influenciou profundamente o pensamento moderno, fazendo com que a idéia da existência de *leis naturais* penetrasse não só as ciências normativas, como o direito e a moral, mas também as ciências *naturais*". (2001: 49).

Contrapondo-se a essa perspectiva, o autor, a partir de Vygotsky e Luria, assume a perspectiva da corrente histórico-cultural[20]. Segundo Pino, essa corrente define o conhecimento como uma produção social que emerge da atividade humana, a qual em contraposição à atividade própria ao mundo animal, é social, instrumental - o que compreende a subordinação da atividade à criação dos meios adequados para realizá-la ou ao uso dos já existentes - e ainda, é transformadora do real.

Ainda de acordo com o autor, a qualidade produtora da ação humana, sua capacidade de transformar simultaneamente o objeto e o sujeito da atividade se deve à natureza instrumental, técnica e semiótica dessa ação. O que introduz a espécie humana na ordem da cultura é justamente segundo o autor, a capacidade que essa espécie tem de produzir e de reapropriar-se do produto da própria atividade. Pino esclarece que não se trata apenas do uso desses produtos, mas da reapropriação da idéia que eles veiculam e ainda, que a ordem da cultura confere à ordem biológica "uma nova forma de existência: a existência *simbólica*". (2001: 41).

Ao agir sobre a natureza, como explica o autor, o homem a transforma em produções culturais e ainda, transforma a si mesmo pela aquisição de novos saberes, capacidades e habilidades. Na relação epistemológica que corresponde à atividade humana, Pino considera que o objeto de conhecimento é ao mesmo tempo fonte do saber do sujeito e produto desse mesmo saber. De acordo com o autor, "pelo mesmo ato que o homem transforma a natureza ele a constitui em objeto de conhecimento (produção cultural) e a si mesmo em sujeito de conhecimento". (2001: 40). A partir dessa perspectiva, Pino afirma que

> [...] o conhecimento não se explica nem como mero ato do sujeito nem como mero efeito do objeto, nem ainda como resultado da interação sujeito < > objeto, mas como uma relação dialética, mediada semioticamente, entre o sujeito e o objeto. Mas falar em

[20] Também situada nessa perspectiva, Smolka (2003) se pergunta sobre onde se ancoram as possibilidades de significação, de compreensão, de conhecimento, de sentido. Segundo a autora, elas se ancoram "nas ***práticas sociais***, na experiência partilhada (nunca a 'mesma' para todos), como lugar das relações interpessoais, que vão *acontecendo*, vão se legitimando e se instituindo; e na ***história*** dessas relações, tornada possível pela dimensão discursiva dessas práticas, que implica a memória afetada pelo discurso... A significação, enquanto produção de signos e sentidos, é (resultante de) um trabalho coletivo *em aberto*, que implica ao mesmo tempo, acordo mútuo, estabilização, e diferença (inter-in-compreensão constitutiva...). Há sempre algo possível/passível de ser comum, e há sempre heterogeneidade. As características do *signo* e da *trama* se (con)fundem. (2003: 17-8).

> mediação *semiótica* equivale a falar em mediação *social*, uma vez que tanto os meios técnicos quanto os semióticos, como a palavra, são de origem social. Isso afasta qualquer suspeita de idealismo nessa concepção. (2001: 40).

A relação é caracterizada como dialética porque, como considera o autor,

> [...] os termos que compõem cada uma das duplas (homem < > natureza e sujeito < > objeto), ao mesmo tempo que se opõem e se negam, constituem-se mutuamente, pela mediação instrumental/semiótica. (2001: 40).

Ainda de acordo com Pino, a constituição do sujeito conhecedor só ocorre mediante a progressiva participação do indivíduo nas práticas cognitivas da sociedade. O autor explica que ao participar dessas práticas, o indivíduo transforma em seus, os saberes historicamente produzidos pelos homens, os objetos de conhecimento, e os modos de saber e de pensar, os sistemas lógicos. O indivíduo se apropria do real que "é construído na forma de uma rede de *relações significativas* que lhe confere um certo *ordenamento lógico* tornando-o inteligível". (2001: 44).

O papel mediador da linguagem, da fala, de outros sistemas semióticos, é tido pelo autor como essencial nesse processo de apropriação cultural. Na conclusão desse trabalho, Pino afirma que

> [...] as coisas *em si* não seriam totalmente conhecidas se não fossem *re*-conhecidas pelo pensar humano através da palavra. É o que ocorre com a criança, antes que ela adquira a palavra que *diz* o que é a imagem fugaz da coisa, feita de impressões sensoriais que se fazem e desfazem como pequenos cristais num caleidoscópio. Todavia, é importante lembrar que quando a criança tem acesso ao uso da fala (emissão das primeiras palavras por volta de um ano de idade), ela já foi trabalhada pela *palavra do outro*. [...] a palavra associa a ordem do real (ou das coisas em si) à ordem simbólica (ou das coisas para si), o que torna aquela pensável e comunicável. (2001: 48).

Desse modo, apesar de considerar que o mundo real, ou *em si*, é inacessível à razão humana, que ele só pode ser conhecido como mundo *para si*, ou seja, como objeto da

representação[21] que dele se faz, Pino afirma que isso não significa que conhecer seja um fenômeno individual, pois, segundo sua perspectiva teórica,

> [...] o conhecimento do indivíduo é, primeiramente, conhecimento dos outros. O mundo significa para o indivíduo porque, primeiramente, significou para os outros. Com isso, na perspectiva histórico-cultural, afirma-se que o conhecer é um processo social e histórico, não um fenômeno individual e natural. Ora, dizer que o real só pode ser conhecido como representação equivale a dizer que conhecer é um processo de natureza semiótica. (2001: 42).

Finalmente, deve-se mencionar a proposição teórica de Vygotsky (2000) acerca da relação entre pensamento e linguagem que também é retomada por Pino quando o autor se refere ao papel mediador da linguagem no processo de apropriação cultural. De acordo com essa proposição, é por meio das palavras que o pensamento passa a existir, que ele encontra a sua realidade e a sua forma.

Esse autor considera ainda, que a lingüística não percebeu que a evolução histórica da linguagem, é acompanhada por mudanças na estrutura do significado e na sua natureza psicológica, que é a partir das generalizações primitivas que o pensamento verbal se eleva no nível dos conceitos mais abstratos. Segundo Vygotsky, "não é simplesmente o conteúdo de uma palavra que se altera, mas o modo pelo qual a realidade é generalizada e refletida em uma palavra". (2000: 152).

Essas proposições de Vygotsky questionam as concepções acerca da relação entre pensamento e linguagem que o precederam. Nas concepções questionadas se considera que a palavra é "o concomitante externo ao pensamento, apenas um adereço, sem qualquer influência sobre a sua vida interior". (2000: 153). Ainda de acordo com o autor,

> [...] o desenvolvimento foi reduzido às mudanças nas conexões associativas entre palavras e objetos isolados: uma palavra podia, a princípio, denotar um objeto e, em seguida, associar-se a outro, do

[21] Faz-se necessário acrescentar a observação de Pino segundo a qual, não existe consenso quando se trata do conceito de representação. O autor explica que esse conceito "é utilizado para significar coisas diferentes. No campo da teoria do conhecimento, esse termo pode ser entendido tanto como uma *função* quanto como um *objeto mental*. Como função, é a propriedade de substituir umas coisas por outras que servem para evocá-las. [...] Como objeto mental, é o desdobramento do real no seu equivalente simbólico, o que implica a função semiótica. Se é fácil entender a representação como função, não é igualmente fácil entender a representação como objeto mental nem a maneira como esse objeto se constitui". (2001: 44-5).

> mesmo modo que um casaco, tendo mudado de dono, nos faria lembrar primeiro de uma pessoa e, depois, de outra. (2000: 152).

Em contraposição a essas concepções Vygotsky afirma que

> [...] a estrutura da fala não é um mero reflexo da estrutura do pensamento; é por isso que não se podem vestir as palavras com o pensamento, como se este fosse uma peça de vestuário. O pensamento passa por muitas transformações até transformar-se em fala. Não é só expressão que encontra na fala; encontra a sua realidade e a sua forma. (2000: 158).

Além de analisar o papel constitutivo que a linguagem desempenha na formação do pensamento, Vygotsky também se dedica a compreender como ocorre a transição do pensamento para a palavra. O autor afirma que devido à ausência de um equivalente imediato em palavras para o pensamento, essa transição, ao invés de ser direta, passa pelo significado[22] antes de passar pelas palavras. Na fala segundo Vygotsky, existe sempre o pensamento oculto, o subtexto.

De acordo com o autor, a transição da fala interior, que é um plano específico do pensamento verbal, para a exterior não compreende uma simples tradução de uma linguagem para outra e também não é o resultado de uma mera vocalização da fala silenciosa. Ao contrário, o autor afirma que essa transição "é um processo complexo e dinâmico que envolve a transformação da estrutura predicativa e idiomática da fala interior em fala sintaticamente articulada, inteligível para os outros". (2000: 184). Ainda de acordo com Vygotsky, na fala interior, "uma única palavra está tão saturada de sentido, que seriam necessárias muitas palavras para explicá-la na fala exterior". (2000: 183). Desse modo, o autor considera que a comunicação só pode ocorrer de uma forma indireta.

[22] Vygotsky (2000) retoma a distinção proposta por Paulhan entre sentido e significado. O autor afirma que segundo Paulhan "o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala". (2000: 181). Em seguida, Vygotsky afirma também, que "esse enriquecimento das palavras que o sentido lhes confere a partir do contexto é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras. Dependendo do contexto, uma palavra pode significar mais ou menos do que significaria se considerada isoladamente: mais,

Finalmente, o autor também caracteriza a relação entre o pensamento e a palavra como um processo vivo. Como afirma Vygotsky,

> [...] o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso por palavras permanece uma sombra. A relação entre eles não é, no entanto, algo já formado e constante; surge ao longo do desenvolvimento e também se modifica. (2000: 190).

A partir das questões apresentadas nesse capítulo sobre a linguagem, a ideologia e também sobre o conhecimento, pode-se finalmente, nos próximos dois capítulos, discutir as concepções acerca desses conceitos que são tradicionalmente aceitas nos livros produzidos sobre o jornalismo e, finalmente, no capítulo 4, analisar as definições formuladas pelos estudantes sobre sua futura profissão.

1.4. Algumas revisões nas concepções sobre o jornalismo

Como mencionado na introdução do presente trabalho, a concepção de que a notícia deve se caracterizar pela isenção, pela objetividade, e de que o jornalista deve sempre ouvir os dois ”lados”, as duas versões acerca de um mesmo fato para evitar os partidarismos, que está presente sobretudo nos manuais de redação dos jornais, tem sido rejeitada tanto por alguns teóricos da comunicação, quanto por alguns lingüistas que se dedicam à análise do texto jornalístico.

Vale assinalar que as concepções retomadas nesse capítulo já consideram que a objetividade não existe e isso a partir da análise da própria linguagem. O que se verá no capítulo 2 é que, ao contrário destas, quase todas as definições discutem a questão da objetividade, da neutralidade, a partir da consciência do jornalista e não da linguagem. Uma das conseqüências de se considerar que a existência de objetividade ou não na notícia se deve apenas à consciência do jornalista é justamente reduzir a discussão acerca da produção jornalística à exigência de que os jornalistas controlem sua subjetividade, como se esses profissionais fossem donos de seus discursos ou, então, reduzi-la à constatação de que esses

---

porque adquire um novo conteúdo; menos, porque o contexto limita e restringe o seu significado”. (2000: 181).

profissionais são somente canais através dos quais a ideologia das classes hegemônicas chega às páginas dos jornais.

Faz-se necessário ainda, esclarecer que o que se pretende é apenas mencionar algumas das iniciativas de compreensão acerca do gênero jornalístico. Esse levantamento, mesmo que não seja exaustivo, pretende indicar a relevância do tema tratado pelo presente trabalho e marcar a diferença entre sua proposta e a dos trabalhos que já foram realizados sobre linguagem jornalística e objetividade.

Entre os trabalhos da área de comunicação, Barros Filho e Tognolli (1999) identificam uma distância entre a linguagem e o fato jornalístico que é marcada por uma "falta". Essa "falta", por sua vez, é atribuída a uma impotência que seria intrínseca à codificação. Segundo os autores,

> [...] a falta se coloca como obstáculo intransponível para a objetividade pura de qualquer atividade codificadora, falseia a metáfora do espelho informativo e institui o espaço da comunicação no campo do simbólico, do não-real. (1999: 147).

Segundo os autores, o que eles pretendem é ressituar o sujeito entre um paradigma da objetividade, que ignora o sujeito, e o paradigma subjetivista, que superestima a dimensão criadora que concerne ao referido sujeito. Devidamente ressituado, o sujeito é tido por eles como reconstrutor de um discurso que não é só ou puramente dele. Isso porque ao sujeito também concerne uma dimensão mediadora entre uma polifonia que o precede e uma manifestação discursiva dela decorrente. A conclusão do artigo de Barros Filho e Tognolli é a de que

> [...] a informação jornalística tem uma dimensão pragmática e outra ficcional, absolutamente interdependentes, tendo o sujeito/codificador, plural (enquanto constituído por uma polifonia discursiva) e individual (enquanto reelaborador de um discurso informativo), como área de intersecção das duas dimensões. (1999: 163).

Barros Filho (2000) explica que a análise de qualquer manifestação, seja de natureza discursiva, gestual, entre outras, depende das condições sociais da sua produção, as quais compreendem as posições dos demais agentes do campo e as distâncias sociais entre essas

posições. De acordo com ele, "o significado da manifestação não está nos seus elementos fenomenológicos mas na posição reflexiva de seu produtor". (p. 25).

Apesar da concepção desses autores sobre uma impotência que seria intrínseca à codificação ser discutível e ainda que não abordem outras questões que também impedem a linguagem de ser um espelho do real, os autores reconhecem que a objetividade é irrealizável não devido à consciência dos jornalistas, aos interesses das empresas de comunicação, ou mesmo por causa do sistema capitalista, como outros autores que refletiram acerca do jornalismo, cujas concepções são objeto de análise do presente trabalho (cf. 2).

Além disso, eles se referem ao conceito de polifonia, citando um outro autor Pinto (1999), segundo o qual,

> [...] todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de vozes ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado. (1999: 27).

Com relação às tradicionais teorias sobre o jornalismo, essa referência traz um novo elemento para se compreender a notícia, a reportagem.

Mas além de tentativas isoladas de se discutir a linguagem nas teorias sobre o jornalismo, existe um grupo de estudos na *Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo* que se dedica à análise da relação entre essas duas áreas. Segundo Gomes (2000), professora e pesquisadora desse grupo, para que o jornalismo seja situado no viés das ciências da linguagem, seja tomado como fato de língua, a partir de si próprio, "e não a partir de definições extrínsecas, como seria o caso de qualquer proposta ideológica em nome da qual se supõe que ele deva pautar-se, [...] devemos levar em conta seu papel e sua função na instituição social". (2000: 19).

A autora considera que o corte simbólico, a barra entre signo e referente[23], explica a impossibilidade dos fatos falarem por si próprios e os *shifters*, que são os lugares

[23] Freitas que também integra o grupo citado afirma que "o passo essencial é propiciado pela dissociação que Saussure introduz no signo, graças à qual se funda a distinção entre significante e significado. A barra separatriz, que indica a divisão, já deixa entrever a resistência da significação, antecipando que o significante não representa o significado. No entanto, a função dessa barra separatriz tem sido negligenciada nos estudos

constituídos pela língua, "nos falam de um sistema dado no qual a *pessoa* vem se realizar". (2000: 66). Gomes também menciona o jogo do signo a signo no processo de produção de significações. Ao invés de assumir a perspectiva de que a notícia é referencial, de qualquer pretensão a testemunho da verdade, de noção de registro de uma realidade abstraída do simbólico, a autora afirma que somente como articulação imaginária é que a objetividade pode ser pensada.

O jornalismo de acordo com Gomes, sempre desenha, hierarquiza e organiza o espaço social[24]. A função testemunhal que o jornalismo assume é coadjuvante na construção da realidade porque, como considera a autora, a função testemunhal, tida como exercício da metáfora e da metonímia na atualização da fala, discrimina, atribui valores, cria sentidos e discursos sobre discursos. Desse modo, o jornalismo é tido pela autora como coadjuvante de metanarrativas, o que o torna

> [...] produtor de sentido para as ocorrências, para os fatos. É assim que, de um sentido imanente às matérias, podemos extrair as diferenças de sentido transcendente se compararmos a abordagem de um mesmo fato exercida pela *Folha de S. Paulo* ou por *O Estado de S. Paulo*. (2000: 43).

Com relação aos sentidos tidos como imanentes ou transcendentes, Gomes afirma que

> [...] uma direção genérica ao texto é também uma construção de sentido dado pelas marcas, pelos significados reiterados. É imanente à matéria enunciada quando um jornalista empresta voluntariamente uma direção aos fatos. [...] Se o sentido imanente, a interpretação dada, persiste, defrontamo-nos então com um significado *transcendente* que reenvia a uma posição ideológica. (2000: 54).

Mais uma vez, autores da área de comunicação recorrem a teorias lingüísticas para caracterizar o jornalismo. Faz-se necessário acrescentar que essa é apenas uma

---

da comunicação, servindo aí para a atribuição de uma conjunção e não da radicalidade da separação". (1996: 14).

[24] Gomes reconhece que apesar de ser possível indicar um discurso dominante para uma época e lugar, não se pode desconsiderar que "a pluralidade se manifestará em quantos campos o social possa estar seccionado, o próprio seccionamento fazendo fundo, pela auto-referencialidade, a um discurso diferenciado". (2000: 46).

possibilidade de compreensão acerca da linguagem e que não esgota as alternativas disponíveis. O corte simbólico, os *shifters*, ou o jogo do signo a signo, devem ser considerados elementos que tornam a objetividade irrealizável, mas como exposto anteriormente (cf. 1.1 e 1.2), existem outros elementos, que constituem a linguagem e que também participam da construção das significações, que frustram a pretensão à objetividade.

Mas além desses pesquisadores que buscaram compreender e definir o jornalismo a partir de reflexões acerca da linguagem, que buscaram ancoramento em teorias lingüísticas, alguns lingüistas também se dedicaram ao jornalismo só que analisando as reportagens, as manchetes, os editoriais jornalísticos, a fim de caracterizar o funcionamento desses discursos.

Na tese *Formas de produção do real na imprensa brasileira*, Grillo questiona a proposição dos manuais de redação dos jornais *Folha de S. Paulo* (o da *Folha* antes de sua edição de 2001)[25] e *O Estado de S. Paulo* segundo a qual, a opinião era reservada apenas para o editorial, para os colunistas, enquanto as notícias e as reportagens deveriam se caracterizar pela isenção do jornalista com relação ao assunto tratado. Ao invés de questionar e desconstruir essa noção considerando a intencionalidade do jornalista, essa tese define o gênero mesmo como "uma interpretação do real que se realiza a partir de um lugar social de produção de linguagem" (2001: 40). Desse modo, por ser produzida segundo um determinado gênero, Grillo afirma que a reportagem não pode prescindir da interpretação.

Mas ainda que a necessária mediação dos sujeitos e da linguagem torne o compromisso de isenção irrealizável, a autora constata que o gênero reportagem pressupõe uma construção que se centra no referente e que elabora estratégias de apagamento tanto do

[25] A tese de Grillo comenta essa mudança de perspectiva da *Folha de S. Paulo* com relação à sua definição de reportagem. Segundo o seu manual de redação de 2001, a reportagem deve trazer informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos, cabendo aos gêneros opinativos e interpretativos serem fundados em informações confirmadas. A *Folha* explica que "a possibilidade de ler informações selecionadas, acompanhadas de contextualizações e análises, transmite ao leitor um sentimento de organização e coesão dos fatos que ele não tem ao consultar informações em tempo real. Para a imprensa, constitui uma característica e um caminho a ser tomado o estímulo ao pensamento, ao conhecimento e ao debate na publicação selecionada, organizada e contextualizada dos fatos". (2001: 30). Grillo considera que a imprensa contemporânea brasileira passou a redefinir a constituição de seus gêneros, com vias a tentar assegurar a sua relevância e sobrevivência social, quando a internet entrou no mundo dos veículos de informação. Mas apesar das redefinições, o manual continua considerando a existência dos fatos, só que como se considera que o jornalista não pode transmitir esses fatos com objetividade, o manual afirma que aquilo que o jornal oferece é uma interpretação dos fatos.

sujeito como da natureza necessariamente significativa da linguagem. Grillo também constata que o discurso jornalístico informativo conta com um trabalho incessante no que foi conceituado por Pêcheux como interdiscurso (cf. 1.1), uma vez que é dessa forma que a reportagem mantém os consensos de significação, o que faz com que o leitor assuma o caráter evidente do real da imprensa.

De acordo com Grillo (2001), os jornais contribuem tanto para a formação quanto para a manutenção do consenso partilhado por seus leitores. Essa concepção se coloca como uma alternativa à idéia tradicionalmente aceita de que a reportagem é construída segundo os interesses apenas dos anunciantes dos jornais. Segundo a autora, o interesse do jornal não é o de ser um porta-voz do governo e com isso ganhar favores ou mais anúncios oficiais em suas páginas, e sim o de partilhar os mesmos consensos de significação de seu público leitor para manter esses leitores como consumidores.

A partir dessa perspectiva, é possível deixar de pensar em uma relação unilateral entre o jornal e seu leitor, na qual a imprensa determina a orientação da reportagem nas salas de redação, sem considerar a interferência de seu público. Soma-se a isso, a desconstrução da idéia de que os jornais inculcam determinados conteúdos e valores em um público passivo, uma vez que esse público interfere ativamente na produção da reportagem.

Ainda de acordo com Grillo, por um lado, os manuais de redação visando à objetividade, definem desde o verbo de elocução até o tipo de discurso que devem ser utilizados. De outro, a análise das reportagens dos referidos jornais sobre a greve dos petroleiros no primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso permitiu a Grillo afirmar que esses jornais posicionaram-se contra a greve, qualificando-a de greve política, já que para eles, o movimento atendia aos interesses particularmente do Partido dos Trabalhadores (PT) contra a política neoliberal do governo FHC.

Grillo afirma que os jornais exigem e fazem propaganda de sua pretensa neutralidade para atender aos interesses de seus leitores, os quais querem saber a verdade a respeito dos fatos, mas uma verdade que esteja em consonância com seus valores. Por isso, a autora considera que a chegada de cartas à redação fez com que os dois jornais mudassem a cobertura que vinham fazendo sobre a greve. Enquanto a *FSP* amenizava a caracterização da greve como um movimento político, o *OESP* acentuava essa mesma caracterização.

O posicionamento dos jornais foi identificado por Grillo a partir da comparação entre reportagens e manchetes e a partir da análise acerca do discurso citado utilizado. No primeiro caso, a autora constatou que o que aparece na reportagem como um relato de fala, aparece no título como um relato de acontecimento. Desse modo, como explica a autora, o jornal assume como acontecimento no título, aquilo que na reportagem são apenas declarações de uma determinada fonte[26]. As declarações oficiais sobre a futura importação de petróleo para conter os efeitos da greve, por exemplo, transformavam-se em um fato consumado no título. Essas transformações mostravam segundo Grillo, a confiança do jornal nas fontes ligadas ao governo[27].

Com relação aos discursos citados a autora afirma que eles criam um efeito de fidelidade aos fatos. Ainda de acordo com Grillo, o tipo de discurso utilizado permite definir como o jornal trabalha com as vozes outras, estabelecendo distanciamentos ou acordos com elas. Grillo constatou em sua análise que quando se tratava de fontes ligadas ao governo os jornais se valiam principalmente do discurso indireto e para se referir à fala dos grevistas, o discurso direto foi o mais utilizado.

A autora explica que o *discurso indireto* mantém os limites entre discursos citado e citante o que produz um efeito de objetividade, mas ao utilizá-lo, o jornal realiza uma atividade de apropriação e de co-responsabilidade e o discurso alheio acaba fundamentando os textos dos jornais. Junto com o discurso narrado, o discurso indireto caracteriza-se por um movimento de apropriação e de tradução das falas das fontes, o que para Grillo, marca o domínio que os jornais manifestam do movimento.

Já a *modalização* (que compreende o discurso direto, indireto, indireto livre, entre outros) seguida ou não de ilhas textuais, produz segundo a autora, efeitos de distanciamento

[26] Nesse movimento entre discurso citado e título, no qual a exposição de fontes fidedignas no texto da reportagem se liga a um título que transforma as falas em fatos, produz-se segundo Grillo (2001), um efeito de objetividade, pois, os jornais expõem a origem da informação através do discurso citado e captam o leitor através dos títulos, colocando desse modo, o texto jornalístico em relação com a exterioridade que o constitui e que garante seu efeito de transparência.

[27] Grillo (2001) também constatou que apesar dos manuais privilegiarem o uso do tempo presente, o que garante, junto com os dêiticos de tempo também utilizados, um efeito de simultaneidade e transparência do texto em relação ao referente, com o conseqüente apagamento do processo de produção em benefício da ligação direta entre o referente e o leitor, o uso do futuro também é permitido para mostrar que o fato previsto conta com a confiança do jornal. Nesse caso, o seu uso produz um efeito de anúncio e de verdade, uma vez que o texto que o emprega chega ao leitor sob a forma de um enunciado assertivo sem traços de dúvida. Mas enquanto em alguns casos, o uso do futuro é permitido no texto da reportagem, no título o futuro se

e isenção do jornal. Grillo afirma que o mesmo ocorre com a utilização do discurso direto que além do distanciamento, produz efeitos de real. Quanto às formas híbridas geradas pelas ilhas textuais, o seu uso compreende de acordo com a autora, uma apropriação interpretativa das fontes e uma exibição literal que produz efeito de fidelidade.

A partir dessa análise acerca dos títulos e dos discursos citados, Grillo concluiu que o referente, o objeto do discurso, é construído no enunciado jornalístico a partir da polifonia das vozes do jornal e das fontes. O real, como afirma a autora, é mediado primeiro pelo discurso das fontes e depois pela sua transmissão no discurso do jornal. Os títulos e os discursos citados são tidos por Grillo como elementos da forma composicional dos gêneros notícia e reportagem políticos.

Outra tese que se dedica ao funcionamento do discurso jornalístico é a de Carmagnani (1996), intitulada *A argumentação e o discurso jornalístico*. O objeto de análise dessa tese são as primeiras páginas de jornais brasileiros e britânicos que trataram do conflito no Golfo Pérsico em 1991. Segundo Carmagnani, o que torna o discurso jornalístico altamente argumentativo é o uso de determinadas técnicas, que apesar disso são consideradas pelos jornais como reveladoras de verdades imanentes e não construídas.

A possibilidade de persuasão também se deve segundo Carmagnani, às condições de produção do discurso, as quais compreendem os interlocutores, o lugar de onde eles falam do ponto de vista histórico-político-social, a imagem que fazem de si, do outro e do referente e o contexto histórico-social e ideológico. A autora considera ainda, que o estudo da organização argumentativa de um discurso deve considerar inicialmente as suas condições de produção.

A autora explica que essas técnicas buscam a homogeneização do discurso jornalístico. Com relação ao trabalho de homogeneização empreendido pelos jornais, Carmagnani afirma que ele decorre da necessidade de convencer o leitor acerca da unidade do objeto jornal e dos sentidos produzidos, da objetividade dos fatos relatados, da possibilidade de um narrador que apenas relata a fala dos outros, e desse modo, convencer o leitor que a reportagem veicula a verdade. Mas, segundo Carmagnani, a homogeneização

---

transforma em presente e os jornais tornam assim, uma fala que prevê um fato em um relato de acontecimento.

do discurso jornalístico é apenas aparente e a visão de objetividade, neutralidade e unidade desse mesmo discurso, defendida nos manuais de redação, é falaciosa.

Entre as formas de homogeneização que mais influem na argumentação produzida pelos jornais, Carmagnani enumera: a exigência de que sejam observadas as regras prescritas nos manuais de redação, os critérios utilizados para a seleção daquilo que é considerado notícia (freqüência, amplitude, clareza, significância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência às elites, personificação e negatividade dos fatos), as formas pasteurizadas de apresentação de manchetes, *lides* e chamadas. A idéia de homogeneidade também é reforçada de acordo com a autora, pela linguagem não-verbal (diagramação e fotografia).

Essas formas de homogeneização incluem o uso de um dos recursos tidos por Carmagnani como um dos mais eficazes da argumentação, que é o de trazer a voz do outro para o próprio discurso, de forma explícita ou implícita. A autora considera que, ao reinscrever, inevitavelmente, o "outro" e os demais discursos no seu próprio discurso, os jornais preparam, conscientemente ou não, o percurso de sua argumentação. A eficácia desse recurso se deve segundo Carmagnani, à possibilidade que ele oferece ao locutor de criar limites entre a sua fala e os dizeres que não lhe convêm e ainda, de utilizar outros dizeres para reforçar ou negar as suas teses, atribuindo-os ao "outro". Essa técnica utilizada pelos jornais pretende demonstrar para os leitores, como explica a autora, que uma verdade existe e é possível revelá-la através do discurso, basta se apropriar e trazer o discurso do "outro" para a reportagem.

Desse modo, como afirma a autora, a veiculação da opinião de um oponente serve como uma estratégia argumentativa porque, ao invés de apenas relatar a fala de seu oponente, o jornal traz essa fala para a sua formação discursiva o que lhe permite segundo Carmagnani, diluir, enfraquecer, ou mesmo mostrar a inoperância dos argumentos contrários aos seus. A autora considera, então, que o texto jornalístico só aparentemente remonta aos vários aspectos e personagens envolvidos nos fatos relatados, ou seja, o jornal mantém a aparência de verdade camuflando a argumentatividade.

A análise da relação entre o discurso jornalístico e outros discursos se inicia com a personalização que, como explica a autora, é característica do discurso religioso. Através da personalização, Carmagnani afirma que o conflito no Iraque se transforma numa divisão

entre dois lados objetivamente definidos, o que segundo a autora, oculta as posições complexas envolvidas no conflito. Já a utilização do discurso religioso em si pelos jornais é tida pela autora como uma estratégia altamente argumentativa porque cria uma catarse no leitor, cuja sensibilidade está cada vez mais pasteurizada, ao remeter a heróis, a vilões, e a valores tido como universais. Carmagnani afirma que os jornais apresentam como uma notícia de interesse, uma novidade, aquilo que é a reafirmação de teses compartilhadas pela opinião pública, só que com novas roupagens, novas personagens, outras marcas temporais[28].

A referência a valores considerados inquestionáveis torna ainda, como explica Carmagnani, a interlocução irreversível, uma vez que ao recorrer a um ente divino para explicitar a situação política internacional, (por exemplo, quando os jornais reproduzem o discurso dos aliados de que só Deus sabia se haveria guerra), o jornal faz com que o leitor assuma, assim como os próprios países aliados, a posição de expectador de fatos decididos numa esfera transcendental. Além disso, a autora afirma que essa irreversibilidade permite que o discurso jornalístico remeta aquilo que é heterogêneo, difuso, não resolvido ao ser transcendental, mítico. Enquanto isso, aquilo que é objetivo, homogêneo e resolvido, como datas, locais, nomes, é assumido pelo jornalista. Carmagnani considera que

> [...] recorrer ao transcendental é inevitável quando o jornalista não pode / não quer justificar as relações de poder em jogo na sociedade que, nesses momentos, deixam aflorar o conflito decorrente das diferenças sociais, ideológicas e políticas que se deseja abafar. (1996: 207).

No que se refere ao discurso da ciência, a autora considera que o discurso jornalístico compartilha com ele a defesa da verdade e da objetividade e por isso ambos se preocupam com a construção e manutenção de certo nível de homogeneização que busca camuflar a origem enunciativa. Mas como a homogeneização de sentidos é apenas aparente, Carmagnani explica que a construção de uma "verdade" exige que o locutor recorra a

[28] Segundo Carmagnani (1996), as imagens pressupostas entre locutor e leitor foram mantidas ao longo da crise no golfo Pérsico, observando-se, na construção das notícias, a linha editorial desejada pela empresa e a esperada pelo leitor. As estratégias que concretizam as intenções argumentativas do sujeito enunciador, entre elas a apresentação visual e as estratégias lingüísticas, buscam na perspectiva da autora, a coincidência entre o projeto enunciativo do produtor do discurso jornalístico e o do seu leitor.

outras verdades já construídas para confirmar ou refutar essas verdades, mantendo o consenso ou substituindo-as por outras. Desse modo, a autora afirma que aquilo que se convencionou chamar de verdade, tida como um fenômeno já dado, imanente, não passa de uma construção de um enunciador situado historicamente.

Da mesma forma que o discurso da ciência, Carmagnani considera que o discurso jornalístico defende teses sustentadas por provas oferecidas pela própria ciência, e no corpus analisado pela autora, entre essas teses estão as seguintes: o ocidente possui enorme arsenal disponível para a guerra; a tecnologia produzida pelo ocidente está a serviço do homem; a ciência é às vezes falível e por isso deve-se continuar investindo em pesquisas que a aprimorem cada vez mais; a utilização da tecnologia pelo inimigo é anti-ética.

Outras características do discurso científico que Carmagnani identifica no discurso jornalístico são: a apresentação supostamente linear de manchete, *lide*, corpo do texto e conclusão; o apagamento do enunciador em quase todas as reportagens; a necessidade de se munir de provas que atribuam um valor de verdade ao enunciado. Desse modo, a autora afirma que tanto o discurso científico quanto o discurso jornalístico lutam para apagar conflitos, nuances de significado e aquelas vozes que eles não querem representar, através de técnicas de argumentação que camuflam a heterogeneidade constitutiva ou de técnicas que se valem da heterogeneidade representada para criar o efeito de verdade e ao mesmo tempo, implicitamente, aprovar ou reprovar um fato[29].

Carmagnani também constatou que a primeira página dos jornais se serviu argumentativamente de padrões e recursos comuns no discurso publicitário para justificar fatos não previstos, valorizar certas informações em detrimento de outras, criar heróis ou vilões cruéis e menos civilizados. De acordo com sua análise, o discurso jornalístico seguiu os mesmos passos do discurso publicitário, inclusive utilizando pesquisas de opinião e escolhendo citações,

> [...] oferecendo ao grande público uma visão "digerível" dos acontecimentos, através da diluição das razões político-ideológicas

[29] Carmagnani constatou que os jornais utilizam recursos argumentativos como a modalidade explícita ou implícita para persuadir o leitor de que eles veiculam fatos verdadeiros. O que os jornais não explicitam segundo a autora, é que através da modalidade (discurso direto, indireto, indireto livre, entre outros) eles aprovam ou reprovam fatos e imagens. De acordo com Carmagnani, a manifestação do "outro" no texto, pelo uso do discurso direto ou indireto, é orientada pelo locutor, já que esse recorre à fala do "outro" da forma que lhe convier.

> do conflito e da fabricação de um consenso, necessário para justificar todos e quaisquer atos e, principalmente, para abafar possíveis questionamentos que pudessem surgir. (1996: 248).

Quanto às características compartilhadas pelos discursos político e jornalístico, Carmagnani considera que além de se posicionarem em relação àquilo que citam, porque, como explica a autora, ainda que queira se distanciar, o jornalista, como o político, deve "fazer o outro crer" e por isso ele retoma outras falas, recupera fatos que o auxiliem, rememora valores, os dois tipos de discursos se valem do processo de exclusão daquele que é construído como o vilão[30]. A autora afirma que esse processo cria "a ilusão de que aqueles que o excluem vivem num mundo onde não há conflitos, apenas diferenças superficiais. Um mundo homogêneo, previsível e controlável. E este é mais um efeito da ideologia". (1996: 329).

A partir dessa análise, a autora constatou que o discurso jornalístico, apesar de aparentemente homogêneo, camufla ou tenta silenciar uma heterogeneidade que é constitutiva a todo discurso. Pode-se dizer que os resultados obtidos pela análise de Carmagnani mostram a pertinência de certas proposições sobre a linguagem. Entre elas, a de que o sentido não é pré-existente à comunicação e sim é uma construção histórica de um sujeito perpassado pela ideologia. Nas considerações finais do seu trabalho, a autora afirma ainda, que a informação não é mais instrumentalizada para a ação, na verdade ela apenas ilude quanto a uma participação no mundo. Deve-se somente acrescentar que, como propõe Pêcheux (cf. 1.1), a ideologia é constitutiva da própria linguagem, não perpassando apenas o sujeito.

Faz-se necessário mencionar ainda, alguns aspectos da análise de Grigoletto (2003) sobre os editoriais jornalísticos. De acordo com a autora, o jornal funciona

> [...] como uma instância não só de resgate de uma memória discursiva, na forma como explicita o já-dito do acontecimento (os discursos já existentes), mas também de reapropriação ou mesmo construção de uma memória que vem incidir sobre o acontecimento para encobri-lo (pela sobreposição de um saber geral) ou apagá-lo (pela sobreposição de um saber universal). Assim, nas formas como

[30] De acordo com Carmagnani, a criação de dicotomias, presente no discurso religioso, no discurso publicitário, no discurso político e no jornalístico, entre outros recursos, mostra que não é possível estabelecer limites rígidos entre os vários discursos.

> essa mídia trabalha sobre a memória, ela 'cria' acontecimentos e instaura uma memória de futuro, a partir da qual circunscrevem-se os caminhos da interpretação. (2003: 151).

Grigoletto explica que apesar de nenhum discurso ser verdadeiro no sentido absoluto, já que ele só pode se legitimar como verdadeiro em uma determinada conjuntura histórico-social, a mídia jornalística cumpre um papel preponderante na circulação e na reafirmação de discursos de verdade. A aproximação do discurso jornalístico com relação aos discursos científico e didático-pedagógico, o que revela a sua heterogeneidade, ocorre mediante a construção e reafirmação desses discursos de verdade. A análise de Grigoletto mostra ainda, que no domínio do discurso jornalístico, assim como nos domínios dos discursos científico e pedagógico, o sujeito locutor é legitimado para enunciar de um lugar de dizer de enunciador genérico ou universal.

Em conseqüência disso, como afirma a autora, o sujeito interlocutor é interpelado a ocupar o que Grigoletto denomina de lugar de escuta, por analogia a lugar de dizer. Esse lugar é tido pela autora como aquele "de quem aceita que há verdades incontestes que alguns discursos podem formular e que alguns sujeitos têm a legitimidade de enunciar". (2003: 10). Segundo Grigoletto,

> [...] no caso específico da mídia, esse lugar implica a aceitação de uma instância de construção de uma memória de futuro. Para o leitor/interlocutor virtual abre-se uma posição subjetiva (como possibilidade de identificação) de aceitação e reforço da legitimação do lugar da mídia jornalística, da escola e da academia como esferas de produção não só de saber, mas também de verdades. O leitor/interlocutor real pode vir a ocupar ou não a posição subjetiva que lhe é proposta, embora se possa prever que, submetidos à ordem do discurso, muitos a ocuparão. (2003: 153).

Esses trabalhos, como se viu, analisam as reportagens e editoriais para questionar a idéia segundo a qual, a linguagem representaria a realidade. Diante da tradicionalmente aceita teoria do espelho, eles se colocam como alternativas para se compreender o jornalismo. O que se pretende a seguir (cf. 2 e 3) é, a partir das perspectivas teóricas apresentadas neste capítulo, discutir qual a concepção de linguagem, ideologia e conhecimento das principais definições de jornalismo produzidas por autores brasileiros.

PARTE II – AS DEFINIÇÕES DE JORNALISMO

CAPÍTULO 2: LINGUAGEM: UM VEÍCULO NEUTRO NA TRANSMISSÃO DAS MENSAGENS?

Os conceitos de linguagem, ideologia e conhecimento, expostos no primeiro capítulo, mostram que a linguagem não é um veículo transparente de significados constituídos ou controlados exclusivamente pela consciência dos chamados autores do discurso. Além disso, esses conceitos reconsideram o papel desses autores, que não desaparecem, não são nem mestres, nem escravos de seus gestos, palavras e pensamentos como disse Pêcheux (cf. 1.1). Com relação à ideologia, a perspectiva teórica assumida pelo presente trabalho considera que ela não é superável, que a existência ou atuação dela independem das intenções dos sujeitos do discurso (incluídos aqui os donos das empresas jornalísticas). Finalmente, as questões teóricas expostas no capítulo anterior, mostram que não existe a tradicional dicotomia objetividade *versus* subjetividade.

A partir dessas proposições, pretende-se analisar como os conceitos de *linguagem*, *ideologia* e *conhecimento*, entre outras questões, são definidos tanto por teorias do jornalismo, quanto pelos futuros profissionais dessa área. Nesse capítulo serão analisadas as proposições teóricas acerca desses conceitos. Apesar de Vizeu considerar que a teoria do espelho, segundo a qual, o jornalismo apenas reproduz a realidade, "é a *teoria* que corresponde ao *senso comum* das redações e de muitas Faculdades e Cursos de Jornalismo no Brasil", (2003: 04), o presente trabalho pretende analisar trabalhos que recusam essa concepção.

Mas ainda assim, concebem que a notícia reproduz a consciência dos jornalistas. Os livros que foram analisados pelo presente trabalho fazem parte do programa da disciplina *Redação e Expressão em Jornalismo* do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás, mas como apontado por Pena (2005), esses são os trabalhos dos primeiros cânones da teoria do jornalismo no Brasil. Entre outros, Pena enumera Nilson Lage[1], Luiz Beltrão,

[1] Pena (2005) também menciona que Nilson Lage é ao lado de José Marques de Melo, o principal teórico brasileiro da área de jornalismo.

Manuel Chaparro, Ciro Marcondes Filho, Juarez Bahia, Adelmo Genro Filho, Eduardo Meditsch.

Na bibliografia proposta pelo referido programa constam os seguintes livros que definem o que é o jornalismo: *La construcción de la noticia*, Miguel Rodrigo Alsina[2] de 1989; *Jornal, história e técnica*, Juarez Bahia, a edição revista e ampliada de 1990 (a edição original é de 1964); *Jornalismo interpretativo*, Luiz Beltrão de 1976; *O papel do jornal*, Alberto Dines de 1974; *O segredo da pirâmide*, Adelmo Genro Filho de 1987; *Estrutura da notícia* e *Linguagem jornalística*, Nilson Lage ambos de 1985; *O capital da notícia*, Ciro Marcondes Filho de 1986; *O que é jornalismo*, Clóvis Rossi de 1980. Além desses livros, o seguinte texto: *A realidade da comunicação*, Pedrinho Guareschi de 1991.

As concepções assumidas por esses trabalhos[3] que, como mostram Vizeu e Pena, são as principais teorias formuladas sobre o jornalismo e por isso não se circunscrevem ao programa de uma disciplina, serão comparadas com as perspectivas assumidas, entre outros, por Pêcheux, Bakhtin e Pino (cf. 1.1, 1.2 e 1.3). Essa análise comparativa se divide em três eixos:

1) Inicialmente ela vai se deter na *concepção de linguagem*, explícita ou implícita, que as teorias assumem. O objetivo do sub-capítulo é o de verificar também se o sentido do discurso jornalístico é tido como passível de controle ou por parte do jornalista ou por parte da empresa e ainda o de verificar como é definida a relação entre sujeito e discurso. Essas concepções serão discutidas à luz da concepção de discurso assumida por Pêcheux, das proposições de Possenti acerca da subjetividade no discurso e da concepção de signo formulada por Bakhtin.

2) Aqui a questão analisada é a *ideologia*. Como os autores das teorias sobre o jornalismo concebem a relação entre linguagem e ideologia? A presença da ideologia no discurso cumpre o papel de distorção da realidade, interfere na objetividade? A ideologia é tida ou não como algo superável? A partir das respostas a essas perguntas, as teorias sobre

[2] O presente trabalho considerou inúmeros pontos nas definições propostas pela literatura nacional e por isso, a opção foi a de não analisar o trabalho de Alsina. Pode-se dizer que em linhas gerais, as idéias de Alsina são semelhantes àquelas de Genro Filho.

[3] No capítulo 3 também se analisará, além desses trabalhos, algumas das proposições de Meditsch. Isso porque esse autor, além de estar entre os principais teóricos da área, levou adiante a perspectiva teórica assumida por Genro Filho que morreu precocemente. Pode-se dizer que, após um considerável período de predominância da perspectiva teórica de Marcondes Filho segundo a qual o jornal aliena o público, a

o jornalismo serão questionadas por uma forma de conceber a ideologia como constitutiva da linguagem.

3) Nesse momento a análise vai mostrar como as teorias concebem a atuação dos jornais junto à sociedade. O objetivo desse sub-capítulo é o de verificar se o jornalismo é tido como alienador, manipulador, ou como transmissor de conhecimentos. Além de mostrar a forma como essas teorias concebem o papel do jornalismo, pretende-se, a partir da perspectiva defendida por Pino (2001), identificar os limites de uma teoria do conhecimento aplicada ao jornalismo.

No presente capítulo, pretende-se discutir as questões envolvidas no primeiro desses eixos. A questão da ideologia e a concepção acerca da função social do jornalismo serão analisadas no terceiro capítulo.

2.1. A concepção implícita sobre a linguagem

A análise dos livros do programa da disciplina *Redação e Expressão em Jornalismo* mostrou que, mesmo quando não tratada explicitamente, uma determinada compreensão acerca da linguagem está presente em todas as definições de jornalismo propostas. Na maior parte destas, essa compreensão está implícita, aparecendo quando os autores se referem ao jornalismo como transmissor de fatos, idéias, ideologias ou conhecimentos. Deve-se assinalar que, segundo as perspectivas assumidas por essas teorias, a notícia é apenas um veículo neutro, que transmite sentidos produzidos somente pela consciência do jornalista. Esses sentidos, por sua vez, são tidos como passíveis de controle ou por parte do jornalista, ou por parte da empresa que representa os interesses das classes hegemônicas.

Entre os autores que não se referem explicitamente à linguagem em seus trabalhos estão aqueles que trazem as primeiras definições produzidas no Brasil sobre o jornalismo que são: Bahia em 1964, Beltrão e Dines na década de 70 e Rossi em 1980. Antes delas, o que existiam eram definições genéricas acerca do processo de comunicação, ou seja, que não diferenciavam jornalismo de publicidade, ou de relações públicas, ou mesmo da

---

perspectiva de Genro Filho e agora de Meditsch se colocam como alternativas de análise para se compreender o jornalismo.

produção de livros. Genro Filho (1996) menciona a escassez de trabalhos, mesmo na década de 80, que analisassem o jornalismo em sua especificidade.

Na definição de Beltrão (1980) se considera que o jornalismo é uma atividade específica da comunicação de massa. Ao se referir à comunicação de massa, o autor quer indicar o processo de industrialização do intercâmbio de mensagens culturais, que faz com que esse processo ocorra por intermédio de meios mecânicos-eletrônicos e atinja potencialmente todas as pessoas. Com relação à *função* da atividade jornalística, o autor afirma que cabe a ela informar, transmitir, idéias, situações e fatos atuais periodicamente. Segundo a conceituação de Beltrão, o jornalismo compreende

> [...] a **informação de idéias, situações e fatos atuais, interpretados à luz do interesse coletivo e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum**. (1980: 27).

O que se verifica nas formulações de Beltrão é que o papel da linguagem é o de apenas transmitir um sentido que foi produzido, antes mesmo que a mensagem fosse redigida, pela interpretação do jornalista o qual, inclusive, interpreta os fatos a partir de um interesse coletivo. O sentido produzido pela consciência do sujeito produtor da mensagem passa pelo canal neutro que é a linguagem e chega ao receptor que reconstitui assim, o sentido original.

Além disso, na concepção de Beltrão, o sujeito produtor da mensagem é capaz de controlar a interpretação que faz dos fatos a partir de um conceito abstrato, indefinido, de interesse coletivo. Ademais, a única coerção ao trabalho jornalístico é a da consciência do jornalista, afinal, todo o processo de produção da notícia se dá unicamente nessa consciência. Essa concepção de linguagem e de sujeito produtor da notícia é reiterada quando o autor se refere à tarefa que o jornal tem de fornecer dados objetivos com vistas a uma suposta promoção do bem comum. Como afirma o autor:

> [...] embora não formalmente, a função jornalística é também educativa, quando fornece os dados objetivos que aclarem a opinião pública, permitindo à comunidade agir com discernimento na busca do progresso, da paz e da ordem justa. (1980: 30-1).

Chaparro (1998) também se refere a um valor simbólico do interesse público, que seriam, entre outros, o direito à informação e à opinião, como decisivos na atividade jornalística. Caso o jornalista privilegie um interesse particular em detrimento desse valor, são os processos sociais que sofreriam graves prejuízos. Entre os motivos que levariam o jornalista a essa atitude, o autor cita a esperteza, a desonestidade, a incompetência. Como se vê, a discussão acerca da produção noticiosa que privilegia interesses se limita, aqui também, às intencionalidades conscientes dos jornalistas. Contra a suposta evidência de um valor simbólico compartilhado pelo público, só poderiam interferir as atitudes mencionadas.

Em 1974, Dines propôs sua definição sobre o jornalismo. Segundo ele,

> O jornalismo é a técnica de investigar, arrumar, referenciar, distinguir circunstâncias. [...] Se a seleção das circunstâncias for apropriada, se a relação entre elas for conseqüente, se o seu encadeamento for lógico, se a sua exposição for inequívoca, estaremos diante de excelente jornalismo, mesmo se tratando de *fait-divers*, serviços ou variedades. (1986: 18).

O autor explica que o termo *circunstância* se refere à situação, estado, condição de tempo e lugar, particularidade, atributo, causa, motivo, e ainda, que são as circunstâncias que qualificam, tornam evidente, visível e detectável a substância que é a essência, a natureza das coisas. A substância, por sua vez, constitui aquilo que existe de permanente nas coisas que mudam. De acordo com a concepção de Dines, o jornalismo cumpre a função de ordenar a novidade, de transformar o inesperado em rotina, despertando, desse modo, a atenção do público pelo contraste que provoca ao quebrar as normas.

Com relação à linguagem, Dines faz uma breve referência à questão do emprego de palavras na produção da notícia. O autor considera que diante das dúvidas, dos mal-entendidos e das impropriedades no emprego de palavras, o comunicador pode ser auxiliado pela pesquisa etimológica. Segundo Dines, "ao comunicador a pesquisa etimológica ajuda a dirimir uma série de dúvidas, mal-entendidos e impropriedades no emprego de palavras [...]". (1986: 60).

Inclusive em um anexo à sua obra, o autor prescreve duas recomendações: "Use palavras semanticamente definidas. Uma palavra de significado impreciso, cria situações imprecisas." E ainda: "Palavras não se acham facilmente, muito menos as situações ou pensamentos que carregam. Por isto, não se envergonhe de tentar duas, três ou quatro vezes, a redação de um período." (p. 144).

Ainda de acordo com o autor, o jornalista, ao trabalhar com aportes de diversas áreas do conhecimento, das experiências singulares que ele vive, do convívio e do contato com a comunidade que representa, amplia o repertório vocabular. Ademais, Dines considera que ao trabalhar com essas diversas áreas, o jornalismo se constitui como complexos de conhecimentos, ou seja, o jornalismo permite que as pessoas tenham acesso a informações sobre todo e qualquer assunto desde questões políticas até questões esportivas.

Já no que diz respeito às interferências no trabalho do jornalista, Dines se refere às pressões que o jornal sofre do Estado[4] ou das empresas, mas apesar dessas pressões, ele propõe que um jornal que mantém inviolável o compromisso com a verdade, é um jornal mais prestigiado, mais aceito e assim se torna mais lucrativo, ou seja, a preocupação do jornal deve ser sempre com o seu público. O autor estabelece ainda uma relação entre o número de leitores e a qualidade do jornal que seria: mais jornais, fazem com que exista mais debate, mais variedade, e como conseqüência, existiria mais verdade, e assim mais participação, que por sua vez propiciaria melhores resultados.

A partir do que foi exposto, pode-se dizer que quando se refere à linguagem, a preocupação de Dines é a de determinar quais são os *termos mais apropriados* para transmitir a novidade, a imensa variedade de informações, enfim, a verdade, cuja transmissão é um compromisso do jornal. Com relação ao controle dos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico, o autor considera que essa é uma tarefa tanto dos jornalistas quanto das empresas.

[4] O trabalho de Dines também oferece uma análise sobre a atuação dos jornais durante a ditadura, além de propor alternativas para o jornalismo diante da crise que afetou a oferta de uma matéria-prima essencial na produção dos jornais: o papel.

Além de Dines, outro jornalista, que também trabalhou em importantes jornais brasileiros, e a partir dessa prática propôs uma definição para a sua profissão foi Rossi[5]. De acordo com a definição proposta por ele em 1980,

> Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa. (2005: 07).

Nessa batalha, Rossi reconhece que a notícia não pode ser totalmente objetiva devido à mediação dos jornalistas, os quais fazem com que de um fato, o jornal publique uma versão desse fato. O autor considera que é impossível para o jornalista ser totalmente objetivo porque ele possui toda uma formação cultural, todo um *background* pessoal e como afirma Rossi, eventualmente, o jornalista pode ter opiniões muito firmes a respeito de um fato observado. Como considera que o jornalista vê os fatos a partir de sua formação cultural, de seu *background*, de suas opiniões, e ainda, que o jornalista imprime ao relato que faz dos fatos observados, as emoções e impressões puramente pessoais provocadas por esses fatos, o autor afirma que se variarem esses aspectos de um jornalista para outro, eles irão relatar um mesmo fato de maneiras diferentes.

Mas além de se referir às interferências provocadas pela mediação do jornalista na produção da notícia, Rossi considera ainda, outro tipo de interferência que se deve ao desejo ou à falta de condições das empresas jornalísticas de oporem-se aos chamados grandes interesses econômicos ou aos que detêm o poder em determinada ocasião. Para o autor, "quando isso ocorre, sacrifica-se o elo mais fraco – o jornalista – e com ele a verdade. Quando acontece o contrário, ganham menos a empresa e o jornalista e mais o público, afinal o destinatário da informação". (2005: 58).

[5] Rossi trabalhou em importantes jornais do país como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*. Atualmente é colunista. É importante assinalar que seu livro *O que é jornalismo* alcançou a marca de dez edições em 1994 e a de cinco reimpressões no ano passado.

Desse modo, a definição proposta por Rossi assume a perspectiva de que a linguagem transmite junto com os fatos, portanto com a objetividade, a subjetividade do jornalista. A coerção ao trabalho jornalístico se deve à subjetividade do profissional e também aos interesses da empresa, inclusive, a coerção imposta pela empresa pode prevalecer sobre qualquer outra se ela não puder se opor aos grandes interesses econômicos ou aos detentores do poder. Pode-se dizer, então, que tanto o jornalista quanto a empresa estão sujeitos a um controle. O sentido, por sua vez, resulta desse jogo de forças e de interesses. De todo modo, a notícia apenas reproduz o que se constituiu na consciência do jornalista ou no jogo de interesses entre empresas e outros setores da sociedade.

O trabalho de Bahia[6] (1990) assume uma perspectiva bem próxima das já citadas. Na proposição de Bahia, a informação é tida como necessidade social resultante de exigências voluntárias dos cidadãos. Além de corresponder às necessidades do público, o autor considera que talvez a melhor perspectiva para se compreender o papel do jornal seja a do progresso cultural. De acordo com Bahia, os veículos que processam as notícias e os mecanismos sociais que as controlam devem reconhecer que a maior utilidade dos meios de comunicação "está nos usos plurais que possam gerar num clima de livre fluxo de idéias" (1990: 440).

Ainda segundo Bahia, os jornais possuem o poder de propagar valores e idéias sociais. Apesar dessa referência a valores e idéias, o autor não considera que a notícia se caracterize pela presença da ideologia. Mas Bahia também não desconsidera as influências sofridas pelo jornal por parte da ideologia da classe dominante. Ainda que reconheça as coerções ao trabalho jornalístico por parte da ideologia dominante, o autor afirma que os jornais devem ser objetivos, tanto quanto possível. Isso significa que os jornais não propagam quaisquer valores ou idéias, como se poderia pensar se considerada uma radicalização da concepção de livre fluxo.

A partir dessas considerações, constata-se que para Bahia, o jornal é apenas um propagador, ou seja, ele apenas transmite os sentidos que são produzidos segundo os interesses da sociedade. Cabe aos jornais nessa tarefa de reprodução de valores e de idéias

[6] A edição original do livro de Bahia é de 1964, mas o presente trabalho analisou a quarta edição revista e ampliada dos dois volumes desse livro. No primeiro deles, Bahia se dedica ao estudo da imprensa brasileira desde a sua implantação até o processo de reabertura política em 1985, considerando as mudanças pelas quais o jornalismo passou na atualidade. Já no segundo volume, o autor se refere às técnicas do jornalismo.

sociais ser objetivo, ainda que determinadas influências o impeçam. Os sentidos, por sua vez, são devidamente definidos e controlados tanto pela consciência do jornalista[7] quanto por mecanismos sociais, não especificados pelo autor. Deve-se assinalar ainda, que esse controle se orienta pela perspectiva de progresso cultural, o que torna esse princípio regulador da atividade do jornalista e dos objetivos da empresa.

Na análise de Guareschi (1991), a questão de como é produzida a notícia, a discussão acerca de sua estrutura ou de sua linguagem, não são consideradas, talvez até pelo objetivo do trabalho que é o de oferecer uma visão geral do fenômeno. O autor não analisa o jornalismo em particular e sim os meios de comunicação como um todo. Desse modo, o jornalismo é circunscrito aos demais meios de comunicação social.

Pode-se dizer que essa análise sobre os meios de comunicação está centrada basicamente nos *efeitos* produzidos por eles. De acordo com o autor, esses meios constituem um fator indispensável na criação, transmissão, legitimação, e conseqüente reprodução, e mesmo mudança de determinada cultura. Guareschi considera que ao invés da verdade abstrata ou da informação objetiva, os meios de comunicação de massa transmitem uma verdade parcial, alicerçada em evidências e interesses partidários e classistas. Cabe à comunicação e à informação expressar essa relação de poder.

Desse modo, o autor assume a perspectiva de que apenas essa relação de poder interfere na produção do discurso jornalístico, ou seja, são os interesses partidários e classistas que têm lugar na sociedade que definem um determinado sentido que lhes é favorável e o discurso jornalístico apenas transmite esse sentido para o público. Como se vê, o jornalista e a empresa na qual ele trabalha são apenas canais pelo quais se reproduz uma ideologia. Além disso, o autor considera que o sentido veiculado pelos meios de comunicação social é controlado de tal forma que corresponde exatamente aos interesses das classes hegemônicas. Mas como proposto por Pêcheux (cf. 1.1), nem a linguagem é um veículo neutro, nem o sentido é passível de um controle absoluto por parte de um sujeito ou de uma instituição.

[7] Como o conceito de consciência pode ser interpretado de múltiplas formas, deve-se esclarecer que aqui esse conceito se contrapõe ao de inconsciência. O que se quer indicar com essa crítica às teorias que circunscrevem o processo de produção da notícia apenas à consciência do jornalista, é que nesse processo de

2.2. A discussão acerca da linguagem

2.2.1. O caráter transparente da língua

Além dessas proposições que não mencionaram explicitamente uma concepção acerca da linguagem jornalística, existem as teorias que se dedicaram à análise dessa questão. Entre esses trabalhos estão os de Lage, Marcondes Filho e Genro Filho. Quanto ao trabalho de Lage (1993a), publicado em 1985, pode-se dizer que ele propõe um conceito de notícia que prioriza os aspectos relativos à sua estrutura, à sua linguagem. Mas assim como os autores já analisados, ele também considera que o jornalismo cumpre a função de levar informação, conhecimento o mais objetivo possível, para o público. Ele considera igualmente que a notícia é um bem de consumo essencial.

De acordo com ele, as impressões que se tem do mundo são graduadas e classificadas pela cultura. Assim, cabe à cultura atribuir essências e valores simbólicos. Lage explica que os conceitos são elaborados por comparação e contraste, do ângulo da utilidade, da função. A comunicação desses conceitos, por sua vez, depende segundo ele, da aplicação de princípios lógicos. O autor cita como exemplo desses princípios, aqueles que encadeiam os sons na linguagem falada, formando locuções, sentenças, discurso.

Lage se refere ainda ao *conhecimento*. Segundo o autor, o conhecimento privilegia aquilo que as coisas são e então, estabelece categorias, relações, define, explica. A partir dos dados, o conhecimento estipula uma série de operações lógicas, extraindo conclusões que devem ser comprovadas empiricamente. Isso significa que para Lage, o conhecimento se produz a partir dos dados, daquilo que é considerada a essência dos fenômenos. Mas, como proposto por Pino (cf. 1.3), o conhecimento não resulta apenas da ação do sujeito nem apenas do efeito do objeto, nem mesmo da interação sujeito < > objeto. Segundo a concepção assumida pelo autor, o conhecimento é resultado de uma relação dialética, mediada semioticamente, entre o sujeito e o objeto.

---

produção atua também o pensamento que não pode ser controlado e nem mesmo conhecido pelo próprio jornalista.

A partir das concepções que assume com relação ao conhecimento, à cultura e à linguagem, o autor considera que a definição de notícia[8] inclui tanto a ideologia, que se estabelece como critério de importância ou interesse envolvido na produção jornalística, quanto da aplicação dos já mencionados princípios lógicos. Para o autor, esse critério ideológico atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade, entre outros. Isso significa que no plano das escolhas, a ideologia desempenha o papel de critério definidor. Mas, no que diz respeito à estrutura da notícia, essa seria lógica. Desse modo, o autor diferencia o trabalho do editor e do jornalista que escreve a notícia:

> A notícia pode comover, motivar revolta ou conformismo, agredir ou gratificar alguns de seus consumidores. Esses efeitos são apreciados e muitas vezes exagerados por quem se ocupa de política de comunicação ou psicologia social. Trata-se de um problema para o mecanismo de poder em que o veículo está inserido ou, na prática, para os *gatekeepers*[9], aqueles que decidem o que vai ou não ser publicado. Quem escreve a notícia tem postura ética distinta: sua preocupação é saber se a informação tem importância ou desperta interesse bastante para ser publicada e como ressaltar essa importância ou interesse mantendo a conformidade com os fatos. (1993a: 25).

Lage explica que a notícia se refere às aparências do mundo e não à trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que, de acordo com ele, correm por trás das notícias. O autor explica que isso acontece devido às limitações do código lingüístico, de itens lexicais e de regras gramaticais, que o jornalismo deve seguir para aumentar a comunicabilidade e facilitar a produção da mensagem, que é um produto industrial. Essa proposição, segundo Lage, é formulada pela Teoria da Informação[10] e se confirma em inúmeras situações práticas, no cotidiano das redações de jornais. Outra característica da notícia assinalada pelo autor é a de que ela não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses, sendo, portanto, objetiva.

---

[8] Citada por Lage, essa é a definição mais tradicional de notícia: "[...] a notícia se define, no jornalismo moderno, como *o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante*". (grifos do autor) (1993a: 16).

[9] O termo *gatekeeping* se refere à decisão sobre o que vai ou não ser publicado pelo jornal.

[10] Na Teoria da Informação, a informação é definida e quantificada matematicamente. Para mais detalhes sobre essa teoria ver Polistchuk e Trinta (2003).

Para cumprir as exigências que são feitas ao jornalismo, o autor afirma que a redação das notícias deve possuir determinadas qualidades, entre as quais, a clareza, a simplicidade, a naturalidade, a densidade, a exatidão, a precisão, a coerência, a variedade, o ritmo, a objetividade e a originalidade. Pode-se concluir que a definição de notícia de Lage considera dois momentos distintos: o momento de seleção, em que a ideologia atua; e o momento da redação, no qual se exige a objetividade do jornalista. Essa concepção fica mais evidente com a seguinte colocação:

> De qualquer maneira, existe sempre alguma interpretação nas reportagens. O importante é que se respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores. (1993a: 48).

Como se vê, o autor propõe que fatos e interpretação existem de forma independente, cabendo ao jornalista, apesar de sua interpretação em parte inevitável, respeitar os fatos.

Nessa concepção, ainda é possível para o jornalista controlar os sentidos da notícia, o que se dá através da interferência que ele exerce, através de sua inteligência, no processo de produção. Junto com essa interferência, o processo padronizado de produção adotado pelas empresas e que os jornalistas devem seguir também permite um controle, dessa vez por parte das empresas, sobre as notícias produzidas.

Mas além de propor uma definição acerca da estrutura da notícia, Lage também propõe, em 1985, uma caracterização do que ele chama de linguagem jornalística[11]. Mas como se poderá verificar nas próximas páginas, Lage inclui a linguagem em sua reflexão apenas para indicar quais palavras, ou quais construções sintáticas, são aceitas pelas normas que regulam o processo de produção da notícia. Desse modo, ao analisar o que chama de linguagem jornalística, o que poderíamos chamar de gênero jornalístico, Lage se concentrou apenas nas restrições do código lingüístico que são impostas ao trabalho de produção da notícia.

Lage (1993b) define a *linguagem* como "[...] sistema de signos capaz de servir à comunicação entre indivíduos. Compreende a fala, a escrita, sons, gestos, imagens, formas

etc.". (p. 72-3). Seguindo a análise proposta pelo autor, pode-se dizer que os aspectos que circunscrevem a *linguagem jornalística* são: os registros de linguagem que incluem as palavras, as expressões e as regras combinatórias que são possíveis tanto no registro coloquial, quanto no registro formal; o processo de comunicação, em que prevalece a busca por enunciados mais referenciais, mais concretos[12]; e finalmente, os compromissos ideológicos.

Lage explica que a língua não é um conjunto homogêneo e nem imutável. A linguagem coloquial, por exemplo, refletiria a realidade comunitária, regional, imediata. O autor considera que as chamadas grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, uma vez que o jornalismo é feito numa sociedade e num tempo histórico. Entre os exemplos, da relação entre ideologia e linguagem, citados por ele estão: a resistência nacional à adoção de estrangeirismos como forma de preservação da língua materna[13], a geração de conceitos pelo poder político, como as *metas* do presidente Juscelino Kubitschek, os eufemismos ou mesmo a interdição de determinadas palavras e também as metáforas que corresponderiam freqüentemente a sublimações.

O autor considera também, que a língua é lugar rico de informações sobre as atitudes de um povo entre as quais os antagonismos raciais. O autor explica que em determinados mecanismos, como o da construção do mito retórico, ocorre

> [...] o deslocamento de um signo lingüístico para significar outra coisa, de modo que se impõe duplicidade de entendimentos e se mantém viva a regra social, inocentando suas violações por mais habituais que sejam. Ambigüidades raciais – morena, escurinha, nega – [...] são construções míticas, necessariamente ambíguas, que servem à preservação da ordem social; [...] (1993b: 44-5).

Esse mecanismo, segundo Lage, atua ainda, em situações nas quais as mudanças na realidade não são acompanhadas por mudanças no discurso, naquilo que para o autor, é o resultado do encadeamento de sentenças. Como exemplo, o autor explica que apesar dos

---

[11] Aquilo que Lage chama de linguagem jornalística compreende o gênero jornalístico, ou seja, os aspectos que caracterizam e permitem identificar uma mensagem jornalística.

[12] Ao discutir a linguagem gráfica, Lage afirma que: "Não prevalecem para as analogias gráficas muitos dos argumentos em que se apóia a busca de palavras e frases objetivas para o relato das notícias." (1993b: 18).

[13] O autor atribui essa atitude de resistência à adoção de estrangeirismos no Brasil a muitos cidadãos, mas não especifica quem são esses cidadãos.

problemas enfrentados, a instituição familiar não sofre contestações no discurso pelo duplo entendimento de palavras como *namorado, noivo, transar, sair com, massagista, acompanhante, hotel, motel*. Lage considera que nessas situações a realidade se adianta ao discurso e o inaceitável precisa ser aceito. Mas ainda que ocorram mudanças, o uso desse mecanismo de construção do mito retórico cumpre a função de preservação da ordem social ao menos no discurso.

Em suma, diante dessas constatações, Lage propõe que o jornalista faça uma escolha consciente da palavra que vai utilizar, ou seja, o jornalista deve refletir sobre qual palavra é a mais adequada para expressar exatamente o que ele deseja. De acordo com o autor, a melhor expressão é aquela que o redator domina e "não a que impõe valores que por ele apenas transitam" (1993b: 43). Assim, como prescreve o autor, algumas palavras, pelas informações implícitas que encerram - como *soldado*, *guerrilheiro*, *terrorista*, *governante*, *líder*, *ditador* - devem ser evitadas.

Quanto à geração de conceitos pelo poder, Lage prescreve que o jornalista tenha consciência do fenômeno[14], o que lhe permitiria, por conseguinte, situar na discussão política questões concretas. Essa atitude contornaria os mecanismos de controle. O autor propõe ainda, que o que ele chama de crítica do discurso considere mecanismos como o da construção do mito retórico, já que essa crítica está em busca de expressão mais límpida. No que se refere aos eufemismos e às interdições, Lage considera que a denominação mais concreta é sempre preferível, isso se for possível adotá-la.

Diante da análise de Lage acerca da linguagem jornalística, faz-se necessário discutir algumas questões. Em primeiro lugar, ele procura mostrar como o jornalismo se apropria de uma sintaxe e de uma semântica que acabam por caracterizar o que o autor chama de linguagem jornalística, e que preferimos denominar gênero jornalístico. Aqui se caracteriza o uso que o jornalismo faz de uma determinada língua e não o discurso, com sua trama de significados, que é produzido a partir da língua e da materialidade histórica que é constitutiva dessa língua.

As proposições de Lage suscitam algumas perguntas: a língua apenas reflete as questões sociais ou históricas? Quando se refere ao fato da língua não ser homogênea, ele

[14] Deve-se assinalar mais uma vez que ter consciência do fenômeno significa conhecer, dominar o conceito acerca desse fenômeno.

justifica essa afirmação pelo fato de que ela é utilizada em diferentes situações e por isso existem o registro coloquial e o formal. A língua acabaria refletindo algo que já existe na sociedade. Mas como teorizado por Pêcheux, a linguagem não reflete um pensamento acabado, como se o sentido pudesse ser veiculado por um canal neutro, que seria a linguagem, e chegar, sem alterações, ao destinatário.

Outro ponto, também discutível, que caracteriza a concepção de Lage acerca da linguagem é o que se refere à relação entre realidade e discurso. Para o autor é possível que a realidade se adiante ao discurso. Isso significa que o discurso muda de acordo com as mudanças sociais, ainda que isso não se dê de forma simultânea. A teoria de Pêcheux também mostra que é impossível separar discurso e realidade, como se a língua, um sistema estável, acompanhasse as mudanças sociais, para depois refleti-las.

Quanto à relação entre ideologia e língua, pode-se dizer que Lage atribui à ideologia o papel, entre outros já citados, de deslocar um signo lingüístico para significar outra coisa além daquela que ele significa o que gera ambigüidades. Desse modo, pode-se concluir que segundo Lage, a atuação da ideologia sobre a língua compromete o entendimento de determinadas palavras, ou seja, a duplicidade proporcionada pelos deslocamentos citados compromete a busca por expressões lingüísticas supostamente mais límpidas.

Como se vê, a existência e a atuação da ideologia não são circunscritas pelo autor à consciência individual, como constatado nas teorias analisadas anteriormente. Ainda assim, o autor limita essa atuação a um nível que é o da relação socialmente condicionada, entre o signo e aquilo que a ele é ligado. É justamente nesse nível que Lage identifica a atuação da sociedade sobre a língua na medida em que possibilita a mudança das coisas que são ligadas arbitrariamente ao signo.

Só que o reconhecimento dessa ambigüidade não muda o caráter transparente da linguagem na concepção de Lage, já que o autor considera que nesse caso são apenas duas coisas ligadas à mesma palavra, ou seja, uma palavra reflete duas coisas. Nesse caso, cabe ao jornalista evitar o uso de determinadas palavras caracterizadas pela ambigüidade. Assim, de acordo com a concepção sobre a linguagem assumida por Lage, o jornalista pode

controlar o sentido da mensagem que produz[15] e para evitar eventuais problemas de compreensão por parte do público ele deve evitar as palavras ambíguas.

Apesar da contribuição de Lage, ao se dedicar a uma análise da linguagem jornalística, e mesmo, ao considerar a necessidade dessa análise, pode-se dizer que outras são as contribuições quando se considera essa língua em funcionamento e mais, quando se considera a ideologia como constitutiva da própria linguagem e não apenas como algo que se chega a atuar na linguagem é passível de certo controle por parte do jornalista.

2.2.2. Linguagem e veiculação de ideologias

A teoria formulada por Genro Filho (1996), por sua vez, apesar de reafirmar as proposições teóricas de Lage, apresenta um maior grau de complexidade quando comparada ao trabalho de teorização proposto por esse autor acerca do jornalismo. Na perspectiva teórica assumida por Genro Filho, discute-se o jornalismo

> [...] como produto histórico da sociedade burguesa, mas um produto cuja potencialidade a ultrapassa e se expressa desde agora de forma contraditória, à medida que se constitui como uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular[16]. (1996: Introdução, 12).

Como propõe uma nova teoria para se compreender o jornalismo, Genro Filho questiona as concepções que o precederam. Entre essas concepções está o enfoque que

[15] Lage afirma ao discutir a linguagem analógica do rádio e da fotografia: "O rádio seria mais coloquial, o locutor menos *mestre* e mais *companheiro*, o clima da transmissão próximo da conversa. Para que isso ocorresse, foi necessário enfrentar o preconceito diante de componentes não-lingüísticos – e, portanto, menos *racionais* ou controláveis – da comunicação." (grifos do autor) (1993b: 24). Esses componentes não-lingüísticos compreendem o ritmo da locução, sua entonação.

[16] Genro Filho (1996) explica que o singular, o particular e o universal, (categorias utilizadas por Lukács em sua teoria da arte de 1968 e transpostas pela teoria de Genro Filho para explicar a especificidade do jornalismo) são categorias lógicas que representam aspectos objetivos da realidade que coexistem articuladas tanto nos fatos jornalísticos como em qualquer outro fenômeno. Segundo o autor, "cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contém reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas". (capítulo VII, 06). Ainda segundo o autor, "no universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva". (capítulo VII, 06).

segundo o autor, privilegia o mundo enquanto "linguagem", "textos", "articulação de signos", e que ele atribui à "escola francesa" de Jacques Kaiser, aos estudos semiológicos inspirados na lingüística estrutural de Saussure, na lingüística de Jakobson, na lingüística transformacional de Chomsky, na psicanálise de Lacan e na antropologia de Lévi-Strauss. Genro Filho afirma que esse enfoque não é discutido em seu trabalho porque nele

> [...] o jornalismo é investigado, via de regra, como produção ideológica que emana das estruturas subjacentes em que se organiza a mensagem. Em conseqüência, para os objetivos do nosso trabalho que é situar o jornalismo como fenômeno histórico-social concreto e não apenas como organização formal da linguagem que manifesta conteúdos explícitos ou implícitos, tais enfoques apresentam um insanável vício de origem, que é a parcialidade na apreensão do fenômeno. (1996: Introdução, 10).

Além de rejeitar esse enfoque, Genro Filho também questiona a concepção de Marcondes Filho segundo a qual, o jornalismo veicula apenas a ideologia das classes hegemônicas. Isso porque de acordo com Genro Filho, a contradição que existe tanto na sociedade, devido à divisão de classes, quanto a que existe na cosmovisão dominante, é refletida pelo conteúdo da notícia. O autor também considera que tanto as classes hegemônicas, quanto as classes assalariadas, podem utilizar o jornalismo informativo e suas conquistas técnicas e funcionais para refletir suas respectivas ideologias.

Desse modo, além de conceber que a notícia apenas reproduz a consciência dos jornalistas, o autor considera que a notícia somente reflete a contradição[17] e as ideologias, que existem na sua exterioridade. Isso afasta a análise de Genro Filho de uma compreensão da materialidade discursiva, da heterogeneidade que poderia explicar a presença de vozes até mesmo contraditórias num mesmo discurso. Por não adotar uma reflexão sobre a linguagem, Genro Filho deixou retornar a concepção de que ela apenas reflete de forma

[17] Retomando a teorização de Genro Filho para explicá-la mais detalhadamente, um ponto que precisa ser esclarecido diz respeito ao modo como o autor compreende a contradição que ele define como inerente à práxis. O autor localiza como base objetiva das contradições geradas no plano da cultura, o potencial que ele considera cada vez mais socializante e democrático desenvolvido pelas novas tecnologias da comunicação e à própria lógica mercantil que tende a reproduzir secundariamente as obras com potencial crítico e transformador. Soma-se a isso, a afirmação de Genro Filho de que o terreno cultural não é constituído apenas pela cultura hegemônica, mas também, pelas contradições estruturais da sociedade que aparecem e tendem a se reproduzir nesse terreno.

explícita ou implícita as contradições que existem fora da língua, na sociedade dividida em classes, na própria cosmovisão dominante.

Mas, como já mencionado, a linguagem é um fenômeno histórico-social concreto. Além disso, ao contrário do que propõe Genro Filho, não se pode conceber que o sentido seja disputado apenas na luta de classes e que aquele que prevalece num determinado momento seja transmitido pela linguagem, pois, a própria linguagem interfere na produção dos sentidos, justamente porque a ideologia é constitutiva da linguagem e isso antes mesmo que o emissor faça uso da palavra e organize o discurso de acordo com as suas intenções ideológicas conscientes.

Com relação à organização específica da notícia, Genro Filho considera que ela é determinada por todas as coerções históricas e sociais, por todas as mediações impostas ao jornalismo. Para o autor, ao expressarem dimensões reais da objetividade, as mencionadas categorias lógicas presentes no discurso, por isso mesmo, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento. Mais uma vez persiste a idéia de que a função do discurso é a de representação.

Como explica Genro Filho, cabe ao singular reproduzir o fenômeno como uma totalidade empírica que se manifesta diretamente aos sentidos do público. No jornalismo, essa reprodução se faz através do *lead*[18]. Ao responder às perguntas tidas como fundamentais para se estruturar o *lead* - o que? quem? quando? onde? como? por que? - Genro Filho considera que o jornalista faz com que o seu relato torne-se, a um só tempo, referencial e pleno de dinamismo.

Mas a notícia jornalística não apenas resguarda a aparência e a forma singular de um fenômeno ao reproduzi-lo, uma vez que, segundo o autor, essa notícia insinua a essência desse fenômeno no próprio corpo dessa singularidade. Para Genro Filho, a essência é justamente o que explica a existência de um fenômeno, ou seja, as relações sociais que justificam o seu aparecimento, a sua continuidade, a sua ligação com outros fenômenos. Essa essência, de acordo com a proposta teórica de Genro Filho, se manifesta enquanto

[18] Como citado por Dines (1986), o *lead* é constituído pelas respostas às seguintes perguntas relacionadas aos fatos – where? what? when? why? who? how? – que foram institucionalizadas por Rudyard Kipling. Dines considera que essas questões se transformaram no pilar da objetividade do jornalismo moderno. Lage (1993a), por sua vez, cita a síntese acerca do *lead* proposta por Lasswell, que além de considerar que no *lead* se informa ao leitor quem fez o que, quando, onde, como, por que, acrescenta a essas questões outras duas: quem

particularidade delineada em diferentes graus e universalidade virtual. Essa particularidade segundo o autor,

> [...] se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. (1996: capítulo VII, 05).

De acordo com Genro Filho, os chamados universais são sugeridos pela informação jornalística que tende a projetá-los[19], ao mesmo tempo, esses universais pressupõem essa informação. Ainda segundo Genro Filho, o universal se mostra justamente no que ele caracteriza como face aguda do singular e nas chamadas feições pálidas do particular e por isso mesmo ele assinala que

> O lead permite que através da natureza lógica e abstrata da linguagem, constituída pela generalidade intrínseca dos conceitos, seja retomado o percurso que vai do abstrato ao concreto, não pela via da ciência, mas pela reprodução do real como singular-significativo. O real aparece, então, não por meio da teoria, que vai apanhar o concreto pela sua reprodução lógica, mas recomposto pela abstração e pelas técnicas adequadas numa cristalização singular e fenomênica plena de significação, para então ser percebido como experiência vivida. (grifo do autor) (1996: capítulo VI, 01).

Isso significa, em primeiro lugar, que a natureza lógica e abstrata da linguagem é constituída pela generalidade intrínseca dos conceitos, ou seja, segundo Genro Filho, os conceitos, por sua natureza mesmo, remetem a algo que lhes é mais geral. Devido a essa generalidade, a linguagem permite que o jornalismo pela abstração e por suas técnicas adequadas reproduza o real como singular-significativo. A cristalização singular e

---

sofreu a ação e, ainda, para quê se agiu. Tradicionalmente, considera-se que o *lead* é constituído pelos fatos mais importantes ou mais interessantes.

[19] O autor explica que a particularidade e a universalidade projetadas pelo conteúdo das informações têm como conseqüência o que o autor chama de um profundo relacionamento entre as diversas matérias de uma mesma edição, de um mesmo veículo e dos veículos em seu conjunto, ainda que elas estejam formalmente fragmentadas no jornal. Apesar de reconhecer esse relacionamento, Genro Filho considera que ele geralmente é orientado pela ideologia dominante. Ao assumir essa concepção, Genro Filho se contrapõe à teoria formulada por Marcondes Filho segundo a qual, a apresentação fragmentada das notícias desorganiza a estruturação racional que a realidade possui (cf. 2.2.3).

fenomênica produzida pelo jornalismo é plena de significação porque os conceitos são plenos de significação.

Pode-se concluir que, na abordagem de Genro Filho, a linguagem cumpre a função de reproduzir, recompor, o real. Apesar dessa constatação, é necessário indicar as diferenças entre essa forma de compreender a linguagem e as formas que a concebem como um mero espelho da realidade social. A teoria de Genro Filho considera que a linguagem jornalística além de reproduzir a realidade de um modo peculiar, através dos aspectos singulares dos fenômenos, também remete aos aspectos universais desses fenômenos por causa da generalidade intrínseca dos conceitos.

Dito de outra forma, o que o autor chama de *linguagem jornalística* e que nós identificamos como gênero jornalístico reproduz a realidade tanto nos seus aspectos singulares quanto nos seus aspectos mais gerais. Mas ainda assim, a atuação da linguagem se restringe à abstração e a uma determinada organização para a veiculação de idéias pré-construídas pela consciência de seus emissores.

Ainda de acordo com o autor, cada fato, considerado em sua singularidade e particularidade, expressa a realidade em pelo menos três níveis: no primeiro são identificadas as possibilidades concretas, tidas como premissa, e encarnadas pela totalidade histórico-social da qual o fato participa; no segundo, o autor identifica a tendência específica da particularidade que é expressa de modo predominante pelo fato; e finalmente, no terceiro, a contradição[20] que é inerente ao fato.

Um exemplo dessa reprodução poderia ser o seguinte: um atentado à bomba contra os israelenses é um aspecto singular de um fenômeno, já as explicações históricas sobre as motivações dos palestinos constituem um aspecto mais geral desse mesmo fenômeno e ambos são reproduzidos pela linguagem[21]. Desse modo, Genro Filho considera que a *linguagem jornalística* apreende a singularidade no contexto de uma particularidade

[20] No que diz respeito à contradição, Genro Filho considera que ela aparece como uma chama subordinada que aponta no sentido oposto à indicação determinante e dominante da particularidade. Isso é possível porque segundo o autor, existem as possibilidades globais da totalidade.

[21] Segundo Genro Filho, "a particularidade do fato – embora subordinada formalmente ao singular, pois é ele que dá vida à notícia – estará relativamente explicitada. No entanto, a universalidade desse fato [...] em que pese não seja explicitada, estará necessariamente presente enquanto conteúdo. Ou seja, como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno e como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história". (cap. VII, 06-07).

determinada e é esse contexto de generalizações e conexões limitadas que atribui sentido ao singular.

Além disso, o autor afirma que o processo de mediação dos meios de comunicação de massa[22], que segundo ele, é inerente ao conhecimento jornalístico e envolve instrumentos adequados a uma atividade social organizada, exige uma linguagem que otimize a predominância da singularidade. Genro Filho caracteriza a organização lógica e lingüística que o jornalismo possui, comparando-a com a relação imediata que os indivíduos estabelecem com a realidade. Nessa relação, como explica o autor, aparece o aspecto fenomênico e singular do real e por isso a imediaticidade é sempre uma espécie de "simulação". (aspas do autor). Ademais, segundo Genro Filho, como o fenômeno é apenas uma face do concreto, ele revela e esconde a essência. Desse modo, o autor considera que

> O singular, da mesma forma, não é mais do que uma das dimensões do concreto, sendo um elemento constituinte do universal e também seu produto: não existe relação humana sem mediações objetivas e subjetivas. Quando indivíduos presenciam diretamente um fato, a rigor, entre eles e o fato está a totalidade da história humana já percorrida, as alternativas sociais que se abrem concretamente para o futuro e, além disso, as incertezas e opções individuais e sociais. Isso quer dizer que o imediato e o mediato são duas faces de uma mesma moeda, momentos inseparáveis de uma mesma relação humana. (1996: capítulo V, 25).

Mais uma vez, Genro Filho mostra que não existe uma reprodução objetiva dos fatos e que toda a apreensão da realidade se faz a partir de todo um percurso histórico e até mesmo de coerções subjetivas como as incertezas e opções individuais e sociais. A relação dos indivíduos com o mundo natural e social é imediata, segundo ele, apenas se considerada a sua aparência, uma vez que nessa relação existem mediações fundamentais, que são as da linguagem, da cultura, do condicionamento histórico-social e dos meios de comunicação de massa. Só que as coerções sociais, a cristalização ideológica, ficam circunscritas à sociedade e aos indivíduos. A compreensão acerca da linguagem ainda é a de que ela é neutra, de que ela apenas reflete a consciência humana.

[22] Genro Filho menciona que a mediação proporcionada por esses meios permite transportar em tempo reduzido, quase instantâneo, e para qualquer lugar do mundo, a dimensão fenomênica e singular dos

No entanto, além de indicar os pontos que aproximam a singularidade experimentada ou percebida no âmbito da vivência pessoal e a que é reproduzida pelo jornalismo, Genro Filho indica também as diferenças que fazem com que uma não seja idêntica à outra. O autor explica que a exteriorização técnica e social da mediação provoca uma racionalização e especificação dos procedimentos que são admitidos no processo de produção e que são específicos para cada meio de comunicação. Entre esses procedimentos, Genro Filho cita a *linguagem jornalística*, que para ele

> [...] realiza a reprodução e o transporte de uma singularidade como algo prestes a ser vivido diretamente. Para tanto, ela está subordinada a normas e procedimentos técnicos que a distinguem da espontaneidade lógica, lingüística e epistemológica da linguagem comum. É isso que a torna, aliás, uma especialidade técnica no contexto da divisão do trabalho. (1996: capítulo V, 26-7).

A *linguagem jornalística* é referencial porque segundo Genro Filho, essa linguagem remete a algo que é concretamente externo ao emissor e ao receptor. Como formulado pelo autor, as informações jornalísticas são uma espécie de simulação da imediaticidade, ou seja, cabe ao jornalismo reconstituir a realidade distante enquanto singularidade. Desse modo, no jornalismo, ao contrário das relações pessoais diretas, os intermediários, entre os quais os jornalistas, não participam da mesma ordem de significados dos fenômenos que são reproduzidos artificialmente como imediaticidade nas notícias e assim, transportados ao público.

Compreender o sentido dessa forma, como se ele fosse produzido antes mesmo da comunicação e da produção do discurso, como se ele fosse independente da linguagem, é recorrente em todos os trabalhos que definiram o jornalismo e que constam na bibliografia do programa da disciplina aqui analisada. Mas conforme a concepção assumida por Pêcheux, os sentidos não são apenas transmitidos pelo discurso, eles são também construídos no discurso até mesmo sem as determinações conscientes daqueles que se apropriam e se valem da linguagem. Ademais, ao compreender o sentido dessa forma, assume-se a concepção, como já mencionado anteriormente, de que a linguagem seja um

---

acontecimentos. Assim, o jornalismo reproduz os acontecimentos como algo que estivesse sendo vivido imediatamente pelo público.

veículo neutro, transparente, de transmissão de significados previamente construídos, ou seja, um espelho da consciência do jornalista.

Essa concepção implícita sobre a linguagem pode ser verificada também no seguinte fragmento, em que o autor critica a tese de relato neutro dos fatos:

> Como se os fatos fossem pré-existentes às notícias enquanto realidades factuais unitárias e já dotados integralmente de significação, antes de sua seleção, estruturação e reprodução pela consciência tanto dos jornalistas (repórteres, editores, redatores, etc.) como dos receptores da informação. (1996: capítulo VI, 02).

O autor não deixa de perceber que a ação de se apropriar dos chamados fatos interfere na significação deles, mas a análise de Genro Filho não reconhece que as interferências ideológicas não se restringem a atuar apenas na consciência e por isso os chamados fatos não estão dotados integralmente de significação nem mesmo depois de selecionados, estruturados e reproduzidos pela consciência.

Retomando a caracterização que Genro Filho propõe para a estrutura da notícia, deve-se mencionar que, segundo o autor, a relação entre as categorias do singular, do particular e do universal, é intrinsecamente dialética[23].

> [...] o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo. (1996: capítulo VII, 06-07).

Essa afirmação indica que para Genro Filho, mais uma vez, aquilo que não é objetivo na notícia é incluído na notícia pela subjetividade do jornalista.

[23] Para o autor, a concepção de Marcondes Filho segundo a qual, o jornalismo inevitavelmente fragmenta o real, o que faz com que ele seja caracterizado necessariamente como manipulatório e alienante, é ingênua. De acordo com Genro Filho, essa concepção não é capaz de perceber que a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade e que o singular também contém o particular e o universal.

Além de considerar que a relação entre o singular, o particular e o universal é intrinsecamente dialética, Genro Filho afirma que essa relação está sujeita ainda, a uma dialética histórica e social, tida por ele como quadro de referência dessa relação intrinsecamente dialética entre as três dimensões citadas[24]. É nessa organização específica da notícia, segundo as categorias lógicas do singular, do particular e do universal, que Genro Filho identifica a possibilidade que o jornalismo tem de veicular não apenas a ideologia hegemônica na sociedade, como também as contradições do sistema de produção. De acordo com o autor:

> Por sua lógica intrínseca de perseguir o singular e expressar sua significação imediata, o jornalismo ao refletir a hegemonia da ideologia dominante, expressa também as contradições com as quais ela se debate, à medida que é obrigado a respeitar certa hierarquia objetiva dos fenômenos. Ou seja, enquanto se aprofundam as contradições do capitalismo, o jornalismo tende a refletir espontaneamente aspectos críticos da própria objetividade que reproduz. (1996: capítulo VIII, 09).

Essas considerações revelam que na perspectiva teórica assumida pelo autor está presente a idéia de que existe uma objetividade que é captada com limitações pelo jornalismo. Essa limitação, por sua vez, é atribuída à subjetividade do jornalista. Isso significa que a subjetividade do jornalista e certa hierarquia objetiva dos fenômenos são os critérios definidores na produção da notícia.

Desse modo, pode-se concluir que na teoria proposta por Genro Filho, ainda se considera que o papel da linguagem é apenas o de transmitir um sentido que chega ao público tal como produzido pela consciência do emissor, mas com a ressalva de que o público pode completar esse sentido a partir de sua subjetividade. O sentido se constitui

[24] Genro Filho propõe que no período mercantil, os fatos apareciam encerrados numa determinada dimensão da realidade porque não havia ainda a dinâmica radical da conversão entre o singular, o particular e o universal. Segundo ele, "[...] o significado social dos fatos mais diversos não era evidente, já que eles apresentavam mediações obscuras, longínquas e até místicas com seus contextos particulares e com a totalidade histórico-social. Os significados sociais só se revelavam quando os fatos nasciam com uma cruz na testa, marcados pela autoridade dos acontecimentos econômicos, expressamente culturais ou datados e assinados pelo poder espiritual ou temporal". (1996: capítulo VIII, 03). Essa compreensão de Genro Filho considera que o sentido passou a ser evidente através da dinâmica radical da conversão entre três categorias lógicas, ou seja, a construção do sentido obedece apenas a um critério de organização lógico. Além disso, o autor afirma que quanto mais se consolida essa dinâmica radical, mais se torna evidente o sentido, como se o

independentemente da linguagem, sendo controlado em parte pela subjetividade do jornalista e em parte por certa hierarquia objetiva dos fenômenos que o jornalista deve respeitar. Aqui ao invés de desaparecer ou de se assujeitar às determinações da empresa ou aos interesses das classes hegemônicas, o jornalista é quem controla os sentidos que são assim, apenas transmitidos pelo discurso jornalístico.

2.2.3. Linguagem e reinscrição de conflitos exteriores

Enquanto a proposição teórica formulada por Genro Filho assume a perspectiva de que é justamente a estruturação da notícia a partir do *lead* que a torna uma forma de conhecimento social centrada na singularidade dos fenômenos, Marcondes Filho localiza na atividade de construir, a partir de um fato, um outro mundo, o caráter alienador e manipulador do jornalismo, que não teria menos esse caráter numa sociedade não-capitalista se continuasse recebendo o mesmo tratamento.

A teoria de Ciro Marcondes Filho sobre o jornalismo[25] resultou de uma análise que considerou, a partir da economia política, além do processo de veiculação e dos efeitos sociais produzidos, o próprio modo de estruturação da notícia na sociedade capitalista. Marcondes Filho (1989) define a notícia como a informação transformada numa mercadoria. Nesse processo de transformação, o autor considera que a notícia passa por um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Nesse caso, diferentemente do que propõe Lage (1993b), o subjetivismo é negado por uma norma mercadológica, e não devido a uma necessidade de que a comunicação jornalística seja referencial.

---

sentido fosse algo unívoco e inerente aos acontecimentos, cabendo a uma determinada organização do discurso apenas revelá-lo.

[25] Marcondes Filho explica porque não se baseou numa ciência da linguagem: "Pode-se pensar em uma ciência da mensagem, em uma área de conhecimento que investigue o código lingüístico e sua estrutura, e aí entramos no campo específico da semiologia. Enquanto processo maior, contudo, enquanto mecanismo que envolve meios, ideologias, usos políticos, manipulação e mobilização de massas (como o é, de certa maneira, o caso do jornalismo), a comunicação só pode ser apreendida como a *ligação* de tudo isto, a ponte que torna compreensíveis os fenômenos de massa da sociedade moderna." (grifo do autor) (1989: 10). Mas de acordo com a perspectiva assumida pelo presente trabalho, que é a teoria proposta, entre outros, por Pêcheux (cf. 1.1), é possível que uma ciência do discurso articule todas as questões mencionadas por Marcondes Filho como necessárias para se compreender o jornalismo.

A produção da notícia, de acordo com Marcondes Filho, adapta o fato social a alguma coisa mais rentável. Por isso, ao ser transformado em notícia, o fato é alterado, dirigido, mutilado, ao invés de simplesmente reproduzido.

> Ele [o fato social] não só é embelezado, limpado, pintado de novo, como ocorre com outras mercadorias na prateleira para atrair a atenção do comprador; o fato social aqui é também acirrado, exagerado, forçado. De qualquer maneira, mudado para vender. (1989: 29).

Quando o jornalismo transforma os fatos e acontecimentos em mercadoria, segundo o autor, ele não vende apenas esses fatos e acontecimentos, ele explora e vende a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato. É assim que se constrói a chamada aparência de valor de uso. Seguindo a análise proposta por Marcondes Filho, pode-se dizer que a notícia é uma forma "quebrada" de realidade, pedaço do real. O jornalista abstrai, recorta, do real somente o fato específico que originou a notícia e ao montar o jornal ele dispõe as notícias de forma múltipla e diversificada. Para Marcondes Filho, esse conjunto desconexo de fatos que é oferecido pelo jornal desorganiza a estrutura racional presente no real.

Mas ainda que considere a notícia como meio de veiculação ideológica, o autor admite também que as páginas dos jornais e das revistas são realidades "dialéticas" e não-monolíticas de produção de significados, e por isso, elas reinscrevem conflitos reais entre empregadores e empregados da empresa. A luta de classes reproduz-se nessas páginas. Desse modo, Marcondes Filho afirma que:

> O jornal, portanto, embora produto-mercadoria capitalista, *pode*[26], mais do que as demais mercadorias, não produzidas para a "indústria da consciência", quebrar, se bem que parcialmente, o monolitismo da fetiche-mercadoria da sociedade capitalista. (1989: 31).

Isso porque, como já dito, os jornais e as revistas podem deixar passar os conflitos internos de sua produção. Marcondes Filho cita, inclusive, a possibilidade de que se

[26] Enquanto Marcondes Filho considera que os conteúdos que contestam os interesses hegemônicos podem quebrar apenas parcialmente o monolitismo das notícias mercantilizadas, Genro Filho admite que a contradição seja sempre refletida por esse conteúdo. A contradição é tida por ele como inerente à práxis.

encontre em uma mesma página de um jornal liberal, pontos de vista conflitantes sobre determinado assunto.

Pode-se notar que mesmo definindo as páginas dos jornais e das revistas como realidades dialéticas de produção de significados persiste a concepção de que a notícia reinscreve conflitos que lhe são exteriores. O discurso jornalístico somente incorpora e revela uma exterioridade, ou seja, a linguagem é um instrumento que reinscreve os conflitos reais entre patrões e empregados. *A linguagem serve unicamente para comunicá-los, expressá-los, reproduzi-los*. Além disso, persiste também a concepção de que o jornal controla, ainda que não totalmente, os significados produzidos, pois a reinscrição de conflitos é apenas uma possibilidade, não das mais freqüentes.

Marcondes Filho também considera que a manipulação é fruto do ato premeditado, intencional, mas é também, parte integrante, necessária, da transmissão jornalística. O autor cita a afirmação de Geyrhofer (1984) para confirmar a função manipulativa da informação que passa pelo tratamento jornalístico:

> Manipula-se claramente em qualquer forma de redigir, de formular, de escolher e de acentuar as notícias. [...] Dentro da língua não há separação entre a informação objetiva e a tomada de posição subjetiva; até o informar mais cuidadoso muda o conteúdo da emissão. (1984: 165).

Pode-se dizer que Marcondes Filho não assume a perspectiva de que a linguagem seja neutra, transparente, no sentido de que ela refletiria apenas os fatos considerados objetivos. Mas pode-se falar em neutralidade, desde que compreendido que ao utilizar esse termo, o que se deseja é indicar que para Marcondes Filho, a linguagem em si não interfere nos sentidos produzidos pelo discurso, ou seja, pode-se falar em neutralidade não a partir da dicotomia objetividade *versus* subjetividade e sim a partir da concepção de que o sentido é definido e controlado pela consciência do jornalista sendo apenas transmitido pela linguagem.

Dito de outra forma, para Marcondes Filho, a linguagem é um veículo neutro porque segundo sua perspectiva teórica, a linguagem apenas reproduz a sua exterioridade. O que ele aprofunda com relação aos demais autores aqui analisados é que ele assume a perspectiva de que não se pode separar na língua, o que é objetivo do que é subjetivo. Mas

apesar dessa revisão, o autor não considera duas questões fundamentais para a compreensão do discurso: que a linguagem possui uma dimensão histórica e que a ideologia, ao invés de apenas acrescentada à notícia, é constitutiva da própria linguagem.

Quanto ao encobrimento e ao falseamento das notícias como pensamento censurado, a análise de Marcondes Filho caracteriza três formas que, de acordo com o autor, são as que concentram o mais importante sobre a manipulação noticiosa. Essas formas são: a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da lingüística e a sonegação das informações "indesejáveis". (aspas do autor). De acordo com os interesses do presente trabalho, a análise dessas formas se concentrará na segunda delas.

Em linhas gerais, Marcondes Filho considera que os processos fragmentados de transmissão noticiosa quebram a lógica dos fatos entre si. Isso acontece porque, de acordo com o autor, estes fatos são tomados na sua imediaticidade, o que impede o acesso à dimensão de uma totalidade que subsuma e explique esses fatos, ou seja, a notícia é desvinculada do fundo histórico-social que a originou e colocada no mercado da informação como um dado solto, independente.

Desse modo, Marcondes Filho afirma que as técnicas de fragmentação e também de personalização simplificam, bagatelizam os fatos e desinformam as pessoas. Junto com essas formas está segundo o autor, o uso da linguagem e da técnica que também produz o falseamento e o encobrimento da sociedade real e que também possui os fins ideológicos de deturpar e de mutilar a realidade. Como explica o autor:

> O uso de formas lingüísticas, ou seja, o uso de tom oficial, de formulações anônimas tipo "fontes bem informadas", "porta-voz oficial", da forma passiva neutralizante, do tempo condicional operam no sentido de favorecer um comportamento receptivo. A transmissão noticiosa que usa tais figuras de linguagem tenta passar imagens neutras, oficiais, sérias e indiscutíveis com o mesmo tom dos comunicados do governo que, se não correspondem à verdade, pelo menos possuem um tom direto, restritivo, imperativo. (1989: 48).

Assim como Lage (1993b), cujas proposições foram expostas em 2.2.1, a análise de Marcondes Filho se ateve ao uso que os jornalistas fazem da linguagem para determinados fins. Só que diferentemente de Lage, e por não se tratar de uma espécie de manual de

redação, Marcondes Filho não prescreve que determinados usos devam ser evitados, afinal a estruturação da notícia segundo o *lead* é o que a caracteriza na sociedade capitalista. O que se pode concluir, a partir das proposições teóricas de Marcondes Filho, é que a linguagem apenas reinscreve conflitos exteriores e desse modo, a presença da ideologia na linguagem é atribuída somente à subjetividade.

Com relação ao controle do sentido que é apenas transmitido pela linguagem, o autor considera que ele é exercido pela empresa jornalística. Mas como explica Marcondes Filho, o poder e a dominação, o controle da informação, são exercidos em todos os níveis da sociedade e não somente pela cúpula política ou pelos seus conglomerados econômicos.

O autor, então, propõe que, no caminho que busca uma revolução dos meios de comunicação e do jornal, em especial, deve-se viabilizar uma nova relação dos receptores com esses meios, a partir do rompimento da relação de consumo dos conteúdos e do rompimento com a forma capitalista de pensar desses receptores. Para Marcondes Filho, a relação coisificada entre o produtor e o receptor de notícias é quebrada mediante a mudança no tratamento da matéria, no enfoque, na valorização dos componentes da notícia, no panorama subjetivo de aproveitamento do fato.

Essas políticas, segundo Marcondes Filho, não esvaziam o jornalismo naquilo que ele tem de mais exclusivo que é a capacidade de se tornar uma efetiva força de expressão de sua massa de leitores. Diante dessa análise só resta acrescentar que o discurso jornalístico não se limita a ser apenas um meio de reprodução de consciências ideologicamente dominadas.

A partir do que foi exposto, pode-se concluir que a concepção de linguagem subjacente a essas definições é a de uma linguagem neutra, que não interfere no processo que liga emissor e receptor, como aconteceria com os meios de comunicação segundo a teoria matemática proposta em 1949 por Shannon e Weaver[27] (1975). Essa teoria representou o sistema de comunicação da seguinte forma:

[27] A referência à teoria de Shannon e Weaver se faz necessária porque ela é tida como a primeira tentativa de sistematização teórica acerca do processo de comunicação. Além disso, as concepções que eles formularam ainda estão presentes, com algumas reservas, nas definições elaboradas contemporaneamente, tanto por pesquisadores quanto por estudantes, sobre o jornalismo. O único dos autores analisados que se refere explicitamente a esse modelo é Lage (1993a: 24). Ao se referir ao clássico esquema de comunicação proposto por Shannon e Weaver (Fonte – mensagem codificada e transmitida através de um canal – receptor), Lage faz a ressalva de que o sistema produtor de notícias é um codificador inteligente que interfere na mensagem quando a codifica e não, em sentido absoluto, uma fonte. Lage considera ainda, que o receptor é plural,

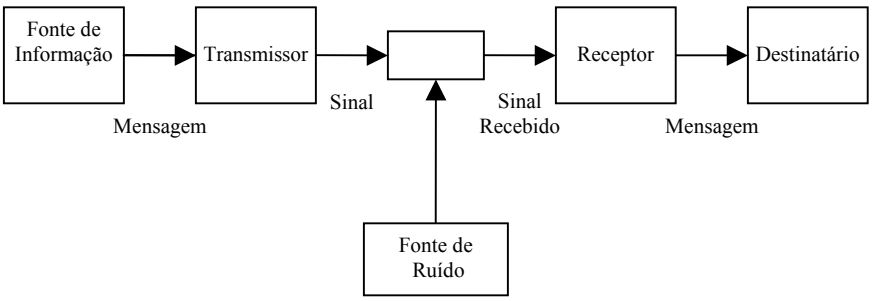

Fig. 1 – Diagrama de um sistema geral de comunicação segundo Shannon e Weaver

A fonte de informação seleciona uma mensagem de um conjunto de mensagens possíveis e depois codifica a mensagem escolhida, ou seja, a fonte transforma essa mensagem em um sinal que é enviado por um canal ao receptor. Esse, por sua vez, decodifica a mensagem. Os sinais são desse modo, transformados em mensagem que chega assim a um destinatário. Além disso, o esquema considera que por vezes o canal pode sofrer interferências por parte do ruído, o que atrapalha a transmissão.

O que aproxima esse modelo da concepção, implícita ou explícita, formulada pelas teorias sobre o jornalismo é que todas, apesar das divergências que apresentam, consideram que a linguagem é um veículo através do qual uma mensagem devidamente codificada chega a um receptor que, então, decodifica a mensagem a partir do conhecimento que tem sobre os chamados códigos lingüísticos.

indefinido e atuante e não único como propõe o esquema de Shannon e Weaver. Além disso, o autor faz a ressalva de que fonte e receptores estão imersos no meio social. Apesar dessas ressalvas, persiste na proposição de Lage a concepção da linguagem como veículo transparente e do sujeito que controla o seu discurso.

CAPÍTULO 3: A IDEOLOGIA E A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

A ideologia, junto com a definição acerca da função social do jornalismo, é o tema mais recorrente nas definições aqui analisadas. Mas, assim como a linguagem, é um termo tomado em uma acepção absoluta, sem questionamentos ou teorização. Pode-se dizer que nessas teorias se admite que a ideologia, tida apenas como falsa consciência, deva ser superada ou ao menos controlada para que a objetividade e conseqüentemente a verdade possam ser reveladas. Diante da dicotomia objetividade ***versus*** subjetividade, essas teorias localizam a ideologia na subjetividade do jornalista.

Além disso, como mencionado em 2.1, ao invés de se conceber a presença da ideologia na materialidade da língua, como proposto por Pêcheux e Bakhtin, os autores analisados pelo presente trabalho consideram que a ideologia é apenas acrescentada ao discurso jornalístico pela consciência do jornalista ou pelos interesses de mercado aos quais os jornalistas devem se submeter. Desse modo, as concepções propostas pelas teorias sobre o jornalismo consideram que a ideologia pode ser controlada e ainda, que ela é a responsável pela alienação e manipulação do público. Finalmente, como se verá em 3.3, a presença da ideologia na notícia e também o controle, que o jornalista ou a empresa exercem sobre a notícia, são fundamentais para se compreender a função social que algumas definições atribuem ao jornalismo.

3.1. A ideologia e a distorção de uma suposta verdade

3.1.1. A notícia e o conhecimento apesar da ideologia

Enquanto a quase totalidade dos autores se refere explicitamente à ideologia como obstáculo para se chegar à realidade, como se verá logo adiante, Beltrão (1980) considera que no jornalismo, as idéias, as situações e os fatos atuais devem ser interpretados à luz do interesse coletivo. O autor só não especifica quem é o responsável por essa interpretação: seria a empresa, o editor, o próprio jornalista? Essa afirmação pode indicar que para o autor, a subjetividade interfere na produção jornalística. Mas o termo ideologia não é sequer mencionado por Beltrão.

Talvez a idéia acerca da ideologia esteja contemplada pelo conceito de interpretação do autor, mas essa é apenas uma hipótese. Pode-se formular essa hipótese devido ao fato de que Beltrão ao menos admite a existência de interpretação na atividade jornalística. O que não está claro é o que define essa interpretação, o que está em jogo com esse conceito. Ainda assim, a produção da notícia não é concebida como um simples relato, uma mera reprodução objetiva de eventos, nos quais nem a consciência do jornalista deve interferir, o que acontece nos chamados manuais de redação.

Já outros autores, reconhecendo a impossibilidade de que a notícia seja totalmente objetiva, a impossibilidade de que o jornalista esteja isento de sua subjetividade, propõem que ele busque, na medida do possível, ser objetivo. Entre esses autores estão Dines, Bahia e Rossi. Como a questão da linguagem está relacionada com a questão da ideologia, uma vez que esses autores consideram que a função da linguagem é apenas a de transmiti-la, algumas concepções já discutidas no capítulo anterior serão retomadas para se compreender a concepção que esses autores assumem com relação à ideologia.

Dines (1986), como já mencionado anteriormente, considera que apesar das pressões que sofre por parte do Estado ou das empresas, o jornal deve manter inviolável o compromisso com a verdade. Segundo o autor, "um jornal que cede a uma pressão cede a todas. O caminho é manter inviolável o compromisso com a verdade; só isto pode tornar um jornal mais prestigiado, aceito e, portanto, lucrativo". (1986: 108). O trabalho de Dines estabelece ainda, a relação entre o número de leitores e a qualidade do jornal. Mais jornais, como explica o autor, fazem com que exista mais debate, mais variedade, e como conseqüência, mais verdade, e assim mais participação, que, por sua vez, propiciaria melhores resultados.

Desse modo, Dines considera que apesar das pressões sofridas, o jornal pode transmitir a verdade. Isso significa que para o autor, a ideologia é superável, passível de controle. Ainda de acordo com o autor, o que existe é uma briga de interesses entre os donos das empresas jornalísticas e os donos de outras empresas, o Estado e não uma interferência da subjetividade do jornalista. Como considera que a ideologia é algo imposto por poderes externos ao jornal, pode-se conceber que através de determinadas estratégias seja possível manter o compromisso com a verdade, deixando a ideologia fora do jornal.

De acordo com a teorização proposta por Bahia (1990), os mecanismos sociais que controlam as notícias devem reconhecer, junto com os veículos que processam as notícias, que a maior utilidade dos meios de comunicação é a de propagar valores e idéias sociais. O autor considera ainda, que o jornal produzido contemporaneamente sofre influências da ideologia que no caso do jornal é a da classe dominante, mas essas influências não impedem que os jornais sejam objetivos, tanto quanto possível. Segundo Bahia,

> E muito embora ainda se notem influências de um *status quo* ideológico que remonta ao século XIX - no que exprime o domínio do proprietário sobre o domínio da informação -, o fato é que o jornal contemporâneo tende a refletir melhor o sentimento do leitor, a observação isenta do acontecimento, a opinião independente, a fim de reproduzir a visão mais realista possível da vida em comunidade. (1990: 371).

A visão que os meios de comunicação têm da sociedade, de acordo com Bahia, ao se tornar mais objetiva e mais abrangente, torna-se mais justa. Mas isso não impede o autor de afirmar que:

> A ideologia da imprensa é a da classe dominante. Tanto faz que seja porta-voz do Estado ou propriedade da livre iniciativa. Não é gratuito o esforço para associá-la, principalmente no Ocidente, à imagem de um quarto poder. Nesse horizonte, a melhor perspectiva para compreender o papel do jornalismo talvez seja a do progresso cultural" (1990: 397).

A partir dessas considerações de Bahia, pode-se dizer que sua definição acerca da relação entre ideologia e jornalismo assume a perspectiva segundo a qual, o jornalismo deve ser objetivo, ainda que sofra influências por parte da ideologia da classe dominante. Além disso, o autor considera que existe uma relação entre observação isenta do acontecimento, opinião independente, e visão mais realista possível da vida em comunidade. Existe, inclusive, uma relação entre objetividade e justiça. Desse modo, nas considerações de Bahia, existem duas formas de se pensar a relação entre ideologia e jornalismo. A primeira é a de que a ideologia pode ser superada, controlada, e a segunda é a de que ela se destina à distorção da realidade.

Na teorização proposta por Rossi (2005) também são consideradas as imposições por parte dos grandes interesses econômicos ou dos que monopolizam o poder em determinada ocasião. Segundo o autor, se a empresa jornalística não desejar ou não tiver condições de se opor a esses interesses, os sacrificados serão o jornalista e a verdade.

Mas além de se referir às interferências provocadas por esses interesses, Rossi também considera as interferências que a notícia sofre por parte da subjetividade do jornalista. Na batalha pela conquista das mentes e corações de leitores, telespectadores ou ouvintes, o autor considera que a mediação dos jornalistas faz com que de um fato, o jornal publique uma versão desse fato.

A publicação dessa versão se explica porque o autor considera que é impossível para o jornalista ser totalmente objetivo. Rossi atribui essa impossibilidade à formação cultural, ao *background* pessoal e ainda, eventualmente, às opiniões muito firmes a respeito de um fato observado que o jornalista pode ter. O que determina a variação nos relatos de jornalistas diferentes de um mesmo fato são, segundo o autor, as diferenças de formação cultural, de *background*, de opiniões. Desse modo, como explica Rossi, as emoções e as impressões puramente pessoais provocadas pelos fatos objetivos estão impressas nos relatos que os jornalistas elaboram acerca dos fatos que observam.

Apesar dessas interferências na produção da notícia, Rossi considera que cabe ao jornalista ser o mais objetivo possível. Se não é possível superar a interferência por parte da subjetividade, ao menos é possível de acordo com o autor, controlar essa interferência. No entanto, quando atua a interferência por parte dos grandes interesses econômicos ou dos que detêm o poder, Rossi já não acredita que seja possível preservar a verdade. O jornalista se torna, então, vítima de um controle e a objetividade passa a ser decidida pela empresa em que ele trabalha.

Outro autor que assume a perspectiva de que o jornalista deve ser o mais objetivo possível é Novaes (1995). Segundo ele, o jornalismo trabalha em favor de ideologias, de interesses econômicos, de partidos, de grupos, de ambições ou de vaidades. O jornalista não transmitiria a realidade mesma e sim uma visão da realidade, ainda assim, isso não desobriga o jornalista de buscar a maior aproximação possível com a objetividade e a isenção. O propósito do jornalista seria o de se comportar tanto quanto possível como um espelho da realidade.

De acordo com Novaes, o que não pode acontecer é a visão da realidade do jornalista condicionar o relato que ele faz dos fatos, submeter esse relato a um crivo ideológico ou político. Para o autor, o compromisso partidário ou ideológico do jornalista pode tanto dificultar o seu acesso às informações, às fontes, que estejam em desacordo com sua posição, quanto fará com que ele diante de uma informação que seja contrária a sua posição, minimize a importância que ela tenha.

Além disso, o jornalista deve conter o seu posicionamento ideológico para executar o seu trabalho, que é o de se comportar o máximo possível como espelho da realidade. A noção acerca da ideologia já é explícita: a função dela é a de distorcer a visão que o jornalista tem dos fatos. Ela é um problema para o trabalho do jornalista, mas a sua atuação pode ser minimizada se ele buscar a aproximação com a objetividade.

A perspectiva de Lage acerca da ideologia também foi mencionada em 2.2.1. Entre as questões já mencionadas estão as seguintes considerações do autor: a ideologia atua no plano das escolhas que, por sua vez, são atribuídas ao editor; as escolhas obedecem aos critérios de importância ou de interesse, atendendo a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade, entre outros; e finalmente, a ideologia é geradora de ambigüidade na língua.

Apesar de reconhecer coerções impostas à produção da notícia, Lage considera que o enunciado deve ser adequado aos fatos. Segundo o autor, aquilo que não é verdade na notícia é fraude ou erro. *O conceito de verdade se refere justamente à adequação do enunciado aos fatos*. Lage considera que

> Se bem que os jornalistas não estejam imunes (ninguém está) às contingências históricas, aos compromissos culturais e de classe, não há, em tese, notícias reacionárias ou progressistas, edificantes ou indecentes. Estas são avaliações que cabem aos fatos e personagens do mundo objetivo; fatos e personagens que existem ainda quando não noticiados. (1993a: 25-6).

Quando analisa as relações entre democracia e diversidade no fluxo de informação, afirmando que essa diversidade é necessária para o exercício do poder de cada pessoa, Lage assinala que além de diversificação devem existir critérios mais adequados de seleção dos

fatos que serão noticiados. Isso se faz necessário, segundo o autor, por causa de uma contingência da sociedade industrial e não devido à competição entre sistemas políticos.

Justamente por ser o momento em que atua a ideologia, Lage considera que é o critério de seleção que deve ser controlado e esse trabalho numa redação jornalística cabe ao editor. Por isso não é contraditório que Lage se refira à existência inevitável da ideologia na notícia e na definição que ele formula sobre o trabalho de redação ele inclua, como uma das qualidades clássicas desse trabalho, a objetividade.

Essa separação é possível devido à própria divisão de trabalho que existe nas redações jornalísticas. De um lado o editor é o responsável pela seleção do que é noticiável, ele é o responsável pelo *gatekeeping*, a decisão sobre aquilo que vai ser publicado ou ignorado, nesse momento é que segundo o autor, atua a ideologia. Lage considera que os editores, ao fazerem suas escolhas, baseiam-se em leis de mercado, em conveniências que segundo ele, traduzem o jogo dos grupos de pressão ou entidades, chamadas por ele de abstratas, como o interesse nacional.

Enquanto isso, o repórter deve apurar e processar as informações a partir de procedimentos padronizados. A notícia se conformou, segundo Lage, a padrões industriais através da técnica de produção, das restrições já referidas do código lingüístico e da estrutura relativamente estável que a notícia apresenta. A padronização seria tão própria à produção da notícia que o repórter, na concepção de Lage, apura e processa as informações sem muita ingerência ou até consciência[1] desse processo.

O autor assinala ainda, que o rigor das técnicas de apuração e de tratamento de informações foi necessário para que o jornal deixasse de ser sensacionalista. De acordo com Lage, os jornalistas norte-americanos,

> [...] foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos indicam. A idéia da imparcialidade é parte dessa postura, que se contrapôs ao modelo sensacionalista nos grandes jornais da América. (1993a: 15).

[1] Quando afirma que o jornalista não tem consciência do processo de produção da notícia, Lage se refere a uma ação irrefletida, que se faz mediante a repetição. Dito de outra forma, o processo de produção da notícia alcançou um grau de padronização, de mecanização, que dispensa a reflexão, o conhecimento.

Aqui a recorrência à objetividade possível ainda está presente como uma das tarefas do jornalista e do editor. Considerando essas afirmações e ainda, a caracterização que Lage propõe acerca da linguagem (cf. 2.2.1), pode-se afirmar que para o autor, a ideologia atua na produção jornalística, mas essa atuação não interfere na reprodução objetiva dos fatos porque enquanto o editor se ocupa de decisões influenciadas pela ideologia, o jornalista deve se ocupar da tarefa de reproduzir através de critérios lógicos os acontecimentos. Isso significa que no plano de atuação do jornalista, a ideologia é superável, controlável e por isso se exige que o jornalista seja objetivo.

A análise de Lage sobre a linguagem jornalística, que caracteriza a ideologia como responsável pelas ambigüidades que o autor reconhece nas palavras, também considera que o jornalista deve exercer um controle sobre o uso de determinadas palavras que segundo Lage, possuem duplo sentido. Assim, a ideologia é mais uma vez tida como algo passível de controle, como algo superável. Quando ocorre essa superação, o autor considera que a objetividade é, então, revelada.

Genro Filho (1996) também considera que a ideologia oculta a complexidade social o que aliena o indivíduo, mas apesar disso, ele afirma que o jornalismo é ambivalente[2], pois, ele é concebido em sua teoria como

> [...] um fenômeno cuja essência ultrapassa os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, em que pese seja uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes[3]. (1996: Introdução – 12).

Segundo a teoria proposta por Genro Filho, são as possibilidades que o jornalismo tem de ultrapassar os contornos ideológicos de sua gênese burguesa que lhe permitem ser uma modalidade de conhecimento. Isso mostra que para o autor, a ideologia tem que ser

[2] De acordo com Genro Filho, além de o jornalismo ser ambivalente, nele está encarnada uma ambivalência que é a do próprio sistema capitalista. O autor considera que o capitalismo cria uma cidadania que implica uma situação prática e efetiva de universalidade que em diferentes graus vai atingir todos os indivíduos, mas, ao mesmo tempo, essa cidadania não deixa de estar comprometida com as relações de desigualdades econômicas, sociais e políticas.

[3] Genro Filho cita Lage (1979) como um autor que compartilha da concepção de que o jornalismo se expressa de forma contraditória, uma vez que ele define os jornais como veículos de ideologias práticas, mesquinharias, mas também como veículos nos quais podem ser encontrados indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza que apesar de submetida não é submissa. Desse

superada caso se queira chegar ao conhecimento, ou seja, está em jogo a dicotomia entre consciência e alienação. Na polarização assumida por Genro Filho, a ideologia cumpre o papel de alienação dos indivíduos em relação à realidade social e seus conflitos. Quanto a essa dicotomia, e a outras, por exemplo, a que envolve a discussão acerca do sujeito, Rodrigues (2000) considera que

> O homem imerso nas luzes e sombras do mundo das imagens, dos signos, dos dispositivos técnicos, das redes excede a noção de indivíduo tal como formulada no século XIX e boa parte do século XX. Reconhecer o que é excedido nessa imersão implica em repensar as noções que nos permitiram definir o sujeito em seu contorno, sua materialidade, sua identidade, e, por conseqüência, as idéias que sustentaram, por longo tempo, polarizações as mais diversas: indivíduo – sociedade, emissor – receptor, objetivo – subjetivo, consciência - alienação [...] (2000: 03).

O autor considera que a crise tanto do sujeito quanto desses paradigmas, que desenhavam um mundo ordenado, de fronteiras bem delimitadas e em progresso, ocorreram paralelamente. Ainda de acordo com Rodrigues, isso fez com que a idéia de evolução desse lugar à idéia mais inquietante de transformações e rupturas. Desse modo,

> Multidisciplinaridades, conectividades, intermediações constituem novas maneiras de apreensão e entendimento do homem e dos produtos que ele atualiza em seu fazer cultural e histórico. (2000: 03).

Pode-se reafirmar, então, que Genro Filho trouxe um elemento novo para a compreensão do jornalismo que é a concepção de que a notícia não se presta prioritariamente a reproduzir apenas a ideologia de uma classe social. No entanto, o que limita a definição de Genro Filho é considerar que a ideologia seja algo que é acrescentado inevitavelmente à notícia pela consciência de seus produtores e também que ela deva ser superada para que se chegue à realidade. Não é apenas pela organização formal da

---

modo, Genro Filho permite a existência da idéia de verdade em sua teoria, além de contrapor essa idéia de verdade à ideologia, que como se vê é a mesma de Marcondes Filho, ou seja, falsa consciência.

linguagem que pode segundo o autor, deixar conteúdos explícitos ou implícitos[4], que a ideologia atua na notícia.

Ao assumir a perspectiva proposta por Pêcheux, de que a ideologia é constitutiva da linguagem e a proposta por Bakhtin, de que os fenômenos ideológicos devem ser situados na realidade material do signo, o presente trabalho considera que toda a apreensão da realidade e toda manifestação que se faz acerca dessa realidade é parcial, ideológica, e é justamente isso que permite ao indivíduo apreendê-la, manifestá-la e é assim que o discurso produz algum sentido.

Dito de outra forma, só se pode chegar à realidade através da ideologia. Seu papel não é o de apenas impor um limite e sim o de possibilitar que o discurso tenha sentido. Mas apesar do papel que a ideologia cumpre, Genro Filho se viu imune ao que ele identificou como parcialidade na apreensão do fenômeno por parte do enfoque que privilegia o mundo enquanto "linguagem", "textos", "articulação de signos", conforme exposto em 2.2.2.

Desse modo, a concepção de Genro Filho limita a compreensão acerca do sentido porque, como considera o presente trabalho, o sentido não é só um conceito ligado arbitrariamente à palavra. Se assim fosse, a linguagem e toda a sua construção histórica não fariam mais que refletir sentidos previamente formalizados e, a partir desse ponto de vista, somente a ideologia, devido à sua forma parcial de apreender a realidade, seria um empecilho para a compreensão que o indivíduo tem dessa realidade. Mas como a linguagem não é nem neutra, nem tampouco transparente, os sentidos produzidos pelo discurso não podem ser controlados pela luta de classes que é travada nas redações de jornais por donos de empresa e jornalistas, que é também o que propõe Genro Filho.

Além de assumir determinadas perspectivas acerca da ideologia, o autor também identifica na organização específica da notícia, segundo as categorias lógicas do singular, do particular e do universal, a possibilidade que o jornalismo tem de veicular não apenas a ideologia hegemônica na sociedade, como também as contradições do sistema de produção.

[4] Como já citado no sub-capítulo anterior, Genro Filho rejeita o enfoque que segundo ele, privilegia o mundo enquanto "linguagem", "textos", "articulação de signos", porque considera que os objetivos de seu trabalho são o de "situar o jornalismo como fenômeno histórico-social concreto e não apenas como organização formal da linguagem que manifesta conteúdos explícitos ou implícitos [...]". (1996: Introdução, 10). Mas ao rejeitar uma discussão acerca da linguagem, o autor permite que a tradicional concepção de linguagem neutra, que apenas reproduz a consciência, seja aceita sem questionamentos. Uma das conseqüências dessa limitação é a de reiteradamente na área jornalística se considerar que ou o jornalista, ou a empresa em que ele trabalha, são

> Por sua lógica intrínseca de perseguir o singular e expressar sua significação imediata, o jornalismo ao refletir a hegemonia da ideologia dominante, expressa também as contradições com as quais ela se debate, à medida que é obrigado a respeitar certa hierarquia objetiva dos fenômenos[5]. Ou seja, enquanto se aprofundam as contradições do capitalismo, o jornalismo tende a refletir espontaneamente aspectos críticos da própria objetividade que reproduz. (1996: capítulo VIII, 09).

Genro Filho considera que existe um movimento contraditório e certa variedade de possibilidades objetivas apresentadas pelo processo histórico-social que segundo o autor, não é nem arbitrária e nem infinita. Segundo o autor, diante desse movimento e dessa variedade, o desdobramento efetivo da realidade depende tanto da consciência quanto da ação dos sujeitos e localiza no primeiro nível o problema da opção subjetiva, da ideologia[6].

Já no segundo e no terceiro níveis, o autor considera que o processo de apreensão da realidade será primordialmente indutivo. Genro Filho acredita que nesses dois níveis o tratamento do fato deve se orientar pela objetividade, deve ouvir e respeitar aquilo que ele tem a dizer, o significado novo que segundo o autor, esse fato inevitavelmente agrega à realidade. Desse modo, a teoria formulada por Genro Filho admite que

> Os fatos, por si mesmos, não encerram um significado objetivo totalmente independente do sujeito que os percebe e elabora como mensagem codificada, ou completamente desligado das concepções e ideologias sobre a totalidade histórica. Não obstante, temos que admitir que os momentos de um processo ou as partes de um todo são, efetivamente, constituintes desse processo e desse todo, em que pesem sejam igualmente produto da totalidade. Isso representa que, de algum modo, a dimensão objetiva dos fatos tem sempre algo a dizer. E o que é mais importante, algo novo a dizer. (1996: capítulo VI, 07-08).

---

capazes de controlar os sentidos produzidos pelo discurso e desse modo, superestimar a atuação deles na produção e controle desses sentidos.

[5] Essas considerações revelam mais uma vez que o autor assume uma perspectiva teórica na qual está presente a idéia de que existe uma objetividade que é captada com limitações pelo jornalismo. Essa limitação, por sua vez, é atribuída à subjetividade do jornalista.

[6] Genro Filho considera que se a objetividade plena é impossível no jornalismo, isso acontece não por causa da impotência humana diante da própria subjetividade, e sim devido à potência subjetiva do homem diante da objetividade.

A matéria considerada objetiva é caracterizada por Genro Filho como uma substância que é histórica e socialmente constituída independentemente da subjetividade e da ideologia. A verdade é definida pelo autor como o processo de revelação e constituição dessa substância. Essas afirmações indicam que na proposta teórica de Genro Filho, persiste só que de maneira diferente, a concepção de que a notícia jornalística pode veicular fatos tratados enquanto objetividade e ainda a concepção de que os fatos encerram significados como algo que lhes é intrínseco. Ainda que considere que o homem atribui significado à mensagem, a teoria de Genro Filho admite que os fatos possuam um sentido intrínseco que deve ser reproduzido pela notícia jornalística. O autor também considera que em algum lugar da notícia existe objetividade, inclusive, ele contrapõe essa objetividade à subjetividade dos outros níveis.

Desse modo, Genro Filho atribui ao que ele considera íntima ligação entre a reprodução jornalística e a realidade imediata, a demarcação da margem de atuação e determinação da ideologia. Isso aconteceria porque segundo o autor, essa determinação ideológica é limitada pela necessidade que o jornalismo tem de manter certas ligações com as manifestações objetivas dos fenômenos singulares. Mas, se a ideologia é limitada na dimensão do singular, ela não apenas conta com uma ampla margem de atuação na dimensão do particular, como é exigida necessariamente nessa dimensão. Segundo Genro Filho, o jornalismo apreende manifestações singulares objetivas, repondo implicitamente, através dos aspectos singulares apreendidos, opiniões, idéias e juízos universais. Para o autor, os fatos apreendidos só adquirem sentido nesse contexto particular que em certa medida precisa ser posto subjetivamente.

Essa atuação da subjetividade e da objetividade faz com que a significação seja definida por Genro Filho como algo que constantemente se produz pela dialética dos objetos em si mesmos e pela dialética da relação sujeito-objeto. O autor explica que

> [...] o conhecimento da sociedade converge para o momento de mútua criação entre a objetividade e a subjetividade, tendo a práxis como seu verdadeiro critério. Pelo conhecimento da práxis, a objetividade pode ser revelada em seu movimento, como tendências e possibilidades concretas. A subjetividade, então, reconhece-se a si mesma e toma consciência das suas limitações e potencialidades. (1996: capítulo IX, 02). (grifos do autor).

Pelo que foi exposto, pode-se dizer que Genro Filho acrescenta uma variável na dicotomia entre a idéia de objetividade e a idéia de manipulação ideológica absoluta por parte das classes hegemônicas. Só que ainda assim, persiste a idéia de que a ideologia veiculada pelos jornais é prescrita pelos seus donos. A ideologia está circunscrita à consciência[7] dos jornalistas e é apenas reproduzida pela notícia. Além disso, Genro Filho considera que o sentido, no caso do jornalismo, é produzido pela interação entre os aspectos objetivos dos fenômenos e a subjetividade[8]. Desse modo, Genro Filho assume a perspectiva de que o homem se relaciona com os aspectos objetivos dos fenômenos, mas o presente trabalho considera que, como proposto por Bakhtin (1992), o sentido é produzido pela interação dialética entre o psiquismo e a ideologia.

Com relação à atuação do jornalista, a análise de Genro Filho propõe que apesar da informação jornalística manifestar predominantemente uma percepção de classe ou grupo social, não se pode subestimar a presença do talento, da capacidade técnica e da visão ideológica pessoal do jornalista na construção dessa informação. Segundo Genro Filho, esses elementos, além de serem importantes nessa construção, poderão até prestigiar o jornalista diante de seus colegas e do público, principalmente como intérprete de uma percepção social da realidade, que cabe a ele reproduzir e alargar.

No que diz respeito à abertura de brechas para posturas que questionam a ordem burguesa nos próprios veículos controlados pelas classes dominantes, Genro Filho afirma que ela depende tanto da capacidade teórica e técnica do jornalismo e da sua ideologia e talento, quanto da luta política interna na redação e da luta, tida pelo autor como mais ampla e fundamental, pela influência e pelo controle sobre os meios de comunicação. O autor afirma que nessa segunda luta, não só os jornalistas estão envolvidos, pois, o movimento operário e popular também deve reivindicar essa influência e esse controle.

Pode-se então concluir que Genro Filho não nega a presença da subjetividade na construção da notícia. Na teoria proposta pelo autor, ela é ligada apenas à consciência do

[7] Deve-se fazer a ressalva de que na teoria proposta por Genro Filho, os repórteres, os redatores e editores são intermediários entendidos não como indivíduos, mas como classes e grupos sociais.

[8] Essa concepção pode ser verificada na seguinte formulação de Genro Filho: "Todo o relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva. O resultado desse processo será, sempre, aquilo que podemos chamar de singular significativo, isto é, o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações

jornalista, já que a atuação desse profissional consiste em perceber a realidade a partir de sua subjetividade e então se valer da linguagem para reproduzir essa percepção.

3.1.2. A ideologia dominante e a alienação do público

Junto com essas análises, que reconhecem a presença da ideologia na notícia, mas que ou consideram que essa presença possa ser controlada ou superada, como Dines, Bahia, Rossi e Lage, ou consideram que o jornalismo é uma forma de conhecimento apesar da ideologia, como propõe Genro Filho, consta na ementa analisada uma abordagem que relaciona a produção jornalística com a dominação ideológica da burguesia, com a alienação do público. Podem ser incluídas nessa abordagem as formulações propostas por Guareschi e por Marcondes Filho.

Como exposto em 2.1, Guareschi considera que os meios de comunicação constituem um fator indispensável na criação, transmissão, legitimação, e conseqüente reprodução, ou mesmo mudança de determinada cultura. O meio de comunicação social desempenha a função que lhe é determinada pela sociedade em que está inserido. No caso de uma sociedade, em que prevalece o monopólio dos meios por uma classe, cabe a esses meios servir à dominação ideológica dessa classe. Segundo o autor,

> [...] cada vez mais, hoje em dia, a verdade e os valores (ou desvalores) éticos passam pela mediação da comunicação. Sua tarefa principal será universalizar os interesses das classes hegemônicas, de forma sutil, cativante, cotidiana, implícita, através da sugestão, auto-sugestão, persuasão, pressão moral, imitação ou mesmo através da percepção subliminar. Talvez já seja tempo de deixar de falar em Meio de Comunicação Social para falar em meios de informação, a serviço do controle social. (1991: 20).

Desse modo, considerar que os meios produzem a verdade ou uma informação objetiva que obedeçam ao que Guareschi chama de regras da verdade moral se trata, para ele, de ingenuidade. De acordo com o autor, ao se considerar que a sociedade capitalista é perpassada pelos conflitos de classes sociais e que o confronto entre essas classes visa à

---

históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito." (1996: capítulo V, 21). (grifo do autor).

promoção, à defesa e à manutenção de interesses, não se pode desvincular a atuação dos meios de comunicação social de uma função de controle social. Na análise de Guareschi sobre os meios de comunicação de massa, a verdade abstrata ou a informação objetiva cedem lugar à verdade parcial, alicerçada em evidências e interesses partidários e classistas. A comunicação e a informação expressam assim, essa relação de poder.

A ideologia se liga então, apenas às consciências. Os indivíduos apenas se valem de um veículo, que é a linguagem, para transmitir essa ideologia. Além disso, e apesar de sua afirmação sobre a ingenuidade de se admitir uma verdade abstrata ou uma informação objetiva, e de ter considerado que os meios de comunicação social veiculam uma verdade parcial, a análise de Guareschi, além de ter considerado apenas a relação unilateral entre emissor e receptor, considerou somente a atuação da ideologia como afirmação da verdade das classes hegemônicas e, conseqüentemente, como encobrimento da verdade das classes oprimidas.

A partir dessas considerações de Guareschi, o que se constata é que, para o autor, o processo de produção da notícia é vítima de um controle por parte das classes hegemônicas, as quais não permitem que a ideologia seja superada. Diante desse controle, a verdade e/ou a informação objetiva deixam de ser veiculadas pelo jornal.

Marcondes Filho também considera que os meios de comunicação reproduzem a ideologia dominante. A notícia é definida pelo autor como um meio de manipulação ideológica[9] de grupos que contam com o poder social e uma forma de poder político, um veículo formador de opinião e de comportamentos. As três dimensões da lógica desse jogo de forças da sociedade abordadas pelo autor são: a inserção da notícia como mercadoria que garante a sobrevivência econômica do veículo, como veiculador ideológico, transmissor de conhecimentos aplicado à realidade dominada pelo mercado, e como estabilizador político.

Marcondes Filho caracteriza a ideologia como falsa consciência. Além disso, ele considera que "À ideologia, de forma geral, interessa aplicar o conhecimento com o objetivo único de aumentar o rendimento do capital, [...]." (1989: 93). O autor contrapõe a esse conhecimento, o chamado modo autônomo de conhecimento. De acordo com a

[9] Segundo Tragtenberg, que escreveu o prefácio de *O capital da notícia*, Marcondes assinala na primeira parte de seu trabalho o momento em que a ideologia penetra na comunicação. Já Marcondes Filho se refere à adaptação ideológica do fato social relevante, do acontecimento "objetivo". (aspas do autor) Desse modo,

proposição teórica de Marcondes Filho, exposta em 2.2.3, antes de chegar ao leitor, diversas formas de intervenção operam a adaptação ideológica, do fato social relevante, do acontecimento "objetivo" [10] com os fins de valorização e de interesse de classe.

O que se verifica é que, segundo sua teoria, a presença da ideologia na linguagem se deve apenas à subjetividade do jornalista. Marcondes Filho circunscreve de tal forma essa presença que afirma, "Libertar-se da forma capitalista de fazer jornal não significa fazer jornalismo objetivo e imparcial. Este não existe; significa, isto sim, valorizar diferentemente e segundo outros critérios a divulgação de notícias." (1989: 33). Desse modo, Marcondes Filho admite que a ideologia esteja presente na notícia devido unicamente a uma valorização subjetiva.

Mas além da manipulação ocorrer em qualquer forma de redigir, de formular, de escolher e de acentuar as notícias, o autor considera ainda, diversas formas de intervenção que segundo ele, tanto alteram sensivelmente o caráter, quanto, e principalmente, o efeito das notícias. Marcondes Filho identifica essas formas de intervenção no intervalo entre a ocorrência de um fato social relevante, o acontecimento "objetivo" e a forma que ele é apresentado ao público. O autor considera que esse tratamento jornalístico é que opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com os mencionados fins de valorização e de interesse de classe.

Essa estruturação produz um falseamento que, de acordo com Marcondes Filho, faz parte da própria forma do jornalista estruturar seu mundo, de discernir inconscientemente os fatos a partir de uma "visão dominante". (aspas do autor). A ideologia se restringe mais uma vez, nos livros que compõem a ementa de uma disciplina do curso de jornalismo, à

---

pode-se dizer que nesse trabalho, a ideologia também é vista apenas como algo que se acrescenta à comunicação a partir de alguns interesses.

[10] Marcondes Filho explica que: "A possibilidade de possuir a verdade é falsa e tende ao discurso dogmático; a objetividade é impossível. Isso não significa que tudo seja igualmente subjetivo ou que todas as expressões jornalísticas da realidade mantenham a mesma distância do real: há apropriações mais ou menos próximas da 'verdade' dos fatos. Estar-se-ia mais próximo – sem, contudo, jamais chegar – da objetividade, na medida em que, [...], busque-se a informação que evita e denuncia sofismas, instrumentos de persuasão ocultos, afirmações injustificadamente peremptórias; que difunde outras interpretações dos fatos diferentes das dos dominantes, a fim de mostrar o caráter meramente parcial e hipotético das mesmas; que declara explicitamente o caráter questionável da própria escolha e da própria valoração." (1989: 14). Além disso, quando discute a presença de clichês no discurso dominante e no discurso jornalístico, o autor considera que esses clichês impedem o discernimento do verdadeiro sentido dos fatos. Como se vê a verdade existe para o autor, ainda que não seja possível para o jornalista apreendê-la.

consciência. Inclusive, ao tratar das formas de encobrimento e de falseamento, Marcondes Filho assinala que esse seu trabalho se preocuparia mais especialmente

> [...] com as formas de pensamento censurado que operam inconscientemente[11] na elaboração da notícia jornalística e que reproduzem nos jornais as relações de dominação que estão entrincheiradas no psiquismo dos indivíduos (dos profissionais jornalistas) na sociedade capitalista. (1989: 40).

No processo de produção da notícia, Marcondes Filho explica que o patrão, o orientador ideológico do jornal, não estabelece regras de redação que façam com que os fatos puros tornem-se informações enviesadas. Mas ele atua, segundo o autor, através dos copidesques que buscam a adequação das notícias a um padrão do jornal, o que uniformiza e subtrai a explosividade que as notícias possuem[12]. É desse modo que o jornal molda ideologicamente as notícias. Marcondes Filho considera que as normalizações técnicas, em verdade, atuam de tal forma que castram grande parte do potencial crítico e da periculosidade das notícias.

Entre as técnicas que moldam ideologicamente as notícias, já citadas em 2.2.3, Marcondes Filho identifica a adequação das notícias a um padrão do jornal, enquanto as técnicas de encobrimento e de falseamento compreendem a visão fragmentada e personalizada dos processos sociais, o uso da técnica e da lingüística e a sonegação de informações tidas como indesejáveis.

Desse modo, Marcondes Filho considera que na sociedade de classes, cabe ao jornalismo recriar um mundo forçado, cristalização ideológica da realidade que corresponde aos parâmetros ideológicos de seus produtores. Assim, o jornalismo monta o que o autor chama de segunda natureza dos fatos sociais, concebida por ele como diferente e muitas vezes oposta à verdadeira natureza das coisas. Seguindo padrões e regras de produção, que para o autor, somente são compatíveis com um modelo industrial de

[11] Além dessas formas inconscientes, Marcondes Filho (1989) cita os atos que segundo ele, são decididos conscientemente pelos próprios jornalistas: definição da notícia, escolha da angulação, da manchete, da posição na página ou a exclusão de uma notícia. O autor caracteriza essa atuação no jornalismo como uma opção ideológica de seleção e de exclusão.

[12] De acordo com a proposição de Marcondes Filho (1989), de um lado temos a segunda natureza dos fatos produzida pela imprensa e de outro, a sociedade real, prenhe de lutas e convulsões que fazem a história.

produção em série, o jornalismo é caracterizado por Marcondes Filho como reprodução cotidiana do mesmo, sempre com uma nova fachada, uma nova aparência.

Segundo o autor, de um lado existe a sociedade real, prenhe de lutas e convulsões que fazem a história, a estrutura racional que está presente no real, e de outro, existe no jornal um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna, fatos apresentados como algo unívoco, fechado, somente positividade, sem contradições.

As considerações do autor acerca da ideologia permitem constatar que para ele, continua existindo a objetividade que por causa da ideologia não pode ser reproduzida pelo jornal e ainda pode-se constatar que de acordo com a proposição teórica de Marcondes Filho, a ideologia não pode ser superada nem pelos jornalistas, nem pela empresa, pois, é justamente o processo de produção da notícia, o tratamento que os fatos recebem por parte das normas das empresas jornalísticas, que determina a adaptação ideológica do fato social relevante, do acontecimento objetivo. Isso significa que é a estruturação da notícia a partir do *lead* que determina inevitavelmente a adaptação ideológica.

3.2. Jornalismo: entre transmissão de conhecimentos e alienação

Em quase todas as teorias analisadas pelo presente trabalho, constatou-se que as tentativas de definição do jornalismo reiteradamente se referem à ideologia como um obstáculo que deve ser enfrentado pelos jornalistas. Mas além da ideologia, existe uma outra questão que é ainda mais recorrente nas teorias sobre o jornalismo, uma vez que está presente em todas as definições analisadas aqui, que é a da repercussão do material jornalístico junto à sociedade.

Os autores analisados podem ser divididos em dois grupos: em um deles, composto por Beltrão, Dines, Rossi, Bahia, Lage e Genro Filho, o que se considera é que o jornalismo cumpre funções que são exigidas pela sociedade; no outro, cujos representantes são Guareschi e Marcondes Filho, o que se afirma é que o jornalismo impõe a ideologia das classes dominantes com o objetivo de manipular esse público segundo os interesses de reprodução dessas classes.

3.2.1. O jornalismo e a transmissão de conhecimentos

Na definição que elabora sobre o jornalismo, Beltrão (1980) considera que a difusão de conhecimentos e a orientação da opinião pública são os objetivos da prática jornalística. Esses objetivos levariam ao cumprimento de um outro que seria o de promover o bem comum. O autor também reconhece no jornalismo uma função educativa[13], além das já citadas.

Segundo a explicação de Beltrão, essa não é uma das funções formais da atividade jornalística, mas quando ela fornece os dados objetivos responsáveis por aclarar a opinião pública, ela cumpre esse papel educativo. Inclusive, Beltrão confere a esse aclaramento da opinião pública a alternativa que permite à comunidade agir com discernimento na busca de objetivos como o progresso, a paz e a ordem justa. Além disso, em um outro livro (1992) o autor situa o jornalismo

> [...] como atividade essencial à vida das coletividades, como uma instituição social que, no mundo moderno, assume posição da mais alta relevância. Com efeito, os homens dos nossos dias "têm fome de conhecer o presente". (1992: 65).

Já nessa primeira definição do que é o jornalismo, está presente um dos lados do debate teorizado por Eco (1993) entre os apocalípticos e os integrados (cf. introdução). A primeira observação a ser feita com relação a ela, diz respeito à ligação direta entre a produção de uma determinada mensagem e os efeitos previsíveis que ela provoca no público. A uma mensagem interpretada à luz do interesse coletivo ou baseada em dados objetivos corresponde a uma orientação do público, a um aclaramento desse público com

[13] Além de Beltrão outros autores, como Dines, Genro Filho e Alsina, reconhecem que o jornalismo cumpre uma função educativa. Alsina chega a mencionar o uso dos jornais nas escolas da Espanha. Além disso, o autor menciona que essa presença também é constatada em outros países. Armand e Michele Mattelart (2000), importantes teóricos da comunicação, consideram que a formação da consciência midiática do cidadão devia fazer parte do ensino médio. Finalmente, Baccega (1994), refletindo acerca do espaço onde se encontram comunicação e educação, considera que todos os educadores, entre eles, pais, professores, agentes de comunidade, são também alunos dos meios de comunicação. Segundo a autora, "somos todos alunos: precisamos procurar entendê-los bem, saber ler criticamente as 'lições' que os meios de comunicação ministram, para conseguirmos percorrer o trajeto que vai do mundo que nos entregam pronto, *editado*, à construção do mundo que permite a todos o pleno exercício da cidadania". (p. 08).

relação à realidade na qual ele vive. Além disso, Beltrão considera que o jornal deve orientar a opinião pública, deve cumprir um papel de formação do público.

Dines (1986) também reconhece que o jornalismo cumpre uma função social que corresponde às necessidades do público. De acordo com sua perspectiva teórica, o jornalismo cumpre a função de aperfeiçoar, despertar e satisfazer a curiosidade da audiência, permitir que essa audiência descubra circunstâncias novas.

> Submeter sutilmente a audiência a aperfeiçoamentos, despertar e satisfazer sua curiosidade, conduzi-la insensivelmente para a descoberta de circunstâncias novas, é o caminho certo. Mas não traumatizá-la com choques violentos. O leitor é a meta prioritária e absoluta do processo jornalístico, não pode ser prejudicado. (1986: 53).

Como se vê, para Dines, o jornalismo deve discernir o que agrada ou interessa ao público e desse modo ele cumpre o seu papel na sociedade.

Além de considerar que o jornal corresponde às necessidades do público, Dines afirma que o jornalista é um educador, já que segundo ele, o processo de informar é um processo formador. O autor acrescenta em uma nota que

> Há uma grande afinidade entre o jornalista e o educador, e com o desenvolvimento dos estudos de comunicação as duas atividades se aproximam ainda mais. Nos Estados Unidos, os grandes diários dedicam esforços a atividades didáticas, procurando levar o jornal à sala de aula. O trabalho do *The New York Times* é nisto também o mais expressivo. O *Jornal do Brasil* foi o pioneiro no Brasil na integração do jornal com a escola. [...] Mais tarde, surgia uma revista para professores, *A Escola da Notícia*, destinada a mostrar-lhes o partido que poderiam tirar do jornal como auxiliar do currículo. (1986: 118).

Em uma outra nota à quarta edição de seu livro, Dines afirma que "*o jornalista consciente preocupa-se primeiramente com o problema educacional pela simples razão de que a cada passo para erradicar o analfabetismo amplia-se o mercado leitor*". (1986: 119). Outra característica que o autor atribui ao jornalismo é a de ser fragmento da história e da memória de um país. Desse modo, segundo a perspectiva assumida por Dines, o jornal atua tanto na formação, quanto na satisfação de curiosidades por parte do público.

Assim como Dines e Beltrão, Rossi (2005) considera que os jornais devem ser produzidos em função das necessidades do público. Segundo Rossi,

> [...] é razoável supor que o universo restrito dos leitores de jornais busque um aprofundamento e queira entender melhor o "aconteceu". E é tamanha a complexidade e diversidade de assuntos que afetam diretamente a rotina dos cidadãos ou lhes interessam pela curiosidade e/ou necessidade de conhecimento que ele precisa ser ajudado a entendê-los. Ele merece explicações dos jornais. Seria impensável que um leitor qualquer, por mais ilustrado, culto e bem informado que fosse, pudesse acompanhar e entender informações secas sobre medicina e política, energia nuclear e Afeganistão, educação e meio ambiente. (2005: 37-8).

Desse modo, ao considerar que os jornais devem ajudar o público a entender os fatos sociais devido à complexidade e à diversidade de assuntos que ou afetam diretamente o cotidiano das pessoas, ou interessam pela curiosidade e/ou necessidade de conhecimento que o público possui, Rossi atribui ao jornalismo o papel de formação desse público.

O trabalho de Bahia (1990), por sua vez, assume uma perspectiva bem próxima daquelas assumidas pelos autores já citados. Na proposição de Bahia, a informação é tida como necessidade social resultante de exigências voluntárias dos cidadãos. Além de corresponder às necessidades do público, o autor considera que talvez a melhor perspectiva para se compreender o papel do jornal seja a do progresso cultural. Isso porque segundo o autor, são as notícias que possuem o poder de propagar valores e idéias sociais. Ainda segundo o autor,

> À medida que se for afirmando no processo do desenvolvimento nacional o progresso cultural, através de maiores acessos dos socialmente marginalizados à educação e ao bem-estar, será fácil à imprensa consolidar, em termos de hegemonia de jornais e revistas, o mercado ideal, representativo da população brasileira. (1990: 395).

Uma das divergências entre a proposta de Bahia, entre os outros autores já citados, e as propostas de Guareschi e de Marcondes Filho é que segundo Bahia, a decisão de comprar mais idéias políticas ou ideológicas ou então de comprar os produtos que glorificam bens de consumo é feita pela sociedade. Como será exposto a seguir, Guareschi

e Marcondes Filho assumem a perspectiva segundo a qual, tanto as idéias políticas ou ideológicas, quanto os referidos produtos, são impostos ao público pelos jornais, os quais, por sua vez, representam os interesses das classes hegemônicas.

Na definição proposta por Bahia, o jornalismo é definido como forma cultural e como comunicação cultural. O autor explica que a dimensão desse papel é maior ou menor dependendo das necessidades e das prioridades sociais. No caso do Brasil, Bahia afirma que a missão do jornalismo é também a de educar, mesmo que aqui os jornais e as revistas sejam contemporaneamente segundo o autor, menos formadores e mais informadores[14]. Mesmo com essa constatação, Bahia não deixa de reconhecer a atuação desse jornalismo num espaço pedagógico ditado pelas características do desenvolvimento brasileiro. Assim, através do jornal, o público adquire informações e conhecimento.

Lage, por sua vez, considera que o jornalismo tem um compromisso com a prestação de serviços. Entre esses serviços o autor se refere à difusão de informação, de conhecimento que seja o mais objetivo possível, que se baseie nos dados. Segundo Lage,

> A sociedade moderna européia, espaço da luta entre burgueses e proletários, passou a privilegiar a mudança sobre a preservação. As trocas de informações atingiram intensidade e amplitude antes difíceis de imaginar. E a notícia, antes restrita e controlada pelo Estado e pela Igreja, tornou-se bem de consumo essencial. (1993a: 08).

Essas considerações indicam que para o autor, o jornalismo atende às necessidades que o público possui de informações, de conhecimento, que são, inclusive, concebidos como bens de consumo essenciais.

Assim como esses autores, Genro Filho considera que o jornalismo responde fundamentalmente ao que ele chama de uma carência ontológica criada pela complexidade e pela integração universal, constituídas a partir do capitalismo. De acordo com o autor, devido à universalização progressiva das relações mercantis e capitalistas, o público cada

[14] Bahia propõe que a notícia com base no eco se situa no campo da informação, enquanto a notícia baseada na pesquisa, na investigação, na explicação e na interpretação dos fatos se situa no campo da formação.

vez mais se liga efetivamente à multiplicidade de fenômenos que distantes ou não passaram a interferir de diferentes maneiras na vida de todos[15].

Essa complexidade e essa integração universal, como explica Genro Filho, criaram nos indivíduos a necessidade de informações que correspondam à imediaticidade dos fenômenos. Assim, essa integração da sociedade num único e dinâmico sistema, numa única e complexa totalidade, é tida pelo autor como o condicionante histórico-social do jornalismo. Além disso, Genro Filho também considera que a informação jornalística é necessária à integração e à universalização da sociedade.

Desse modo, na proposta teórica formulada pelo autor, o público compra as informações não apenas por serem atraentes[16], mas porque essas informações possuem um valor de uso específico que é o de reproduzir os fenômenos sociais a partir daquilo que é singular nesses fenômenos e assim, suprir a referida carência do público por informações singularizadas. Mas não é só a natureza da informação que é produzida pelo jornalismo que corresponde às necessidades criadas pela integração universal dos indivíduos e dos grupos sociais, já que para Genro Filho, o próprio volume de informações deve corresponder a essa integração. Dito de outra forma, tanto a natureza quanto o volume das informações produzidas suprem carências do público e por isso, esse público compra o jornal.

A partir dessas considerações, o autor define a influência que os meios de comunicação de massa têm na sociedade não como uma imposição, uma mera relação de manipulação, mas uma influência em que esses meios são os verdadeiros "monitores de sentido" da produção cultural e informativa e isso, segundo o autor, independente do capitalismo. Mas ainda que considere que esses meios constituem o núcleo do poder, Genro Filho afirma que há uma dialética entre esse núcleo e todas as suas partes, ou seja, os meios de comunicação apesar de seu poder não anulam o papel das classes, dos grupos organizados e dos indivíduos na recepção diferenciada daquilo que esses meios produzem.

---

[15] O autor explica que: "O desenvolvimento capitalista integrou de maneira irreversível a humanidade, fazendo com que cada fenômeno singular esteja agora objetivamente mediado pelo todo. Isso quer dizer que, atualmente, qualquer acontecimento, numa aldeia ou num subúrbio é, potencialmente, um evento mundial em termos objetivos. Quem duvidar disso que se lembre do exemplo de Chernobyl. Por outro lado, uma decisão do presidente dos Estados Unidos pode transformar qualquer aldeia ou subúrbio do planeta num amontoado de cinzas." (1996: capítulo V, 25).

[16] Um dos equívocos que Genro Filho aponta na teoria de Marcondes Filho é o de que ele concebe que no jornalismo o que importa é tornar a notícia atraente para que o consumidor a compre e não o valor de uso autêntico ou real dessa notícia. Segundo Genro Filho, essa tese é inconsistente, sendo necessário demonstrar que o jornalismo oferece um produto completamente supérfluo para que fosse possível sustentá-la.

Essa ressalva, de que os efeitos dos conteúdos produzidos pelos meios de comunicação não agem de forma direta e absoluta sobre o público, afasta mais uma vez a teoria de Genro Filho das concepções assumidas pelos demais autores que constam na bibliografia do programa da disciplina aqui analisada.

Genro Filho também considera que sua teoria reconhece a singularidade e a relativa autonomia de significado que os fatos expressam como configuração de possibilidades concretas em relação ao futuro e mesmo que o singular pode ser uma dimensão legítima e criadora da realidade e do conhecimento. De acordo com o autor, é essa compreensão acerca do jornalismo que contempla as suas potencialidades críticas e desalienadoras mais específicas. O autor atribui a essa natureza do conhecimento que é produzido pelo jornalismo, a possibilidade de uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social, o que explica seu suposto potencial desalienador.

Essas proposições é que permitem ao autor questionar a concepção que define o jornalismo como um instrumento da luta de classes que aliena o público a partir dos interesses das classes hegemônicas, afirmando que se assim fosse, seu estudo se limitaria a um capítulo de uma discussão teórica mais ampla acerca da ideologia. Segundo Genro Filho, essa perspectiva inviabiliza uma teoria do jornalismo propriamente dita, pois, a explicação sobre esse fenômeno teria de ser feita em função da luta de classes.

A perspectiva teórica assumida por Genro Filho não desconsidera que o jornalismo cumpre tarefas que asseguram a reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. Ao cumprir essas tarefas, o autor afirma que o jornalismo desempenha o papel ideológico de reforçar o que ele chama de determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando a adesão dos indivíduos e das classes ao sistema. O jornalismo desempenha esse papel através da produção de um conhecimento que coincide com uma percepção positivista que segundo o autor, emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo e ainda pela reprodução e ampliação dessa percepção[17].

[17] Como se vê para Genro Filho, um papel que o jornalismo cumpre não anula o outro, inclusive, ele assinala que as necessidades que o jornalismo supre independem ao menos teoricamente das relações mercantis e capitalistas, ainda que essas necessidades tenham nascido e sejam determinadas por essas relações. Assim o autor reconhece uma relativa autonomia do jornalismo em relação ao capitalismo, o que diferencia profundamente sua proposta teórica da de Marcondes Filho, a qual considera, por sua vez, que a notícia jornalística só é compreensível por meio da lógica do jogo de forças da sociedade.

Só que além desse papel, a teoria proposta por Genro Filho considera que o jornalismo, como expressão mais radical da potencialidade que os novos meios de comunicação possuem em captar a ação e a dinâmica das relações sociais, também nega a reificação. O autor atribui essa negação tanto ao conhecimento específico produzido pelos jornais, quanto às enormes possibilidades oferecidas pelo fluxo, em que os atores aparecem diariamente, ou geralmente instantaneamente, em ação, e ainda, pelas infinitas possibilidades de combinação das informações jornalísticas que saturam o meio social.

Com relação ao conhecimento produzido pelos jornais, Genro Filho considera que o jornalismo "se constituiu como *uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular*". (1996: Introdução, 12). Para o autor, ao expressarem dimensões reais da objetividade, as categorias já mencionadas do singular, do particular e do universal, por isso mesmo, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, das modalidades históricas do conhecimento. Isso porque cada conexão, cada mediação estabelecida entre essas categorias, cada forma de cristalização que é predominante num determinado fenômeno, define uma modalidade histórica do conhecimento. Desse modo, o conhecimento é definido unicamente a partir da mensagem.

Ainda segundo o autor, na perspectiva que adota, o conhecimento deve ser definido como um momento da práxis, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade, ou seja, trata-se de uma apropriação dos fenômenos objetivos por parte da subjetividade humana. Mas como formula Pino (2001), a partir de Vygotsky, o conhecimento não pode ser compreendido "nem como mero ato do sujeito nem como mero efeito do objeto, nem ainda como resultado da interação sujeito <> objeto". (2001: 40).

Inclusive, Genro Filho atribui ao caráter incompleto do saber específico produzido pelo jornalismo, a sua possibilidade revolucionária[18]. O autor explica que a informação singularizada convida o público a completá-la porque mesmo que o singular pressuponha e direcione um determinado ponto de vista político, ideológico, moral e filosófico, ele não impede que a subjetividade o integre numa totalidade mais ampla dotada de sentido e

[18] Esse saber específico, assim como o fazer específico, é determinado segundo Genro Filho, pela racionalização e pela especificação dos procedimentos de produção. O autor identifica ainda, que a mediação realizada pelos meios de comunicação de massa não apenas se interpõe entre os indivíduos, pois, para ele, a evidência do complexo objetivo de mediações constitui as premissas da própria existência individual.

valores. Essa integração acontece porque segundo o autor, a essência, de qualquer modo, não é oferecida como uma substância pronta, ela admite certa pluralidade de desdobramentos de parte da subjetividade, mas como já mencionado, essa margem de arbítrio é limitada objetivamente[19].

Desse modo, a teoria formulada por Genro Filho considera que a informação produzida pelo jornalismo, mais do que as informações produzidas mediante outros processos, entre os quais a ciência e a arte, propicia essa relação entre objetividade e subjetividade. Mas, como propõe Pino (2001), todo o conhecimento supõe a relação dialética entre sujeito e objeto[20]. Essa afirmação nos permite questionar a ênfase atribuída por Genro Filho à informação singularizada no que diz respeito à participação da subjetividade na constituição do conhecimento.

A partir dessa concepção sobre o papel do jornalismo na sociedade capitalista, Genro Filho localiza a comunicação no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento. Quanto a essa produção social do conhecimento, o autor afirma que ela tanto emana da atividade prática coletiva, quanto a pressupõe. Desse modo, ao invés de definir o jornalismo como uma das formas de reprodução da ideologia das classes hegemônicas, o autor o define como um fenômeno que se localiza no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana.

Além disso, o autor considera que a potencialidade crítica do jornalismo se deve também a uma outra característica da singularidade que é a de reproduzir o novo. De acordo com Genro Filho,

> [...] como o novo aparece sempre como singularidade, e esta sempre como o aspecto novo do fenômeno, a tensão para captar o singular abre sempre uma perspectiva crítica em relação ao processo. A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade

[19] De acordo com a teoria proposta por Genro Filho, a significação do singular que exige um mínimo de contextualização do particular só pode se realizar efetivamente como forma de conhecimento se proporcionar um grau mínimo de conhecimento objetivo. Uma vez proporcionado esse grau mínimo, a notícia ainda depende de sua abordagem ideológica para se tornar uma apreensão crítica da realidade. Desse modo, ainda se considera a existência de um conhecimento objetivo.

[20] Faz-se necessário assinalar que de acordo com Pino (2001), esse objeto não compreende um fenômeno que existiria independente da ação humana, já que o autor considera que o objeto de conhecimento é ao mesmo tempo fonte do saber do sujeito e produto desse mesmo saber. Segundo Pino, em citação já mencionada no primeiro capítulo, "pelo mesmo ato que o homem transforma a natureza ele a constitui em objeto de conhecimento (produção cultural) e a si mesmo em sujeito de conhecimento". (p. 40).

> transbordando do conceito, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma. No processo constante de transformação da realidade, o novo aparece sempre sob a forma do singular, como fenômeno isolado, como exceção. Por isso, o singular é a forma originária do novo. Ele é a diferenciação da mesmice, aquilo que escapa da mera reprodução e da simples identidade em relação ao universal já constituído. Assim, a abordagem jornalística tende a apanhar a realidade pelo movimento e este como produção do novo. (1996: capítulo X, 05-06).

Deve-se mencionar ainda, que para Genro Filho, o desenvolvimento da imprensa em geral e do jornalismo em especial é uma exigência para que se alcance a consumação da liberdade humana. O autor considera que vivendo amplamente a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular e não apenas pelas mediações particulares e universais da arte e da ciência o homem pode pensar e atuar efetivamente como sujeito individual e social no interior do gênero humano. Segundo Genro Filho

> As influências que os fatos mais distantes exercem entre a vida dos indivíduos de todo o planeta não esperam, nem deveriam esperar, interpretações "técnicas" ou "científicas" oficiais ou autorizadas. Na maioria dos casos elas são quase instantâneas. Por isso, os indivíduos precisam viver tais fenômenos como algo pessoal, pela feição indeterminada e inovadora do singular, como realidade que está se desenrolando, se autoproduzindo e que não apresenta um sentido fechado e nitidamente delimitado. (1996: capítulo X, 11). (aspas do autor).

3.2.2. Jornalismo: dominação ideológica e alienação social

Como se constatou nas teorias analisadas até o momento, o jornalismo é concebido como um veículo difusor de conhecimentos, formador de comportamentos, e isso porque corresponde às necessidades do público. Já nas propostas teóricas de Guareschi (1991) e de Marcondes Filho (1989), o que se verifica é que os jornais são tidos como veículos manipuladores, alienantes.

A perspectiva assumida por Guareschi considera que, talvez, ao invés de se falar em meios de comunicação social, já se deva falar em meios de informação que visam o controle social. O autor afirma que a comunicação e a informação são alavancas poderosas

não só para expressar, como também para universalizar os interesses das classes hegemônicas. Para Guareschi,

> O monopólio da propriedade privada da terra, os latifúndios, se prolongam no monopólio do poder político como dominação e passam a abranger, logicamente, o monopólio dos Meios de Comunicação Social, a serviço da dominação ideológica. (1991: 19).

Isso acontece, como afirma o autor, de forma sutil, cativante, cotidiana, implícita, pela sugestão, auto-sugestão, persuasão, pressão moral, imitação ou mesmo pela percepção subliminar. É por atuarem na interioridade da consciência do público que a posse dos meios de comunicação e a informação se tornam, de acordo com o autor, instrumento privilegiado de dominação.

Os meios de comunicação, em sua concepção, afetam a consciência do público ao criar evidências e adesões, as quais por sua vez, interiorizam e introjetam nas classes dominadas a verdade e a evidência do mundo dos que detêm o monopólio dos meios de comunicação e que representam as classes hegemônicas. Além de criar evidências e adesões, segundo o autor, essa posse e a informação que ela produz condenam e estigmatizam como anti-social a prática e a verdade da classe oprimida.

Na análise dos meios de comunicação proposta por Guareschi predomina a definição da comunicação e da informação como expressões da relação de poder que tem lugar na sociedade. As classes hegemônicas dominam ideologicamente porque contam com o monopólio dos meios de comunicação. Essa é uma concepção marcante nas teorias sobre o jornalismo e por isso comumente pode-se ouvir a referência aos meios de comunicação como "quarto poder". Essas considerações indicam que para Guareschi, os jornais são instrumentos privilegiados de dominação porque agem através da manipulação e conseqüente alienação do público.

O modelo de explicação proposto por Guareschi, nesse ponto, assemelha-se ao modelo da "agulha hipodérmica" [21] formulado por Lasswell (1902-1978) que designa o efeito direto e indiferenciado dos meios de comunicação sobre os indivíduos. É contra essa

[21] O termo "agulha hipodérmica" foi criado por Lasswell para explicar como se caracteriza a ação dos meios de comunicação junto ao público. Araújo (in 2003) explica que no modelo proposto por Lasswell se verifica a

concepção que considera que o monopólio dos meios de comunicação produz apenas a dominação ideológica que surgiram as alternativas de análise formuladas por Genro Filho (1996).

Como Guareschi (1991), Marcondes Filho (1989) considera que a notícia pertence ao jogo de forças da sociedade e atua em favor de uma dessas forças em detrimento de outra. O autor afirma que além de ser uma mercadoria que possui, como todas as outras, apelos estéticos, emocionais e sensacionais, a notícia é um meio de manipulação ideológica de grupos que contam com o poder social e uma forma de poder político, um veículo formador de opinião e de comportamentos.

A notícia é analisada por Marcondes Filho (cf. 3.1.2) a partir de sua inserção como mercadoria que garante a sobrevivência econômica do veículo, como veiculador ideológico e como transmissor de conhecimentos aplicado à realidade dominada pelo mercado, e como estabilizador político. O jornal alcança esses objetivos porque se vale de determinadas técnicas – de padronização, de fragmentação e de personalização dos processos sociais, do uso da lingüística e da sonegação das informações tidas como indesejáveis, também já mencionadas (cf. 2.2.3) – que possuem de acordo com o autor, os fins ideológicos de deturpar e de mutilar a realidade no processo de produção da notícia.

O autor considera ainda, que essa fragmentação da realidade produz igualmente mentalidades fragmentadas, diluídas, difusas, e como conseqüência os receptores não percebem o nexo, o fio ordenador, do contexto social, da realidade. Para o autor, o noticiário como um todo joga com um duplo caráter ideológico da notícia que é o de desencadear no receptor a dialética da atemorização e da tranqüilização, um jogo com as emoções que se faz em suma nas disputas ideológicas. Quanto aos efeitos dessa dialética nos receptores das notícias, Marcondes Filho considera que o equilíbrio dela, instável e constantemente ameaçado, tende a incentivar permanentemente a passividade, a acomodação e a apatia.

Além de repercutir na opinião pública as preocupações que são as da classe dominante como preocupação genérica, as notícias, de acordo com a análise de Marcondes Filho, também recuperam psicologicamente o receptor para a concepção de vida e de prazer

---

unidirecionalidade entre emissor e receptor, a pré-definição de seus papéis, o congelamento e simplificação do processo de comunicação.

institucionalizados. O autor considera que a lógica da imprensa no capitalismo é a de misturar coisas, de desorganizar qualquer estruturação racional da realidade. O jornalismo oferece ao leitor um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna, justamente para sobreviver comercialmente, pois de acordo com Marcondes Filho, nenhum jornal sobreviveria se veiculasse apenas notícias ruins e preocupações.

O autor explica que ao apresentar os fatos como algo unívoco, fechado, somente positividade, sem contradições, a política de produção de notícias conduz à despolitização do real. Na notícia prevalecem segundo Marcondes Filho, a disciplina e a adaptação ao modelo, não existindo espaço para o conflito, o polêmico, o questionador que para o autor, existe em cada fato. Com o encobrimento da dialética social, a notícia apresenta uma organização do mundo não-contraditória e com esse esvaziamento do real, o autor afirma que o sistema social reforça-se e é inocentado.

Desse modo, o autor considera que as notícias ao serem transformadas em shows pela indústria da informação, impedem a politização de seus receptores. Segundo o autor, esse é o tratamento jornalístico que a comunicação burguesa dá aos fatos, separando, tratando esses fatos como ocorrências alheias, outras, diferentes do real cotidiano das pessoas, ao invés de vincular as notícias ao contexto de vida, à experiência imediata, pessoal, desses receptores[22]. Ao mesmo tempo, segundo a concepção de Marcondes Filho, o receptor precisa acreditar que a sua posição diante dos meios de comunicação não é de passividade, nem de submissão aos homens e às instituições.

Além de recriar os fatos para torná-los mais rentáveis, Marcondes Filho reconhece no que ele chama de produtos da indústria informativa da consciência uma capacidade muito pequena para alterar opiniões consonantes com o *status quo*, mas eles cumprem papel importante na formação de opiniões adaptadas às argumentações particularistas e classistas que são emitidas pelos veículos dessa indústria. A ideologia, segundo o autor, tem como um dos melhores artífices de sua permanente reconstrução o papel que o jornal desempenha.

[22] De acordo com Marcondes Filho (1989), genericamente, a participação dos receptores não é procurada pelas notícias. Nesse ponto a teoria do autor diverge frontalmente das já apresentadas. Enquanto as teorias já discutidas consideram que a função do jornalismo é a de atender às necessidades do público, Marcondes Filho afirma que a ação do jornal é de formação de opinião e não de ressonância. Além disso, segundo Marcondes Filho, o jornal é produzido para atender aos interesses das classes hegemônicas.

Mas isso não significa que os meios de comunicação em si deturpem a realidade, pois como afirma o autor, esses meios podem ser utilizados para outros fins que não os atuais, pois, segundo ele, esse é o outro lado das novas tecnologias. Além disso, Marcondes Filho considera que a manipulação não é resultado apenas da atuação do jornalismo, entre outros meios de comunicação, já que ela se efetiva porque as pessoas formam um posicionamento efetivamente favorável à dominação de classe e às repercussões dessa dominação social e política.

Em suma, a concepção que Marcondes Filho assume com relação ao papel do jornalismo na sociedade é a de que ele produz uma mercadoria que, como todas as outras, existe para maximizar o lucro dos empresários. Mas além dos lucros, o autor considera que a notícia atua de forma tal, a impedir a politização de seu público. Através das técnicas de padronização, de fragmentação e de personalização dos processos sociais, do uso da lingüística e da sonegação das informações tidas como indesejáveis, o jornal se torna um meio de manipulação ideológica, um veículo formador de opinião e de comportamentos consonantes com o *status quo*.

Finalmente, deve-se mencionar que essas polarizações ainda são recorrentes nas teorias sobre o jornalismo. Inclusive, as teorias se sucedem porque se contrapõem e se colocam como alternativas diante das outras. Um exemplo dessas polêmicas travadas nas discussões teóricas é dado pelos trabalhos de Marcondes Filho, apresentado inicialmente como tese de livre docência em 1983, e de Genro Filho publicado em 1987. Pode-se dizer que predominantemente no Brasil, as teorias que tradicionalmente explicam o que é o jornalismo se filiam à perspectiva defendida pela chamada Escola de Frankfurt, entre essas teorias está a de Marcondes Filho. Foi justamente se contrapondo às afirmações desse autor e de muitos dos autores analisados por esse trabalho, que Genro Filho formulou sua teoria, segundo a qual, o jornalismo é uma forma específica de conhecimento.

Em linhas gerais, é possível constatar que as polarizações nas teorias sobre o jornalismo ainda existem. Segundo Meditsch (1998), a perspectiva formulada pela Escola de Frankfurt, apesar das críticas que recebe, influencia grande parte da produção acadêmica contemporânea sobre o jornalismo. Contrapondo-se a essa perspectiva e retomando a perspectiva assumida por Genro Filho, Meditsch, que segundo Pena (2005), está entre os

maiores teóricos do jornalismo, aponta algumas questões pertinentes para a presente análise, uma vez que reitera algumas questões assumidas por Genro Filho e Lage.

Segundo a interpretação de Meditsch, a produção acadêmica que assume a perspectiva formulada pela Escola de Frankfurt situa o jornalismo no campo do conhecimento como uma ciência mal feita, ou mesmo como uma atividade perversa e degradante. Desse modo, a proposta teórica de Genro Filho (1996), em que se concebe o jornalismo como forma de conhecimento social, é, de acordo com Meditsch, uma alternativa inovadora de análise. Segundo ele, "Pode-se assim chegar mais perto do que seria uma fisiologia normal do Jornalismo como forma de produção e reprodução de conhecimento." (1998: 34).

O autor retoma a concepção de Lage (1979), segundo a qual é possível para a teoria dissociar aquilo que é o componente lógico daquilo que é ideologia e ainda, a concepção de que as ideologias inevitavelmente contaminam esse componente lógico na realidade concreta. Assim, Meditsch considera que o chamado componente ideológico, um fenômeno social mais geral, deve ser dissociado para que se encontre a especificidade do jornalismo.

A fisiologia normal está ligada a essa especificidade, enquanto a patologia diagnosticada pela produção acadêmica que assume a perspectiva da Escola de Frankfurt é caracterizada por esse componente ideológico. Meditsch retoma também a concepção de Lage (1993a) que considera que a trama infinita de relações dialéticas e os percursos subjetivos correm por trás das notícias, já que o universo das notícias seria o das aparências do mundo.

Até aqui não existem aspectos diferentes dos que já foram citados e analisados anteriormente, pois, ainda persiste a separação, ao menos teoricamente, entre os aspectos considerados lógicos e objetivos e os aspectos ideológicos. Com a diferença fundamental de que enquanto Meditsch afasta a ideologia para captar o que ele chama de fisiologia normal do jornalismo, Genro Filho considera (cf. 3.1.1) que é no contexto particular, posto em certa medida subjetivamente, o que exige necessariamente a ideologia, que os fatos adquirem sentido.

Mas além de retomar certas questões, Meditsch acrescenta outras que devem ser analisadas. Em primeiro lugar, o autor considera que dependendo de seus objetivos, o jornalismo pode apresentar problemas para a sua função de produzir e reproduzir

conhecimento. Meditsch explica que a espetacularização e o necessário uso de técnicas narrativas e dramáticas para aliciar o público, ao invés de comprometer, possui eficácia comunicativa e cognitiva. No entanto, se essa espetacularização tiver objetivos como briga pela audiência ou briga por eleitores, ela se torna um problema para o jornalismo como conhecimento.

Segundo Meditsch, o jornalismo apenas eventualmente desinforma as pessoas, apenas eventualmente participa da manipulação do sistema democrático, da disseminação dos preconceitos, estereótipos e ideologias das classes hegemônicas. Se isso acontece é porque, de acordo com Meditsch, o jornalismo é um produto social que se limita a reproduzir a sociedade na qual ele se insere, as suas desigualdades e as suas contradições, o que é feito por todos os modos de conhecimento disponíveis.

A caracterização do jornalismo como conhecimento é importante porque, de acordo com Meditsch, faz com que a exigência sobre os seus conteúdos aumente e faz aumentar também, a exigência sobre a formação profissional dos jornalistas. Mas além dessas exigências, o autor considera ainda, que essa caracterização coloca a exigência de que o trabalho do jornalista esteja submetido a um controle social e a uma avaliação técnica mais próxima e mais permanente.

De tudo que foi exposto por Meditsch, pode-se constatar que não é só a idéia de que é possível separar componentes objetivos e ideológicos que persiste nas suas considerações. Ainda persistem as idéias de que a linguagem apenas reproduz a realidade, ficando a ideologia circunscrita apenas à consciência, e ainda, que a ideologia é um obstáculo para que se chegue ao conhecimento. Desse modo, tanto pensamento e linguagem quanto linguagem e ideologia continuam separados.

CAPÍTULO 4: COMO O JORNALISMO É DEFINIDO PELOS ALUNOS DO 4º ANO DA UFG?

O presente capítulo propõe uma breve discussão sobre as respostas que estudantes do quarto ano de jornalismo da Universidade Federal de Goiás deram à pergunta: o que é jornalismo? Essa pergunta foi formulada pelo professor da disciplina de *Edição Jornalística* aos alunos do 4º ano de jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Goiás durante a sua aula. O objetivo dessa atividade era fazer um levantamento do que os alunos aprenderam durante o curso para uma futura reflexão sobre suas respostas.

Faz-se necessário esclarecer que neste capítulo foram reproduzidos apenas os trechos que interessaram mais diretamente para a análise. Como algumas respostas interessaram em sua totalidade, elas foram reproduzidas integralmente. As respostas que apresentaram trechos referentes a outros assuntos que não à linguagem e à função social do jornalismo foram reproduzidas integralmente em um dos apêndices. Deve-se esclarecer também que todos os grifos nas respostas são nossos, quando não isso será indicado entre parênteses.

É importante assinalar também que não se pode atribuir diretamente as respostas dos alunos às idéias, noções e/ou conceitos, formulados pelos autores que constam no programa da disciplina *Redação e Expressão*, pois, além de serem leitores desses livros, esses alunos tiveram acesso a outros trabalhos durante o curso; suas respostas não podem ser atribuídas, portanto, somente à leitura dos autores indicados no programa acima referido.

Outra ressalva que se deve fazer é a de que este capítulo não tem a pretensão de analisar todas as condições nas quais ocorreu o processo de formação de um conceito tão fundamental em qualquer carreira, que é aquele que a define, já que não é possível controlar todas elas. Cabe aqui indicar que a polarização de conceitos entre apocalípticos e os integrados (cf. introdução), problema com o qual os teóricos do jornalismo convivem há algum tempo, também pode ser localizada naquilo que os estudantes, quase profissionais, pensam sobre a sua futura atividade. Desse modo, a intenção é apenas a de indicar a presença dessa polarização e também da concepção segundo a qual, cabe à linguagem apenas transmitir de forma neutra a mensagem jornalística.

Questionar a presença dessa concepção se faz necessário porque uma das conseqüências de não se situar devidamente o papel do jornalismo na sociedade é a supervalorização da atividade do jornalista, ou seja, considerar que cabe a ele, à sua consciência decidir se vai ou não manipular a sociedade. Assim, a discussão sobre os princípios éticos do jornalista sempre é maior do que uma discussão sobre as demais coerções impostas à atividade do jornalista.

Além disso, considerar que a ideologia é constitutiva da linguagem permite situar com mais precisão o papel que o jornalismo desempenha na sociedade. Isso porque se deixa de considerar uma atuação unilateral da mensagem jornalística sobre o público, uma atuação em que a mensagem tem o poder absoluto de manipular ou de esclarecer o público. Por outro lado, não se desconsidera o papel que o jornalismo cumpre junto à sociedade[1].

4.1. A linguagem, a ideologia e o papel social do jornalismo

O intuito deste capítulo ao reunir as 22 respostas dos alunos do 4º ano de jornalismo da Universidade Federal de Goiás foi o de verificar a concepção de linguagem e de ideologia que elas apresentam e, ainda, como elas concebem a função que o jornalismo cumpre junto à sociedade. A análise indicou que de uma forma ou de outra os alunos assumem a perspectiva de que a linguagem é neutra, de que as informações são apenas transmitidas através dela, de que o sentido é controlável e de que o jornalismo cumpre funções que garantem a manutenção da sociedade democrática, o seu progresso, e por isso, assemelham-se às concepções assumidas pelos trabalhos de Beltrão, Dines, Rossi e Bahia (cf. 2.1, 3.1.1, 3.2.1). Com relação à ideologia, foi possível observar que nenhuma resposta se refere, implícita ou explicitamente, a ela.

Mas, quando se trata da definição sobre as interferências por parte da subjetividade do jornalista no processo de produção, uma das divergências fundamentais entre essas respostas pode ser percebida. Como veremos a seguir, algumas repostas assumem a perspectiva de que o jornalista não deve interferir nessa produção, o que perpetua o estereótipo de que o jornalismo é um veículo neutro que apenas difunde, leva aos mais

[1] É necessário assinalar que as teorias que propõem que a mensagem jornalística não tem nenhuma atuação na formação do comportamento, que só se deve considerar o processo de recepção da mensagem, independente do que o jornalismo produz, foram discutidas e criticadas por Alsina (1989), autor citado no capítulo 2.

diferentes e distantes pontos, uma informação de interesse público, enquanto outras consideram que essa interferência é inevitável.

Além dessas duas categorias de respostas, a análise realizada também distinguiu uma outra categoria. As definições de jornalismo que podem ser incluídas nessa categoria não consideram como as demais apenas as coerções impostas ao trabalho do jornalista pela sua subjetividade ou pelo seu editor como também mencionam a interferência de outros interesses no processo de produção da notícia, incluindo os dos anunciantes.

4.1.1. A isenção do jornalista na produção da notícia

Entre as definições que não consideram nenhum tipo de interferência do jornalista no processo de produção podem ser incluídas as seguintes (até o aluno 11):

> **Aluno 22:** O jornalismo é uma profissão que tem como principal ferramenta a informação. Essa pode *ser veiculada* por vários meios (tv, rádio, revista, jornal, internet). Em cada meio a informação recebe um tratamento diferente.

> **Aluno 1:** O jornalismo *leva* informação ao público; democratiza e socializa a informação.

Nessas duas primeiras respostas é possível observar que tanto o verbo *veicular* quanto o verbo *levar* indicam a pretensa isenção do jornal em relação à mensagem que chega ao público.

As próximas respostas reiteram a concepção na qual se considera a linguagem como veículo neutro e, do mesmo modo, desconsideram a interferência da subjetividade do jornalista na produção noticiosa. Mas, diferentemente da segunda resposta, elas explicitam com mais precisão os aspectos relativos ao papel social do jornalismo.

> **Aluno 15:** O jornalismo é a ciência da informação, um serviço de utilidade pública, é *informar* o povo sobre qualquer assunto, é estimular o conhecimento geral[2].

[2] Essa concepção segundo a qual o jornalismo atende a necessidades da população é comumente aceita e essa aceitação generalizada explica os laços estreitos que o jornalismo mantém com o poder político no Brasil. No caso do jornalismo impresso essa ligação se deve aos subsídios que o governo oferece para a obtenção do

Ainda que dispense mais atenção à função social do jornalismo, recorrendo ao termo conhecimento, essa resposta define esse termo apenas como uma informação que se soma a um repertório de outras informações já apropriadas pelo público[3].

> **Aluno 11:** O jornalismo *busca revelar* ao público em geral fatos que, sendo de interesse desse público, são caracterizados como notícia. O jornalista deve se aprofundar na investigação e trazer à tona todos os ângulos da estória. Instrumento de auto-avaliação da sociedade e, conseqüentemente, de transformação.

Nessa definição estão presentes algumas idéias nas quais se baseiam os manuais de redação das empresas jornalísticas. A primeira dessas idéias é a de que o jornalismo revela fatos. A ação de *revelar* se relaciona com uma outra, também comumente aceita no meio jornalístico, que é a de investigar. Essa idéia orienta o princípio de que o jornalista sempre deve ouvir os dois lados, as duas ou mais versões de um acontecimento, para tornar o seu texto imparcial. Com relação à atuação dos jornais na sociedade, além de considerar que eles existem para atender uma necessidade do público, essa resposta considera que através da atuação deles, veiculando fatos, a sociedade tem a possibilidade de se auto-avaliar e, uma vez revelados os problemas, os noticiários seriam um instrumento de futuras mudanças. Desse modo, acredita-se que o jornalismo deve trabalhar visando o bom funcionamento da sociedade.

---

papel, que é um dos itens mais dispendiosos para a empresa jornalística. Já as emissoras de televisão e de rádio dependem das concessões que são emitidas pelo governo. Para mais detalhes sobre a importância dos subsídios oferecidos pelo governo às empresas jornalísticas para que elas comprem papel ver Dines (1986).

[3] Baccega (1998) propõe uma distinção entre informação e conhecimento. Segundo ela, o conhecimento compreende uma totalidade que implica a "reelaboração do que está; inclui a condição de ser capaz de trazer à superfície o que é ainda virtual naquele domínio. Prevê ter claro que o virtual de um domínio nada mais é que o resultado da *interdiscursividade* de todos os domínios, possível naquela formação social; que os diversos fenômenos da vida são concatenados em referência à sociedade como um todo. Para tanto, as informações fragmentadas não são suficientes". (p. 112). Kaplún (1999) também se refere aos termos informação e conhecimento criticando o deslocamento e a substituição do paradigma segundo o qual, o diálogo é um componente necessário da ação educativa pelo paradigma informacional. O autor considera que "não é de surpreender, então, que, com a revolução tecnológica, esse processo ascendente de individualização e de fortalecimento do paradigma da informação venha a culminar nessa 'sala de aula virtual', na qual um educando isolado, em total solidão, poderá abrir as comportas a um volume torrencial de informação, o que supostamente o habilitará a apropriar-se do conhecimento". (p. 71).

A próxima resposta acrescenta um questionamento às concepções já mencionadas, pois, segundo ela, teoricamente o jornalista relata a verdade dos fatos. Essa indicação sugere que a prática pode não coincidir necessariamente com a teoria.

> **Aluno 12:** O jornalismo *é o ato de vender* a mercadoria notícia. O jornalista relata teoricamente a verdade dos fatos, virando fonte de informação. O jornalismo é um trabalho que tem um importante papel social. Embora não tenha que abraçar necessariamente esta bandeira, acaba virando instrumento de defesa das injustiças sócio-econômico-sociais. Também é importante instrumento educacional.

Aqui estão reunidas formulações de autores que assumem perspectivas opostas com relação ao jornalismo. Inicialmente, o aluno afirma que o jornalismo compreende o ato de vender a mercadoria "notícia", mas não discute as implicações que essa comercialização tem sobre a estrutura dessa mercadoria, como teorizado por Marcondes Filho. Essa definição também menciona o relato da verdade dos fatos como característica definidora do jornalismo. A idéia de que o jornalismo revela a verdade dos fatos é recorrente em quase todas as teorias analisadas em 3.1.

Finalmente, a resposta desse aluno se refere ao papel social do jornalismo. Aqui se considera que o jornal acaba virando, sem que se explicite o motivo, instrumento de defesa das injustiças que estão presentes na realidade social. De acordo com essa perspectiva, o jornalismo deve intervir para que sejam corrigidas as distorções sociais. Essa é uma característica que é mencionada pela primeira vez nesse trabalho, mas que é tema constante na chamada comunicação alternativa[4], uma vez que nessa comunicação, o jornalismo deve ser usado em prol de determinadas comunidades que não tem acesso aos chamados meios de comunicação de massa.

O aluno também concebe o jornalismo como um importante instrumento educacional[5]. De certa forma essa idéia de que o jornalismo é um instrumento educacional

[4] Em linhas gerais o princípio da comunicação alternativa é o de dar voz àqueles que são excluídos dos meios de comunicação tradicionais. Essa comunicação é constituída principalmente pelas rádios, já que essas são as que apresentam os custos mais baixos de instalação e manutenção. Para detalhes acerca da comunicação alternativa, ver Gomes (1979).

[5] É importante assinalar que existem duas concepções que relacionam jornalismo e educação: uma delas considera que o jornalismo mostra determinados fatos que não são acessíveis para o público justamente porque não fazem parte de sua realidade imediata e assim, o jornalismo faz com que o público conheça a

está nas definições que relacionam o jornalismo com formação de opinião, com desenvolvimento de instrumentos que possibilitem a leitura consciente. Ainda que não se refiram à inter-relação entre jornalismo e educação, essas definições podem ser consideradas uma espécie de voz consonante com as iniciativas das escolas que já utilizam o jornal na sala de aula como material didático.

4.1.2. Subjetividade: passível ou não de controle?

Diferentemente das respostas já analisadas, as próximas definições consideram que o jornalista pode interferir na produção da mensagem. Mas, faz-se necessário ressaltar que existe uma nuance entre essas repostas. Enquanto algumas consideram que o jornalista pode e deve controlar essa interferência, ainda que em parte, as outras consideram que essa interferência por parte da subjetividade é inevitável, o que significa o abandono da idéia de que o jornalismo apenas transmite a informação. Vejamos, em primeiro lugar, as que concebem essa interferência como passível de controle. No caso das definições propostas pelos alunos 5 e 21, é possível verificar à recorrência aos princípios comumente aceitos de que o jornalista deva ser objetivo, imparcial[6].

> **Aluno 5:** Jornalismo é o ato de informar, a função social de informar. Ele contribui para o desenvolvimento da consciência crítica dos cidadãos. O fazer jornalístico *deve respeitar* os princípios *da ética*, da *imparcialidade*, da *objetividade* e da *coleta necessária de dados* e a *legislação de imprensa*. [...]

Faz-se necessário assinalar que junto com a referência à objetividade e à coleta de dados, essa concepção indica que o jornalista deve respeitar os princípios da ética e da legislação de imprensa, ou seja, as coerções impostas ao trabalho jornalístico se limitam a um princípio de que a linguagem transmite os fatos e a um princípio de que as escolhas dos jornalistas se pautam conscientemente através de princípios morais e legais.

---

realidade, o contexto que não lhe é diretamente acessível; a outra concepção considera que o jornalismo atua também na formação, no desenvolvimento de determinadas capacidades intelectuais. Ainda que sejam recorrentes nas definições de jornalismo analisadas pelo presente trabalho, essas proposições não são discutidas teoricamente por seus proponentes.

[6] A tese de Grillo (2001) discute a hegemonia desses princípios nos manuais de redação dos grandes jornais brasileiros.

Além disso, aqui se encontra a idéia de que o jornalismo contribui para o desenvolvimento da consciência crítica dos cidadãos. Essa é uma definição que se aproxima das proposições de Beltrão, Dines, Rossi, Bahia e Genro Filho (cf. 3.2.1), segundo as quais, o jornalismo permite que o leitor, diante da infinidade de assuntos que interferem no seu cotidiano, tenha acesso a uma realidade já interpretada e explicada pelo jornal. Finalmente deve-se acrescentar que na definição de jornalismo desse aluno, consta que o jornalismo contribui não só para que o público conheça mais a realidade, como também para o desenvolvimento da consciência crítica dos cidadãos. Desse modo, o aluno considera que o jornalismo não só veicula informações, como também interfere no próprio desenvolvimento de uma consciência crítica.

> **Aluno 21:** O jornalismo transmite opiniões sobre os mais variados assuntos. Os meios de comunicação são os mais poderosos manipuladores de opinião. Cabe ao jornalista usá-los com *responsabilidade e ética*, sendo *imparcial* e usando a *verdade*. [...]

Essa definição se refere ao jornalismo não mais como transmissor de informações e sim como formador de opiniões. Com relação aos meios de transmissão, esse aluno considera que eles são os mais poderosos manipuladores de opinião. Mas, esse poder só pode ser usado se observadas a responsabilidade e a ética, o princípio da imparcialidade e da verdade, ou seja, essa manipulação só é aceita socialmente se a produção de opinião obedecer aos princípios de imparcialidade e de verdade.

Desse modo, mesmo considerando que o jornalista produz opiniões e não informações, a concepção acerca do trabalho jornalístico é a de que ele é controlado apenas pelos princípios de imparcialidade e de verdade. Como em quase todas as outras definições, esses princípios são aqui aceitos como algo legítimo, como algo bom[7]. Isso significa que o

[7] Na discussão acerca do jornalismo, tanto entre os autores que constam no programa da disciplina *Redação e Expressão* quanto entre os alunos relacionados nesse capítulo, alguns termos nem chegam a ser discutidos justamente porque legitimados socialmente, permanecem isentos de questionamentos. Esse é o caso de termos como imparcialidade, conhecimento, democracia, progresso, bem comum. Por outro lado é quase unânime a rejeição do termo ideologia. Em todas as ocasiões em que aparece ele é considerado algo negativo, que se possível deveria ser eliminado, justamente porque se considera que ele é um obstáculo para que se chegue ao conhecimento.

trabalho do jornalista é apenas o de observar fatos e determinados princípios e a partir deles produzir opiniões que obedeçam aos princípios da imparcialidade[8].

O próximo aluno se refere apenas aos princípios éticos como reguladores da interpretação do jornalista e da conseqüente produção noticiosa, enquanto o aluno seguinte, o aluno 8, menciona apenas a responsabilidade.

> **Aluno 19:** O jornalismo é a informação da atualidade, é o conhecimento que orienta a opinião da comunidade e dá um rumo para suas ações, [...], é a interpretação de fatos, a discussão da atualidade. O jornalismo promove o bem comum. [...] Ele é um processo político e social, que requer *responsabilidade* e um código consistente de *princípios* e *ações éticas*. [...]

Nessa definição, a discussão sobre o trabalho do jornalista é limitada mais uma vez por uma concepção que considera apenas as coerções, o controle, que são exercidos pela moral e pela ética. O aluno também considera que eventualmente esse controle pode ser exercido pelas esferas de decisão política. Com relação ao papel que o jornalismo desempenha na sociedade, diferentemente dos alunos que consideram que o jornalista deva ser o mais imparcial possível e que deva deixar que o leitor tire suas próprias conclusões a partir dos fatos, esse aluno afirma que o jornalismo deve transmitir um conhecimento que oriente a opinião da comunidade e dê um rumo para suas ações.

> **Aluno 8:** Atividade que possibilita que as pessoas fiquem a par do mundo. Através do jornalismo é possível conhecer o contexto em que se vive. Possivelmente, a maior função social do jornalista é permitir que as pessoas possam formar opinião sobre os acontecimentos e entender a própria situação em que vivem. É um trabalho fascinante e de muita *responsabilidade*. [...] A informação é uma mercadoria valiosíssima e é usada por muitos para se conseguir *vantagens pessoais*.

[8] Como já mencionado em 1.4, o jornal *Folha de S. Paulo* já assume em seu manual de redação a perspectiva segundo a qual, a sua função é a de produzir interpretações sobre os fatos. Grillo (2001) atribui essa mudança ao aumento considerável dos índices de audiência da televisão e da internet. Segundo a autora, para sobreviver em tempos de informação instantânea, o jornal impresso precisa oferecer algo mais atrativo do que a mera informação e por isso a *Folha de S. Paulo* teria passado a oferecer uma contextualização das informações que na tv e na internet são apenas mencionadas.

Além de mencionar apenas a responsabilidade como princípio regulador da produção jornalística, essa resposta apresenta algumas questões relativas ao papel social do jornalismo que devem ser assinaladas. Em primeiro lugar, essa definição relaciona jornalismo e conhecimento, pois, de acordo com ela, o jornalismo permite ao público conhecer o contexto no qual ele vive. Essa idéia de que o jornalismo permite o conhecimento do contexto[9] em que se vive é consenso entre Beltrão, Dines, Rossi, Bahia, Lage e Genro Filho (ver 3.2.1). Só que além desse papel, essa definição também considera que o jornalismo forma opinião, ou seja, o jornalismo informa e forma. Essa perspectiva está presente nas proposições de Dines, Bahia, que relacionam explicitamente jornalismo e educação.

Os alunos 2 e 9 também consideram que o jornalista é quem decide se vai ou não interferir no processo de produção. Mas, essas respostas acrescentam a essa concepção a idéia de que o jornalista vai ser ou não objetivo se isso lhe interessar.

> **Aluno 2:** Jornalismo é uma profissão que usa a palavra, as informações, em benefício da sociedade e das camadas sociais menos favorecidas. Este profissional *muitas vezes não se preocupa com o compromisso de informar às pessoas as verdades dos fatos*. O jornalismo usa as informações para atingir um objetivo, *que depende da formação moral de cada um*.

Diferentemente do aluno 8 que se refere à informação como uma mercadoria valiosíssima usada por muitos para se conseguir vantagens pessoais, mas que não considera que esses interesses possam interferir no produto jornalístico alterando seu sentido conforme certas conveniências, nessa concepção e na próxima, os alunos se referem aos interesses que impedem a transmissão da verdade pelo jornalismo. Diante da interferência proporcionada por esses interesses, as definições desses alunos consideram que cabe ao jornalista e à sua consciência controlar o que é publicado. Desse modo, segundo essas

[9] O termo contexto provavelmente se refere, em todas as teorias nas quais ele é citado, às relações econômicas, políticas e sociais que explicam os diversos acontecimentos. Cabe ao jornalismo, nas teorias de Beltrão, Dines, Rossi, Bahia, Genro Filho e na definição desse aluno, mostrar, esclarecer, explicar para o público as relações causais entre os fatos que constituem a realidade. O que se pode concluir é que algo que constitui a realidade está escondido, ou ao menos, não se mostra diretamente para as pessoas. Nesse ponto, essas teorias se assemelham às formulações de Guareschi e Marcondes Filho. O que afasta as perspectivas desses autores é a concepção acerca do papel que o jornalismo cumpre com relação a essa realidade que não se revela totalmente para o público, pois, segundo os primeiros, o jornalismo esclarece, enquanto para os últimos (ver 3.2.2), o jornalismo faz com que o público desconheça esse contexto.

definições, a ética deve desempenhar um papel decisivo na produção da notícia ou reportagem[10].

Na definição desse aluno, a palavra e a informação são tidas como equivalentes, ou seja, as palavras, as informações veiculam um sentido, a verdade dos fatos, que são controlados pelo emissor. Desse modo, o jornalista pode escolher veicular informações que beneficiem a sociedade e as camadas sociais menos favorecidas. Além disso, essa escolha é atribuída a uma opção que depende da formação moral de cada um. Aqui são mencionados não os condicionamentos impostos à produção jornalística pela ideologia de uma classe hegemônica, como proposto por Guareschi e Marcondes Filho (cf. 3.1.2), e sim as imposições morais que devem orientar e controlar a atuação do jornalista. Circunscrita ao campo da ética, a atuação de interferências na produção de notícias e reportagens é atribuída apenas às opções dos jornalistas.

> **Aluno 9:** [...] O profissional [jornalista] mantém a população informada. O jornalismo possui a função de não permitir que as pessoas fiquem alheias ao mundo em que vivem e tenham uma opinião sobre diversos assuntos. O jornalista leva ao público informações sobre higiene, saúde, esporte, que incitam-nos a cuidar melhor do corpo e campanhas para manter hábitos mais saudáveis. Por *não perceber a importância da função social que tem a cumprir*, ou por *pura ganância*, o jornalista provoca estragos, sem conserto, na vida de pessoas inocentes. [...]

Além de circunscrever a discussão sobre o que seja o jornalismo ou a uma questão de capacidade profissional ou a uma questão de ética, esse aluno também menciona questões já verificadas nas respostas dos alunos 12, 5, 21: o jornalismo como um meio de informação e formação. Pode-se dizer que, apesar de tradicionalmente aceita, essa concepção de que o jornalismo cumpre um papel de formação não chega a ser discutida teoricamente.

[10] Comumente se considera que a notícia compreende apenas o relato das questões mais importantes associadas a um fato, que seriam aquelas que constituem o *lead* (o que? quem? quando? onde? como? por que?), enquanto a reportagem contextualiza cada uma dessas questões. Por exemplo: a notícia sobre um novo tratamento contra o câncer deve conter informações sobre o que é o tratamento, quem são os responsáveis pela pesquisa, onde ela foi realizada. Já na reportagem o jornalista pode optar, entre outras questões, por um levantamento sobre todos os tratamentos disponíveis, as melhores alternativas, estudos que revelem ações preventivas, como os relacionados a dietas, hábitos de vida, enfim, questões que exijam uma pesquisa mais detalhada.

As próximas respostas ao invés de considerarem que a interferência por parte da subjetividade do jornalista possa ser totalmente controlada, reconhecem que em parte essa interferência é inevitável e por isso prescrevem que o jornalista deva ser objetivo tanto quanto possível. Desse modo, as definições propostas pelos alunos 7, 17, 18, 20 e 6 consideram que o jornalista pode controlar parcialmente suas intenções, o que o tornaria capaz de controlar a mensagem que produz.

> **Aluno 7:** [...] é a tentativa de *levar ao público de forma mais fiel e imparcial possível os fatos* que ocorrem no dia-a-dia da humanidade. Jornalismo sério é diferente de fofoca: tem critérios, métodos e, principalmente, ética. O jornalismo cumpre o papel de olhos da sociedade, que vê e denuncia[11]. [...]
>
> **Aluno 17:** O jornalismo é uma forma de levar conhecimento às pessoas, é informar o leitor de acordo com um ponto de vista, deixando que ele tome suas próprias conclusões, *tentando ser imparcial*.
>
> **Aluno 18:** O jornalismo é o ato de explicar os acontecimentos levando às pessoas um determinado conhecimento sobre certo fato. A busca da *imparcialidade* é muito importante.

Faz-se necessário assinalar, com relação ao papel social do jornalismo, que essa definição apesar de parecida com a anterior considera que o jornalismo, ao invés de apenas transmitir, explica os acontecimentos. Ainda segundo essa definição, a explicação acerca dos acontecimentos é o que possibilita o conhecimento sobre certo fato, ou seja, conhecimento não se identifica com informação e sim com explicação[12].

[11] Tradicionalmente, considera-se que o jornalismo existe para suprir carências da sociedade, entre as quais, a carência que a sociedade tem de mecanismos que lhe permitam ter acesso aos órgãos de decisão política. A imprensa deve cumprir o papel de fiscalizar e cobrar atitudes desses órgãos. Mas essa concepção não é consenso entre os teóricos do jornalismo, já que para Guareschi e Marcondes Filho, ao invés de suprir carências do público, o jornal produzido segundo os interesses das classes hegemônicas impõe a esse público a ideologia dessas classes (cf. 3.2.2).

[12] Mais uma vez é necessário assinalar que nas respostas até o momento analisadas é possível encontrar duas diferentes concepções acerca do conhecimento: o conhecimento como informação que se acrescenta a um repertório de informações já memorizadas; e conhecimento como algo que explica e/ou contextualiza as informações que por si só apresentam apenas fragmentos da realidade. Por exemplo: dizer que os índices de uma determinada bolsa de valores caíram é uma informação. Já na explicação, na contextualização, são indicados os motivos, as razões, que fizeram com que esses índices caíssem.

> **Aluno 20:** Jornalismo é comungar, partilhar, informações de maneira *mais imparcial possível*. Jornalismo é estar a serviço da comunidade. [...] Fazer jornalismo é escrever de forma clara, simples, sem rebuscar muito e pensando sempre no leitor. O jornalista *não deve ter auto-censura*; no jornalismo já há a *censura do editor*.

Nessa definição, além de caracterizar a atuação do jornalista como a mais imparcial possível, o aluno também se refere à atuação da censura do editor[13] na produção da notícia. Pode-se dizer que mais uma vez está presente a idéia de que o jornalismo se orienta pelo princípio de prestar serviços à comunidade e que, nessa atuação, a única interferência no processo de produção da notícia se deve ao jornalista e ao editor.

> **Aluno 6:** Jornalismo é a técnica de *repassar* ao leitor a realidade e a interpretação desta da forma *mais isenta possível*. A verdade é um dado absoluto, mas cada um apreende parte dela de forma subjetiva. O jornalista *deve procurar confrontar as versões da verdade que interessam ao leitor*.

Apesar de também recorrer à idéia de isenção possível, essa definição se diferencia das respostas dos alunos 7, 17, 18 e 20 por considerar uma outra forma de controle do jornalista sobre seu texto. Ao confrontar diversas versões da verdade de acordo com o interesse do público, o jornalista exerceria essa outra forma de controle. Desse modo, segundo essa concepção, além de controlar sua subjetividade, o jornalista também deve considerar outras versões da verdade e as confrontar de acordo com o interesse do leitor. Deve-se mencionar ainda que essa subordinação do jornalismo aos interesses do público consta nas formulações de Dines e Genro Filho (cf. 3.2.1).

A resposta do próximo aluno, como as respostas dos alunos 7, 17, 18, 20, 6, também considera que o jornalista controla a mensagem que produz, mas, segundo ela, diferentemente do que é proposto por esses alunos, não é a objetividade que orienta esse controle.

> **Aluno 16:** [...] O jornalista *deve destacar*, dentro de um fato, o que é realmente relevante. A informação jornalística deve auxiliar o

[13] Essa interferência foi mencionada nos trabalhos de Lage (1993a e1993b).

> público no seu dia-a-dia. Ela deve dar ao público o conhecimento necessário para que tome decisões acertadas, do ponto de vista individual e social.

Como considera que cabe ao jornalista seguir um critério que é o de auxiliar o público, orientar suas escolhas e, a partir desse critério, decidir o que é relevante nos fatos, o aluno define a atividade do jornalista como algo consciente e passível de controle, tanto por parte do jornalista, da empresa, quanto por parte do público.

Assim como as respostas dos alunos 7, 17, 18, 20, 6 e 16, as próximas também consideram que a interferência por parte da subjetividade do jornalista é inevitável. Desse modo, elas também abandonam a idéia de que o jornalismo possa transmitir a informação de modo objetivo e imparcial[14]. Mas, ao contrário desses alunos que prescrevem que essa interferência deva ser controlada, os próximos alunos consideram que ela não é passível de controle por parte do jornalista, inclusive, para eles, essa interferência se coloca até como necessária na produção noticiosa.

> **Aluno 10:** [...] Está na captação dos fatos, na seleção das informações, na redação textual e imagética e na exposição de opinião (implícita ou explícita). Leva ao público os acontecimentos e as implicações dos fatos que não estão ao alcance de seus olhos ou de sua compreensão. Dá subsídios ao público para que forme opinião sobre a realidade que lhe é exposta. Fotografa o mundo, seu grande desafio é a escolha acertada do ângulo e do enquadramento. Conjuga observação e reflexão. *A dificuldade de fugir da subjetividade que lhe é inerente torna o jornalismo complexo*, *contraditório* e *impreciso*, mundos distintos são apresentados ao público. O jornalismo está submetido a orientações editoriais distintas, não identificadas pela maioria do público. O bom jornalismo é aquele que, além de propiciar ao público uma leitura ampla da realidade social, permite que também desenvolva meios de "ler" conscientemente o próprio fazer jornalístico. (aspas do aluno).

[14] Faz-se necessário assinalar que todas as concepções analisadas no capítulo 2 já consideram que o jornalismo não pode reproduzir a realidade, refleti-la. O que muda é a forma como os autores definem a atuação da subjetividade: se considerando essa interferência como algo que precisa e pode ser controlado pelo jornalista, como proposto por quase todos os autores analisados ou como algo que é controlado pelos interesses das classes hegemônicas, como proposto pelos trabalhos de Guareschi e de Marcondes Filho.

De modo geral, pode-se dizer que essa resposta se assemelha à definição de jornalismo proposta por Lage (cf. 2.2.1, 3.1.1 e 3.2.1). Isso porque na definição desse aluno são abordadas as etapas que compõem o processo de produção da notícia: observação subjetiva, captação e seleção dos acontecimentos, redação textual e imagética, exposição de opinião implícita ou explícita e orientação editorial. Outra questão que aparece pela primeira vez no corpus aqui analisado se relaciona à complexidade, à contradição e à imprecisão do jornalismo. Segundo a definição desse aluno, a subjetividade inerente ao jornalismo o torna complexo, contraditório e impreciso. A constatação de que o jornalismo reflete contradições se deve a Genro Filho (cf. 2.2.2).

Essa resposta considera ainda que, além de informar e explicar, o bom jornalismo também propicia ao público uma ampla leitura da realidade social e o desenvolvimento de meios que lhe possibilitam a leitura do próprio fazer jornalístico. Desse modo, o jornalismo não só permite que uma realidade distante seja conhecida pelo público, como também permite o desenvolvimento de um meio, não explicitado, através do qual o público passa a ter consciência do próprio processo de produção da notícia. Isso mostra a presença persistente da idéia de que o jornalismo é um veículo não só informador, mas igualmente formador.

> **Aluno 14:** [...] O fazer jornalístico compreende uma *apropriação particular da realidade* e sua conseqüente veiculação por meios específicos (difusão social). A partir dessa *leitura do mundo* é produzido o material jornalístico. O jornalismo pode interferir no dia-a-dia da sociedade. [...]

A resposta desse aluno reconhece que o texto produzido pelo jornal sempre resulta da subjetividade. Mas, embora tenha abandonado o princípio da objetividade, essa definição não deixou de conceber a existência de uma realidade que só não é captada devido à subjetividade do jornalista. Essa concepção sobre a relação entre realidade, subjetividade e produção jornalística é assumida por Genro Filho (1997).

Diante dessas respostas, é possível verificar que os alunos se dividem entre uma perspectiva que desconsidera a atuação do jornalista sobre o material que escreve e uma perspectiva assumida pela maioria que define essa atuação como inevitável. A próxima

resposta admite as duas possibilidades para o jornalista, pois, considera que a sua isenção e a sua interferência são prescritas por determinados gêneros textuais.

> **Aluno 13:** O jornalismo é o ato de *repassar* informações gerais à sociedade. Os meios (tv, jornal, rádio, internet) têm a função de *transmitir notícias* à população. Existem dois tipos de jornalismo: interpretativo e opinativo. No interpretativo: o jornalista *apura os fatos* e faz um texto sobre a realidade, de modo que a pessoa que o lê tem a noção completa e verdadeira do ocorrido e tira suas próprias conclusões. No opinativo: o jornalista *opina* sobre o assunto. Outros tipos, mas que não devem ser considerados jornalismo de verdade: jornalismo que *compra informações*; que *falseia dados*; que *corrompe*.

A divisão citada pelo aluno entre jornalismo interpretativo e opinativo foi formulada por Beltrão (1976 e 1980). De acordo com essa concepção, que é também adotada pelos manuais de redação, o jornalista deve opinar em espaços que são devidamente reservados. Esses espaços são os destinados às colunas e aos editoriais[15]. Nos outros espaços prevalece a norma de que o jornalista deve apenas apurar e transmitir os fatos os quais permitirão ao público formular suas próprias opiniões.

Aqui existe também a contraposição entre o jornalismo de verdade e aquele que burla os princípios éticos. Com relação a esse último, deve-se assinalar que o aluno considera apenas as questões que de forma consciente atuam na produção do material jornalístico. Questões que podem ser, inclusive, controladas. Desse modo, se observadas determinadas técnicas, determinadas especificidades e determinados princípios morais, os jornalistas acabam produzindo o verdadeiro jornalismo.

4.1.3. A produção da notícia e as coerções impostas aos jornalistas

As duas últimas definições que serão mencionadas apresentam considerações que as aproximam das proposições teóricas de Guareschi e Marcondes Filho (ver 3.1.2 e 3.2.2).

[15] A separação entre jornalismo interpretativo e opinativo não se limita somente à presença ou não de opiniões do jornalista, uma vez que no próprio jornal, os textos que são considerados opinativos estão separados dos demais em espaços devidamente preparados para que os leitores os reconheçam como opinativos. Tanto o editorial quanto as colunas se localizam em espaços bem determinados, geralmente nas primeiras páginas, e são sempre assinados.

Ao contrário das respostas que se referem apenas à interferência da subjetividade do jornalista na produção noticiosa, essas duas últimas respostas também consideram as coerções impostas pelos donos das empresas jornalísticas a esse processo.

> **Aluno 4:** O jornalismo deveria ser informação mais apurada dos fatos. Na prática: o jornalista está *subordinado ao editor*; está atrelado, ou submetido, às conveniências políticas, econômicas e sociais do veículo. O jornalista vira news maker (narrador de fatos) e não um investigador, um apurador da verdade. Apesar disso, o jornalista *tem que ter o compromisso de não usar o poder de informar para satisfazer interesses pessoais*.

Faz-se necessário assinalar que essa definição, mesmo reconhecendo que o princípio de produzir informação mais apurada possa ser abandonado pela empresa quando a verdade se mostra contrária aos seus interesses, não deixa de prescrever que o jornalista deva respeitar o compromisso de não usar o poder que tem em prol da satisfação de interesses pessoais. Isso significa que o jornalista, apesar das limitações impostas pelos interesses da empresa, ainda pode ter compromissos éticos e assim, controlar, ao menos em parte, as informações que produz.

> **Aluno 3:** [...] De acordo com a definição mais elaborada, mais próxima do concreto, o jornalismo é a *renovação cotidiana de um conflito* (entre donos do veículo, profissionais de imprensa, fontes ouvidas, anunciantes – que fomentam o veículo – e o público – os consumidores). Outros elementos que temperam esse conflito: *interesses das fontes*, *seleção das fontes ouvidas*, *limitação de tempo/espaço* e *de tiragem/abrangência/audiência*. A notícia é um produto, uma mercadoria, um bem simbólico, que vende jornais, credibilidade e sabão em pó, independente da natureza de veiculação. Coisa que deveria cumprir: uma função social (informação com *veracidade* e *imparcialidade*), uma função técnica (produzir notícias), uma função mercadológica (vender jornais e os produtos e serviços nele inseridos por intermédio dos anúncios publicitários).

De acordo com essa resposta, o interesse do jornalista seria o de informar com veracidade e imparcialidade, enquanto o interesse dos donos da empresa e dos anunciantes

seria o de aumentar a tiragem do jornal[16]. O interesse do consumidor provavelmente é o de ter acesso a uma informação imparcial e verdadeira. Isso porque o aluno afirma que o jornalismo deveria cumprir o papel de produzir informações a partir desses princípios.

No conflito que caracteriza o jornalismo, além dos interesses dos donos da empresa, dos anunciantes, dos jornalistas e dos consumidores, o aluno considera que atuam outros elementos. Pela primeira vez nas respostas aqui analisadas, são mencionadas as limitações impostas ao processo de produção jornalística pelos interesses das fontes, pela própria seleção dessas fontes e ainda pela rotina profissional nas redações. Os condicionamentos impostos por essa rotina são argumentos tradicionalmente usados pelos próprios jornais para explicar as informações que produzem[17].

Ao considerar todas essas coerções, essa definição oferece um quadro mais completo de caracterização do processo de produção da notícia e mostra, ainda que em parte, que o discurso produzido pelo jornalista não pode ser totalmente controlado por ele. Mas, apesar de reconhecer que o jornalista não produz o seu discurso independente de determinadas condições e determinadas escolhas conscientes motivadas por interesses diversos, essa definição não considera as coerções impostas pela própria linguagem e o papel que a ideologia cumpre nesse processo como constitutiva da linguagem e como produtora de sentidos. Como proposto em 1.1, o processo de produção discursiva não pode ser totalmente controlado nem pelos jornalistas, nem pelos donos da empresa jornalística, nem pelos anunciantes, pois, os significados também dependem de elementos incontroláveis.

O que se pode concluir a partir da leitura e da análise desse material é que apesar de algumas questões diferenciarem as repostas desses alunos, de modo geral, todas elas assumem a perspectiva de que a linguagem é apenas um veículo neutro de reprodução de mensagens. Os sentidos, por sua vez, ou são controlados pela consciência, pela ética, ou por

[16] A relação entre jornalismo e publicidade é sempre motivo de discussão. Isso se deve à dependência que o jornal tem dos anúncios publicitários para sobreviver comercialmente e como se trata de uma questão de sobrevivência, o que tradicionalmente se questiona é se o princípio da imparcialidade e o da verdade não serão violados quando os interesses dos anunciantes estiverem ameaçados por algum acontecimento. Marcondes Filho (1989) e Dines (1986) discutem essa relação em seus trabalhos.

[17] De acordo com esses argumentos, o jornalista conta com um tempo determinado e geralmente curto para cobrir os acontecimentos. Depois de produzida, a reportagem deve ser inserida num espaço que é disputado com os anúncios publicitários. Finalmente, a tiragem, a abrangência e a audiência, determinam a quantidade de anúncios publicados pelo jornal. São esses anúncios que definem praticamente toda a receita do jornal. O lucro obtido apenas com a venda do jornal é tido como irrisório.

interesses dos que estão envolvidos no processo de produção da notícia. Com relação à função que o jornalismo cumpre junto à sociedade, a maioria das respostas considera que a veiculação de notícias contribui para a democratização da sociedade, para o esclarecimento do público sobre aquilo que está distante de seus olhos ou de sua compreensão e ainda para a formação desse público. Diante dessas concepções e mesmo daquelas nas quais se considera que o jornalismo aliena o público, o presente trabalho procurou oferecer uma outra possibilidade de se compreender a relação entre linguagem, ideologia e conhecimento.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção tradicionalmente aceita de que a função da linguagem seria a de representação de fatos objetivos já é questionada por trabalhos que se dedicam à análise do material produzido pelos jornais (cf. 1.4). Por isso mesmo, essas iniciativas são de fundamental importância, inclusive, para subsidiar a perspectiva teórica assumida pelo presente estudo que, ao contrário desses trabalhos, dedicou-se à análise de como as teorias que definem o que é o jornalismo concebem a linguagem, a ideologia e o conhecimento.

O que o presente estudo pretendeu mostrar foi que nessas teorias, a linguagem é definida apenas como um veículo que transmite sentidos previamente produzidos pela consciência do jornalista. Além disso, a análise indicou que as teorias sobre o jornalismo concebem a ideologia como obstáculo que precisa ser superado para que se chegue aos fatos, à realidade, à verdade, ao invés de ser definida como constitutiva da linguagem e por isso insuperável.

Apesar das nuances, as teorias sobre o jornalismo apresentam concepções muito semelhantes quando se referem à *linguagem* e à *ideologia*. A divergência fundamental entre os autores analisados se deve à concepção que assumem com relação à função social do jornalismo. Com relação à linguagem, a maioria das perspectivas não se refere explicitamente a ela. Por outro lado, Lage (1993b), Genro Filho (1996) e Marcondes Filho (1989), discutem questões referentes à linguagem, mas, ainda assim, mantêm a mesma concepção dos demais autores, que consiste em definir a linguagem como veículo neutro de transmissão de sentidos produzidos pela/na consciência dos jornalistas.

Para Lage (1993b), a língua possui caráter transparente, apenas reflete as questões sociais, históricas. Além disso, ao caracterizar a estrutura da notícia, o autor (1993a) somente prescreve quais são os itens lexicais e as regras gramaticais que aumentam a comunicabilidade e facilitam a produção da mensagem. O avanço de Lage (1993b) com relação aos demais autores foi o de considerar que a ideologia interfere na linguagem, entretanto, segundo ele, a atuação da ideologia é apenas geradora de ambigüidade na língua. Diante dessa interferência, Lage prescreve que determinadas palavras ideologicamente marcadas devam ser evitadas.

Com relação à teoria assumida por Genro Filho (1996), o que se constatou foi que, apesar de reiteradas críticas que Genro Filho dirige a Marcondes Filho, ela apresenta

concepções muito próximas à teoria desse autor no que se refere à linguagem. De acordo com Genro Filho (1996), o conteúdo da notícia apenas reflete as ideologias. Os jornais segundo o autor, apenas veiculam idéias pré-construídas pela consciência dos emissores. Desse modo, Genro Filho considera que o sentido independe da linguagem.

Marcondes Filho (1989), por sua vez, considera que a linguagem apenas reinscreve conflitos exteriores e que a presença da ideologia na linguagem se explica devido à subjetividade do jornalista. Mas enquanto Genro Filho considera que o jornalista é sujeito de seu discurso, Marcondes Filho afirma que o controle do sentido é exercido pela empresa jornalística. Apenas na perspectiva de Marcondes Filho e na de Guareschi, considera-se que o jornalista não controla o discurso que produz, ou seja, nessa perspectiva admite-se o assujeitamento do jornalista à ideologia das classes hegemônicas. Nas demais definições, os autores consideram que o sujeito atua sim na produção da notícia, que ele controla, ainda que parcialmente, os sentidos que são veiculados.

Quase todos os autores, à exceção de Beltrão (1980), referem-se à *ideologia* em suas definições acerca do jornalismo. O presente trabalho verificou que as teorias analisadas consideram que a ideologia é responsável pela distorção de uma suposta verdade, é um obstáculo para que se chegue ao conhecimento. Nas proposições de Dines (1986), Bahia (1990) e Rossi (2005), a compreensão acerca da ideologia é a de que sua presença na notícia se deve à subjetividade do jornalista e ainda, que ela distorce a realidade e por isso, precisa ser controlada para que o jornal veicule a verdade. Ainda que esses autores reconheçam que a notícia sofre interferências da ideologia das classes dominantes, eles consideram que é possível manter essa interferência sob certo controle.

Lage (1993a), por sua vez, considera que a ideologia atua na notícia apenas no momento de seleção dos fatos que serão noticiados. Segundo o autor, enquanto essa seleção se orienta por interesses ideológicos, a estrutura da notícia seria lógica. Desse modo, ainda é possível para Lage, considerar que o gênero jornalístico se caracteriza pela objetividade. Na perspectiva teórica assumida por Genro Filho, considera-se que a ideologia oculta a complexidade social o que aliena o indivíduo. O autor também considera que a ideologia deve ser superada caso se queira chegar ao conhecimento e por isso, mais uma vez, constata-se a dicotomia ***verdade*** *versus* ***ideologia***. Desse modo, Genro Filho

admite a existência de fenômenos objetivos que, no entanto, são captados com limitações pelo jornalismo.

O presente trabalho constatou a mesma concepção com relação à ideologia nos trabalhos de Guareschi (1991) e de Marcondes Filho. Para Guareschi, a notícia veicula uma verdade parcial, alicerçada em evidências e interesses partidários. Isso porque a produção jornalística é conivente com a dominação ideológica da burguesia. Já Marcondes Filho, afirma que a ideologia é algo que se acrescenta aos fatos objetivos por determinados interesses com a finalidade de aumentar o rendimento do capital. A lógica da imprensa, segundo o autor, é a de desorganizar a estruturação racional que a realidade apresenta, é a de encobrir as contradições que existem na realidade.

Finalmente, chega-se ao ponto em que as teorias apresentam pontos de divergências fundamentais. Quando se trata da definição acerca da função social do jornalismo, os autores podem ser divididos em dois grupos cujas posições assumidas são diametralmente opostas. De um lado, estão as teorias que consideram que o jornalismo é veiculador de informações e/ou de conhecimentos. No outro grupo podem ser agrupados os autores que definem a função do jornalismo como manipulação ideológica segundo os interesses da ideologia das classes hegemônicas. Ainda de acordo com esses autores, essa manipulação tem como conseqüência a alienação do público com relação à realidade social.

Beltrão (1980) identifica no jornalismo a função de difusão de conhecimentos, a função educativa. Nas proposições formuladas por Dines (1986), considera-se que o jornal veicula complexos de conhecimentos, aperfeiçoando, despertando, satisfazendo a curiosidade do público. O autor chega a considerar que o próprio jornalista é um educador e ainda, que quanto maior for o número de jornais, mais debate, mais variedade e mais verdade terá o público. Para Rossi (2005), o jornal não apenas veicula informações, como também ajuda o público a entender os fatos sociais.

Apesar de relacionarem jornalismo e veiculação de conhecimento, esses autores não chegaram a afirmar como Bahia que o jornal deveria atuar num espaço pedagógico. De acordo com a perspectiva assumida por Bahia, a missão do jornal é a de educar, ainda que o autor considere que no Brasil, os jornais sejam menos formadores e mais informadores. Lage (1993a), por sua vez, explicita ainda mais a posição de que o jornalismo deve primar pela objetividade, já que para o autor, o objetivo do jornal é o de levar informação,

conhecimento, que sejam os mais objetivos possíveis. Conhecimento, aliás, que segundo Lage, deve ser elaborado a partir dos dados.

Ainda que considere, como esses autores, que o jornalismo veicula conhecimento, a teoria proposta por Genro Filho reconhece que a notícia também é uma das formas de manifestação e reprodução da hegemonia das classes dominantes. Mas apesar dessa manifestação e dessa reprodução, o autor considera que apenas o jornalismo, devido à sua ambigüidade, produz um conhecimento que permite uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social. Além disso, o autor considera que os jornais são verdadeiros monitores de sentido da produção cultural e informativa.

Finalmente, Guareschi (1991) e Marcondes Filho (1989), assumem a perspectiva de que o jornalismo produzido segundo os interesses mercantis manipula o público. Guareschi enfatiza que o jornal é instrumento de controle social, inclusive, instrumento privilegiado de dominação. A manipulação ideológica, a veiculação ideológica, a formação de opiniões e de comportamentos consonantes com o *status quo*, também são reconhecidas por Marcondes Filho como funções sociais do jornalismo. A partir dessa caracterização, o autor considera que as notícias impedem a politização de seus receptores.

A partir dessas constatações não só em algumas das principais teorias do jornalismo, como também nas definições propostas pelos alunos dessa área, o presente trabalho considera fundamental a tarefa de retomar uma discussão sobre a linguagem em sua relação com a ideologia e com o conhecimento. A perspectiva assumida por Pêcheux e Bakhtin de que a linguagem não é veículo neutro, transparente, homogêneo, de que não é possível ter acesso a uma "informação" [1], torna fundamental a exigência de que as escolas se preocupem ainda mais com a formação do leitor crítico, antes mesmo de apenas se exigir a presença dos jornais como material de apoio às aulas.

Além disso, situar devidamente a ideologia na materialidade da língua permite desconsiderar definitivamente a concepção segundo a qual, é possível controlar, ou mesmo, superar a ideologia. Com essa revisão, deixa-se de considerar, como proposto pelas principais teorias do jornalismo, que o jornalista seja mestre do texto que produz. Por outro lado, esse reconhecimento do ideológico como constitutivo da linguagem também

[1] Como considera Orlandi (cf. 1.1), quando se pensa o discurso, o que interessa é a possibilidade dos múltiplos sentidos e não a informação.

permite questionar as concepções propostas por Guareschi e por Marcondes Filho porque através dele é possível afirmar que a existência de um posicionamento ideológico nas notícias não se deve exclusivamente ao assujeitamento do jornalista ao modo de produção capitalista já que ele também se encontra assujeitado à ordem do simbólico. Por outro lado, como proposto por Possenti, esse assujeitamento não torna o jornalista escravo dessa ordem, pois existem certas possibilidades de atuação para o sujeito produtor do discurso.

A leitura das elaborações teóricas de Pêcheux e de Bakhtin também permite afirmar que a ideologia não é obstáculo, e sim, componente necessário na constituição do sentido. Essa forma de conceber a ideologia permite questionar o caráter alienante, encobridor da verdade, que os diferentes autores apresentados no capítulo 2 atribuem aos aspectos ideológicos presentes nas notícias.

Desse modo, a partir de algumas proposições de Pêcheux e de Bakhtin, o presente trabalho procurou demonstrar que as polarizações nas teorias sobre o jornalismo desviam o foco daquilo que é mais importante quando se trata da relação entre os jornais e a educação, que é justamente o reconhecimento do ideológico como constitutivo da linguagem, do pensamento e do conhecimento. Mas para tratar dessa relação e de suas conseqüências na sociedade, outras pesquisas devem ser somadas às iniciativas que já existem e que visam a estabelecer como os jornais devem ser utilizados nas salas de aula e ainda, como deve ser a formação do próprio professor que vai trabalhar com esse jornal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, M. R. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.

ARAÚJO, C. A. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. e FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da comunicação*/Conceitos, escolas e tendências. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.119-130.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n.19, p.25-42, 1990. Tradução de: Hétérogénéité(s) énonciative(s).

BACCEGA, M. A. Do mundo editado à construção do mundo. *Comunicação e Educação*, v.1, p.07-08, 1994.

BACCEGA, M. A. Comunicação e linguagem. São Paulo: Moderna, 1998.

BACCEGA, M. A. Comunicação/Educação e transdisciplinaridade: os caminhos da linguagem. *Comunicação e Educação*, v.15, p.07-12, 1999.

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990. v.1 e 2.

BAKHTIN, M. (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992. Versão francesa. Original russo.

BARROS FILHO, C. de. Do campo social ao sujeito comunicante. *Líbero*, v.3, n.5, p.18-27, 2000.

BARROS FILHO, C. de e TOGNOLLI, C. J. Informação jornalística e mundos possíveis. *Anuário de Jornalismo* – Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, ano I, n.1, p.143-163, 1999.

BELTRÃO, L. (1976) *Jornalismo interpretativo*: filosofia e técnica. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BELTRÃO, L. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. 2.ed. São Paulo: Edusp; Com – Arte, 1992. (Clássicos do jornalismo brasileiro; 5).

CARMAGNANI, A. M. *A argumentação e o discurso jornalístico*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHAPARRO, M. C. Veracidade, dever maior. In: LOPES, D. F., COELHO SOBRINHO, J., PROENÇA, J. L. Edição no jornalismo impresso. São Paulo: Eca-Usp/Edicon, 1998. p.05-09.

DINES, A. (1974) *O papel do jornal*. 4.ed. São Paulo: Summus, 1986.

ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Almanaque*, v.5, p.9-27, 1977.

FREITAS, J. M. M. Análise ideológica/As tramas do imaginário. In: MELO, J. M. de; FADUL, A. e SILVA, C. E. L. da (orgs.). *Ideologia e poder no ensino de comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/Intercom, 1979. p.149-156.

FREITAS, J. M. M. Ideologia. In: QUEIROZ E SILVA, R. P. de (Coord.). *Temas básicos em comunicação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983, p.157-161.

FREITAS, J. M. M. Ciências da linguagem/Contribuição para o estudo dos mídia. In: Rev. Comun. & Artes, n.19, p.11-23, 1996.

GENRO FILHO, A. (1987) O segredo da pirâmide/Para uma teoria marxista do jornalismo. *Revista da Fenaj*, ano I, n. 1, "pag. irreg.", 1996.

GEYRHOFER, F. Aquiles com pólvora e chumbo/A fisionomia do jornalismo. In: Marcondes Filho, C. (Org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984. Tradução de: Achilles mit pulver und blei. Zur physiognomik des journalismus. p.159-170.

GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Edusp e Hacker Editores, 2000.

GOMES, P. G. *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

GRIGOLETTO, M. Memória, funcionamento discursivo e lugar de escuta em editoriais jornalísticos. *Crop*, n.9, p.139-154, 2003.

GRILLO, S. *Formas de produção do real na imprensa brasileira*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GUARESCHI, P. A. A realidade da comunicação/Visão geral do fenômeno. In: *Comunicação e controle social*. Petrópolis: Vozes, 1991. cap.1, p.13-22.

KAPLÚN, M. Processos educativos e canais de comunicação. *Comunicação e Educação*, v.14, p.68-75, 1999.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1993a.

LAGE, N. *Linguagem jornalística*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1993b.

LEITÃO, S. *Argumentação e processos de construção do conhecimento*. Recife: Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2005. 20p. (Mimeogr.).

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*/Sobre a categoria de particularidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. (Col. Perspectiva do homem; 33 – Série Estética).

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDIDIER, D. (1990) *A inquietação do discurso*/(Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003. Original francês.

Manual de Redação e Estilo – O Estado de S. Paulo. (1990). Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: O Estado de S. Paulo.

MARCONDES FILHO, C. (1986) *O capital da notícia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

MATTELART, A. e MATTELART, M. Os novos paradigmas da comunicação. *Líbero*, v.3, n.6, p.05-17, 2000.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. *Rev. Bras. de Ciên. da Com*. v.XXI, n.1, p.25-38, 1998.

MEDITSCH, E. Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. *X Encontro Anual da Compós*, p.20, 2001. (Abstract).

NOVAES, W. Jornalismo, ética e responsabilidade social. *Cadernos de Comunicação*, v.3, n.1, p.05-14, 1995.

OLIVEIRA, S. M. M. *Análise de uma sintaxe e de uma semântica narrativas*. São Paulo, 2004. 27p. (Trabalho apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Usp, Campus de São Paulo, para cumprimento da disciplina Teoria do discurso: organização da narrativa do discurso).

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*/Princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*/Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. Original francês.

PÊCHEUX, M. (1983) Análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*/Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. Original francês.

PÊCHEUX, M. (1975) Atualizações e perspectivas a propósito da análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*/Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. Original francês.

PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e discurso*/Uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. Tradução de: *Les vérités de la palice*.

PÊCHEUX, M. (1978) Só há causa do que falha. Anexo de Semântica e discurso/Uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. Original francês.

PÊCHEUX, M. (1983) *O discurso: estrutura ou acontecimento?* 3.ed. Campinas: Pontes Editores, 2002. Original francês.

PENA, F. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINO, A. O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. *Cadernos Cedes*, 24, p.32-43, 1991.

PINO, A. O biológico e o cultural nos processos cognitivos. In: MORTIMER, E. F. e SMOLKA, A. L. B. (orgs.). *Linguagem, cultura e cognição*/Reflexões para o ensino e a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.21-50.

PINTO, M. J. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker, 1999.

POLISTCHUK, I. e TRINTA, A. R. *Teorias da comunicação*/O pensamento e a prática da comunicação social. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

POSSENTI, S. (1988) *Discurso, estilo e subjetividade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RODRIGUES, V. A. De um século a outro. (Prefácio). *Líbero*, v.3, n.6, 2000.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias, de Thomas Herbert. In: Seminário em Análise do Discurso, 2003, Porto Alegre. *Anais do Seminário em Análise do Discurso*. Porto Alegre, 2003. 6p.

ROSSI, C. (1980) *O que é jornalismo?* 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RÜDIGER, F. A Escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C. e FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da comunicação*/Conceitos, escolas e tendências. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.131-150.

SHANNON, C. e WEAVER, W. (1949) *A teoria matemática da comunicação*. São Paulo: Difel, 1975.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido/Um ensaio. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2003. 26p. (Mimeogr.).

VIZEU, A. (2003). O jornalismo e as "teorias intermediárias": Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da análise do discurso. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.pdf > Acesso em: 25 jan. 2005.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Trad. J. C. Neto, L. S. Barreto, S. C. Afeche. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Versão inglesa (US). Original russo.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e palavra. In: ____. *Pensamento e linguagem*. Trad. J. L. Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.149-190. Versão inglesa (US). Original russo.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Signo ideológico versus interação comunicativa/O social e o ideológico nas teorias da linguagem. *Cadernos Cedes*, 24, p.44-50, 1991.

APÊNDICES

Programa da disciplina redação e expressão em jornalismo

Reprodução integral das respostas dos alunos do 4º ano de jornalismo da Universidade Federal de Goiás e alguns apontamentos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
COORDENAÇÃO DE JORNALISMO/RÁDIO E TV

DISCIPLINA: REDAÇÃO E EXPRESSÃO EM JORNALISMO I

PROFESSORA: Silvana Coleta Santos Pereira

PROGRAMA DO CURSO – 1999

EMENTA: Estrutura da notícia. Seleção léxica. Ordenação e Nomeação. Produção do texto noticioso. Reportagem – Investigação e Interpretação.

OBJETIVO GERAL: Fazer com que os alunos adquiram as condições necessárias para a produção de textos jornalísticos, utilizando a técnica e exercitando a prática, o senso crítico e o interesse pela especulação científica em torno da produção jornalística. Mesmo sendo uma disciplina com forte apelo prático ela será sempre acompanhada da reflexão teórica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: 1 – Estudar a notícia e sua contradição fundamental de produção simbólica da sociedade capitalista e bem social indispensável ao exercício da cidadania.

2 – Apresentar o jornal como um importante instrumento pedagógico capaz de desenvolver o senso crítico e formar leitores. Para tanto, a leitura de jornais será freqüente durante as aulas.

3 – Estudar o funcionalismo enquanto base da prática norte-americana de jornalismo e cujo modelo foi absorvido pelo jornalismo nacional.

4 – Desmistificar os tabus da imprensa (tais como os da objetividade, imparcialidade e neutralidade, "ouvir os dois lados" etc.) mediante a análise sistemática de matérias veiculadas por jornais nacionais e locais.

5 – Estudar a recepção: o aluno enquanto receptor e futuro emissor da informação.

6 – Buscar a distinção entre escrever e redigir, mostrando sua correlação com o duplo caráter atribuído à informação: bem social e/ou mercadoria supra-ideológica.

METODOLOGIA: 1 – Discussão da bibliografia e dos textos sobre os diversos aspectos ligados à produção da notícia.

2 – Discussão de notícias publicadas na imprensa local ou nacional à luz das reflexões teóricas suscitadas pela bibliografia indicada e em comparação à prática dos alunos.

3 – Produção constante de textos noticiosos procurando estimular a prática periódica como exercício para a evolução qualitativa na elaboração de material informativo. Inicialmente os textos não serão canalizados para nenhuma publicação, pois será dado um tempo para que os alunos se familiarizem com a linguagem jornalística e com as técnicas de produção da notícia. Tão logo se perceba que esta técnica tenha sido minimamente assimilada, os textos serão direcionados para a ***Agência de Notícias***, nos mesmos moldes do que foi realizado no último ano, ou seja, as matérias serão enviadas para os veículos de comunicação de Goiânia (jornais, emissoras de rádio e TV). Para isso, a turma será dividida em setores de cobertura, dentro da própria Universidade. O objetivo é fazer com que os alunos exercitem a cobertura de setor, característica cada vez mais presente nos jornais e, ao mesmo tempo, permitir que haja uma ampla cobertura de todos os setores da Universidade, o que tende a ampliar o leque de matérias de interesse da grande imprensa. Com a Agência pretende-se conseguir fazer com que o aluno veja aproveitados os seus textos, estimulando o interesse por esta produção e, reiteramos o compromisso ético, num sentido mais amplo, com o leitor.

4 – Discussão em grupo da produção dos alunos, procurando apontar os problemas mais comuns, além dos acertos, identificados nos textos e estimulando a prática da discussão e avaliação coletiva da produção. Ao mesmo tempo, este método permitirá uma reflexão crítica, por parte de cada aluno, da sua própria produção. Espera-se também, que esta prática incentive o desenvolvimento do sentimento de responsabilidade perante este coletivo.

5 – Atendimento individualizado aos alunos, paralelamente ao trabalho em grupo, procurando repeitá-los em suas condições e características específicas, para que possam evoluir a partir das suas próprias deficiências e particularidades, sobretudo o que diz respeito à produção jornalística, o *locus* privilegiado de identificação real e concreta desta evolução na disciplina.

AVALIAÇÃO: A avaliação dos alunos será feita com base na evolução que apresentarem no transcorrer do curso, o que significa dar ênfase ao progresso demonstrado na própria produção. Com isso, pretende-se não tomar com o mesmo rigor os primeiros e os últimos textos, pois aqueles ainda serão fruto de um primeiro contato com a disciplina e com as técnicas jornalísticas.

OBS: Esse critério de avaliação, baseado na evolução do aprendizado, pressupõe necessariamente, que haja ritmo constante de produção. Significa dizer que não haverá possibilidade de considerar que tenha evoluído aquele aluno que, por exemplo, só no final do ano apresentar textos, mesmo que a quantidade esteja de acordo com a produção dos demais alunos, porque o aprendizado se dá, neste caso, por meio de ciclos sucessivos de produção e reflexão. O aluno que porventura se decida a produzir, em uma semana, por exemplo, a mesma quantidade de textos elaborados pelos demais durante todo o ano tende a repetir em todos, os mesmos defeitos e vícios. Ou, na melhor das hipóteses, não terá aproveitado da oportunidade de desenvolver o seu potencial.

BIBLIOGRAFIA:

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona (Spain), Paidós Comunicación, 1989.
BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica** (vol.II). São Paulo, Ática, 1990.
BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre, Sulina, 2 ed., 1980.
_____ . **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre, Sulina, 1980.
CASTRO, Marcos de. **A imprensa e o caos na ortografia**. Rio de Janeiro, 1998.
CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo, Ática, 9 ed., 1995.
_____. **O texto argumentativo**. São Paulo, Ed. Scipione, 1994.
DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo, Summus Editorial, 5 ed., 1986.
GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – para uma teoria marxista do jornalismo. In: Revista eletrônica da FENAJ. Brasília. Fenaj, ano I, n.1, mai. 1996. (Ed. Original: Porto Alegre, Editora Tchê, 1987).
LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo, Ática, 1986.
_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo, Ática, 2 ed., 1987.
MANUAL DE REDAÇÃO. **O Estado de São Paulo**.
MARCONDES FILHO, Ciro. **Imprensa e capitalismo** (Org.). São Paulo, Kairós, 1984.
_____. **O capital da notícia**. São Paulo, Ática, 2 ed., 1989.
MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1994.
MORAN, José Manuel. **Leituras dos meios de comunicação**. São Paulo, Pancast Editora, 1993.
ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira** – Cultura brasileira e indústria cultural. 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.
ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?** São Paulo, Brasiliense, 7 ed., 1986.
SOARES, Ismar de Oliveira (Org.). **Para uma leitura crítica dos jornais**. São Paulo, Paulinas, 2 ed., 1984.
_____. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo, Editora Brasiliense – ECA USP, 1995.
SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo, Editora Brasiliense – ECA USP, 1995.
TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar e comunicação** – Presenças e ausências do jornal na sala de aula. Goiânia. Dissertação de Mestrado – 1993.

TEXTOS:

GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). **A realidade da comunicação** – visão geral do fenômeno. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1991.
MATOS, Francisco Gomes de. **Escrever ou redigir?** Um desafio comunicacional ao cientista. In: Ciência e Cultura, n.36, jun., 1984.

Aluno 1: O jornalismo leva informação ao público; democratiza e socializa a informação.

Aluno 2: Jornalismo é uma profissão que usa a palavra, as informações, em benefício da sociedade e das camadas sociais menos favorecidas. Este profissional muitas vezes não se preocupa com o compromisso de informar às pessoas as verdades dos fatos. O jornalismo usa as informações para atingir um objetivo, que depende da formação moral de cada um.

Aluno 3: Segundo a definição simplista, o jornalismo é a criação e veiculação de notícias (informações novas e importantes a um determinado conjunto de pessoas em um momento ou lugar). De acordo com a definição mais elaborada, mais próxima do concreto, o jornalismo é a renovação cotidiana de um conflito (entre donos do veículo, profissionais de imprensa, fontes ouvidas, anunciantes – que fomentam o veículo – e o público – os consumidores). Outros elementos que temperam esse conflito: interesses das fontes, seleção das fontes ouvidas, limitação de tempo/espaço e de tiragem/abrangência/audiência. A notícia é um produto, uma mercadoria, um bem simbólico, que vende jornais, credibilidade e sabão em pó, independente da natureza de veiculação. Coisa que deveria cumprir: uma função social (informação com veracidade e imparcialidade), uma função técnica (produzir notícias), uma função mercadológica (vender jornais e os produtos e serviços nele inseridos por intermédio dos anúncios publicitários).

Aluno 4: O jornalismo deveria ser informação mais apurada dos fatos. Na prática: o jornalista está subordinado ao editor; está atrelado, ou submetido, às conveniências políticas, econômicas e sociais do veículo. O jornalista vira news maker (narrador de fatos) e não um investigador, um apurador da verdade. Apesar disso, o jornalista tem que ter o compromisso de não usar o poder de informar para satisfazer interesses pessoais.

Aluno 5: Jornalismo é o ato de informar, a função social de informar. Ele contribui para o desenvolvimento da consciência crítica dos cidadãos. O fazer jornalístico deve respeitar os princípios da ética, da imparcialidade, da objetividade e da coleta necessária de dados e a legislação de imprensa. O processo de apuração dos fatos pode ser feito por entrevistas com fontes, estas também podem ser bibliográficas.

Aluno 6: Jornalismo é a técnica de repassar ao leitor a realidade e a interpretação desta da forma mais isenta possível. A verdade é um dado absoluto, mas cada um apreende parte dela de forma

subjetiva. O jornalista deve procurar confrontar as versões da verdade que interessam ao leitor.

Aluno 7: O conceito pode variar muito conforme a posição política. Mas existe um ponto comum: é a tentativa de levar ao público de forma mais fiel e imparcial possível os fatos que ocorrem no dia-a-dia da humanidade. Jornalismo sério é diferente de fofoca: tem critérios, métodos e, principalmente, ética. O jornalismo cumpre o papel de olhos da sociedade, que vê e denuncia. Esse papel é imprescindível.

Aluno 8: Atividade que possibilita que as pessoas fiquem a par do mundo. Através do jornalismo é possível conhecer o contexto em que se vive. Possivelmente, a maior função social do jornalista é permitir que as pessoas possam formar opinião sobre os acontecimentos e entender a própria situação em que vivem. É um trabalho fascinante e de muita responsabilidade. Trabalha com a premissa de que todo cidadão tem o direito à informação. A informação é uma mercadoria valiosíssima e é usada por muitos para se conseguir vantagens pessoais.

Aluno 9: O verdadeiro jornalismo é exercido por um profissional formado que atua em um meio de comunicação. O profissional mantém a população informada. O jornalismo possui a função de não permitir que as pessoas fiquem alheias ao mundo em que vivem e tenham uma opinião sobre diversos assuntos. O jornalista leva ao público informações sobre higiene, saúde, esporte, que incitam-nos a cuidar melhor do corpo e campanhas para manter hábitos mais saudáveis. Por não perceber a importância da função social que tem a cumprir, ou por pura ganância, o jornalista provoca estragos, sem conserto, na vida de pessoas inocentes. Este é o não-jornalismo.

Provavelmente essa referência à formação do jornalista se deve à discussão que dominou e que ainda está presente acerca da exigência de que o jornalista tenha o diploma de bacharel. Em 1969, o diploma se tornou obrigatório para aqueles que quisessem exercer a profissão. Depois de um longo período de discussão, essa obrigatoriedade deixou de existir o que prevaleceu até o fim do ano passado. Para maiores detalhes sobre o histórico dessa questão ver Dines (1986).

Aluno 10: É a leitura profissional da realidade. Está na captação dos fatos, na seleção das informações, na redação textual e imagética e na exposição de opinião (implícita ou explícita). Leva ao público os acontecimentos e as implicações dos fatos que não

> estão ao alcance de seus olhos ou de sua compreensão. Dá subsídios ao público para que forme opinião sobre a realidade que lhe é exposta. Fotografa o mundo, seu grande desafio é a escolha acertada do ângulo e do enquadramento. Conjuga observação e reflexão. A dificuldade de fugir da subjetividade que lhe é inerente torna o jornalismo complexo, contraditório e impreciso, mundos distintos são apresentados ao público. O jornalismo está submetido a orientações editoriais distintas, não identificadas pela maioria do público. O bom jornalismo é aquele que, além de propiciar ao público uma leitura ampla da realidade social, permite que também desenvolva meios de "ler" conscientemente o próprio fazer jornalístico. (aspas do aluno).
>
> **Aluno 11:** O jornalismo busca revelar ao público em geral fatos que, sendo de interesse desse público, são caracterizados como notícia. O jornalista deve se aprofundar na investigação e trazer à tona todos os ângulos da estória. Instrumento de auto-avaliação da sociedade e, conseqüentemente, de transformação.

Um exemplo dessa intervenção da imprensa é dado pela revista *Veja* que publicou denúncias feitas por Pedro Collor contra esquemas de lavagem de dinheiro na campanha eleitoral de seu irmão à presidência da República. Admite-se que a imprensa deve publicar denúncias e exigir a necessária apuração das mesmas, o que pode proporcionar transformações na sociedade, nesse caso o *impeachment* do presidente da República.

> **Aluno 12:** O jornalismo é o ato de vender a mercadoria notícia. O jornalista relata teoricamente a verdade dos fatos, virando fonte de informação. O jornalismo é um trabalho que tem um importante papel social. Embora não tenha que abraçar necessariamente esta bandeira, acaba virando instrumento de defesa das injustiças sócio-econômico-sociais. Também é importante instrumento educacional.
>
> **Aluno 13:** O jornalismo é o ato de repassar informações gerais à sociedade. Os meios (tv, jornal, rádio, internet) têm a função de transmitir notícias à população. Existem dois tipos de jornalismo: interpretativo e opinativo. No interpretativo: o jornalista apura os fatos e faz um texto sobre a realidade, de modo que a pessoa que o lê tem a noção completa e verdadeira do ocorrido e tira suas próprias conclusões. No opinativo: o jornalista opina sobre o assunto. Outros tipos, mas que não devem ser considerados jornalismo de verdade: jornalismo que compra informações; que falseia dados; que corrompe.

> **Aluno 14:** O jornalismo é uma prática de intervenção social. O fazer jornalístico compreende uma apropriação particular da realidade e sua conseqüente veiculação por meios específicos (difusão social). A partir dessa leitura do mundo é produzido o material jornalístico. O jornalismo pode interferir no dia-a-dia da sociedade. Ao mesmo tempo em que o cotidiano é matéria-prima, ele constitui igualmente o ponto final do jornalismo.

Nessa definição, a difusão social é tida como uma característica que define o jornalismo. Assim, essa definição não considera apenas que o jornalismo produz uma mensagem com determinadas características e efeitos. O autor que considera a difusão social como uma característica definidora do jornalismo é Marcondes Filho (cf. 2.2.3).

> **Aluno 15:** O jornalismo é a ciência da informação, um serviço de utilidade pública, é informar o povo sobre qualquer assunto, é estimular o conhecimento geral.

> **Aluno 16:** A definição que deveria ser seguida é a que dá ao jornalismo a qualidade social. O jornalista deve destacar, dentro de um fato, o que é realmente relevante. A informação jornalística deve auxiliar o público no seu dia-a-dia. Ela deve dar ao público o conhecimento necessário para que tome decisões acertadas, do ponto de vista individual e social.

> **Aluno 17:** O jornalismo é uma forma de levar conhecimento às pessoas, é informar o leitor de acordo com um ponto de vista, deixando que ele tome suas próprias conclusões, tentando ser imparcial.

> **Aluno 18:** O jornalismo é o ato de explicar os acontecimentos levando às pessoas um determinado conhecimento sobre certo fato. A busca da imparcialidade é muito importante.

> **Aluno 19:** O jornalismo é a informação da atualidade, é o conhecimento que orienta a opinião da comunidade e dá um rumo para suas ações, é uma atividade essencialmente urbana, é a interpretação de fatos, a discussão da atualidade. O jornalismo promove o bem comum. Ainda não é considerado ciência; não é história porque não precisa, necessariamente, do mesmo distanciamento, mas contribui com a história na medida em que interfere na consolidação e repercussão dos fatos. O jornalismo é uma atividade essencialmente humana; quando tratamos a notícia como produto, estamos escamoteando seu lado humano. O jornalismo é feito para o homem, pelo homem e com o homem como centro do processo. Ele é um processo político e social, que

> requer responsabilidade e um código consistente de princípios e ações éticas. O jornalismo é fundamental para a democracia, desde que livre para noticiar, orientar os cidadãos.

Pode-se dizer que a crítica do aluno à idéia de que a notícia é um produto se dirige à proposição teórica de Marcondes Filho (1989). A definição desse aluno não admite o assujeitamento ideológico do homem que escreve a notícia e nem do homem que compra o jornal. Provavelmente o que se admite é a racionalidade humana como reguladora do processo de produção jornalística. Além disso, essa definição também é elaborada a partir de comparações com outras áreas do conhecimento humano. Em primeiro lugar, ela afirma que o jornalismo ainda não é considerado ciência. Provavelmente essa discussão, se o jornalismo é ou não ciência, explica-se pela necessidade de dar um estatuto científico para o jornalismo diante das reiteradas críticas de que ele seria superficial e de que não teria nenhuma especificidade, ou seja, trataria de todos os assuntos de modo superficial. Mas apesar da importância dessa discussão, não é a partir dela que o presente trabalho pretendeu analisar a concepção segundo a qual o jornalismo seria conhecimento.

A relação entre jornalismo e história também foi mencionada pela resposta desse aluno. Segundo ela, o jornalismo atua na sociedade através do mecanismo denominado *gatekeeping*, pois se considera que o jornalismo seleciona os fatos que uma vez veiculados, repercutem e se consolidam na sociedade. Com relação à afirmação de que o jornalismo não é história porque não precisa manter o mesmo distanciamento que é exigido da história, deve-se considerar que ela merece uma discussão que extrapola as intenções do presente trabalho. Para iniciar uma discussão comparativa entre jornalismo e história, pode-se recorrer, por exemplo, à caracterização da história elaborada por Certeau (1982).

> **Aluno 20:** Jornalismo é comungar, partilhar, informações de maneira mais imparcial possível. Jornalismo é estar a serviço da comunidade. O seu caráter é investigativo. Não é só informar questões penosas e pesadas, existe a parte leve: esportes, cultura e diversão. Fazer jornalismo é escrever de forma clara, simples, sem rebuscar muito e pensando sempre no leitor. O jornalista não deve ter auto-censura; no jornalismo já há a censura do editor.

Pode-se observar que essa resposta considera aspectos do jornalismo que não foram mencionados pelos demais alunos. Entre esses aspectos está a prescrição de que o jornalista

deva escrever de forma clara, simples, pensando sempre no leitor. O aluno também menciona a existência nos jornais de informações tanto sobre questões complexas quanto leves. Essa mistura de questões complexas e leves é definida por Marcondes Filho como uma técnica de atemorização e tranqüilização para motivar a passividade no público (cf. 3.2.2), enquanto o aluno a considera uma qualidade do jornalismo. Finalmente, essa resposta retoma um conceito clássico da área de comunicação segundo o qual, comunicar significa comungar, partilhar.

Com relação ao jornalismo investigativo, faz-se necessário explicar que nele, o jornalista se debruça sobre os acontecimentos, ao invés de apenas transmiti-los quando se tornam públicos. Dito de outra forma, o que interessa para o jornalismo investigativo não são os acontecimentos cotidianos que independem da ação do jornalista e sim a investigação que revela fatos cujos responsáveis não queriam que eles viessem à tona. Exemplos de jornalismo investigativo são dados pelas reportagens que denunciam esquemas de corrupção, abuso de autoridade por parte da polícia, venda de carteiras de habilitação, diplomas, entre outras irregularidades.

> **Aluno 21:** O jornalismo transmite opiniões sobre os mais variados assuntos. Os meios de comunicação são os mais poderosos manipuladores de opinião. Cabe ao jornalista usá-los com responsabilidade e ética, sendo imparcial e usando a verdade. O jornalismo tem várias áreas de atuação, como o impresso, o rádio, a televisão, a assessoria de imprensa, entre outras.

> **Aluno 22:** O jornalismo é uma profissão que tem como principal ferramenta a informação. Essa pode ser veiculada por vários meios (tv, rádio, revista, jornal, internet). Em cada meio a informação recebe um tratamento diferente.

A única questão nova que essa definição traz é a de que a informação em cada meio deve apresentar características específicas. Uma caracterização acerca das diferenças impostas à mensagem pelos diferentes meios de comunicação é feita por Lage (1993a e 1993b).